

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES  
PÚBLICAS

Jñana Gadea de Mello

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): UMA  
INVESTIGAÇÃO ACERCA DAS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO  
CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SANTA MARIA**

Santa Maria, RS  
2018



**Jñana Gadea de Mello**

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A3P: UMA  
INVESTIGAÇÃO ACERCA DAS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO CAMPUS  
DE PALMEIRA DAS MISSÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas.**

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos Zucatto

Santa Maria, RS  
2018

Mello, Jñana Gadea de  
Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): uma  
Investigação Acerca das Práticas Socioambientais no  
Campus de Palmeira das Missões da Universidade Federal  
de Santa Maria / Jñana Gadea de Mello.- 2018.  
171 p.; 30 cm

Orientador: Luis Carlos Zucatto  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2018

1. Agenda Ambiental na Administração Pública 2.  
Instituição de Ensino Superior 3. Gestão Socioambiental  
I. Zucatto, Luis Carlos II. Título.

**Jñana Gadea de Mello**

**(Vou levar assinada. Não é necessário imprimir. Consta aqui apenas para contagem das páginas)**

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A3P: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DAS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas.**

**Aprovado em 08 de junho de 2018:**

---

**Luis Carlos Zucatto, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Marcelo Trevisan, Dr. (UFSM)**

---

**Luis Felipe Machado do Nascimento, Dr. (UFRGS)**

Santa Maria, RS  
2018

**Não imprimir. verso da folha de rosto (consta aqui apenas para contagem das páginas)**

## **Agradecimentos**

À minha família, pais e irmãos, pela minha formação e caráter, por me fazerem ser como sou hoje, em modo de pensar e agir.

Ao meu esposo, Paulo Ricardo, pelo suporte e incentivo que me deu durante este período, e por estar ao meu lado em todos os momentos.

À Universidade Federal de Santa Maria, pela oportunidade de realizar este trabalho e me qualificar como servidora pública.

Aos professores que contribuíram para minha aprendizagem, especialmente ao meu orientador, Luis Carlos Zucatto, por todos os ensinamentos repassados, e aos professores Marcelo Trevisan e Luis Felipe Machado do Nascimento, que contribuíram com seus conhecimentos para esta pesquisa.

Aos membros da Comissão de Logística Sustentável, que responderam a entrevista, e aos oitenta e quatro servidores, alunos e funcionários do Campus de Palmeira das Missões que responderam ao questionário, colaborando com a pesquisa.

À Comissão de Gestão Ambiental do Campus de Palmeira das Missões, por aceitar comigo o desafio de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A todos os amigos e colegas que me incentivaram e apoiaram nesta jornada. Às vezes, pequenas ações ou palavras tem uma força incrível.

Espero que todos, de alguma maneira, se sintam retribuídos com o resultado e as consequências desta pesquisa. Muito obrigada!

*Você não passa um único dia sem causar impacto no mundo.  
O que você faz, faz a diferença.  
(Jane Goodall)*



## RESUMO

### **AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DAS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

AUTORA: Jãana Gadea de Mello  
ORIENTADOR: Luis Carlos Zucatto

O acelerado crescimento da população mundial, acompanhado do incremento no consumo dos recursos naturais, e consequente aumento da quantidade de resíduos gerados pela ação antrópica, são temas de discussão em nível mundial. O Desenvolvimento Sustentável surge, então, como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento atual, conciliando as dimensões ambiental, social e econômica para garantir o desenvolvimento destas e das futuras gerações. Portanto, é salutar a adoção de práticas socioambientais pelas organizações, e o setor público tem papel fundamental neste contexto. Neste sentido, esta pesquisa objetivou propor um ações para a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no Campus de Palmeira das Missões da Universidade Federal de Santa Maria. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e bibliográfica, questionários *online*, entrevistas, bem como foi realizado o diagnóstico socioambiental do Campus junto a Comissão de Gestão Ambiental segundo a metodologia proposta pela A3P. Em seguida, os dados foram analisados por meio de testes estatísticos e análise de conglomerados, análise de conteúdo, e posterior triangulação. Verificou-se que, de forma geral, o Campus de Palmeira das Missões carece de ações ambientais, necessitando de sensibilização e capacitação para a comunidade acadêmica no que diz respeito ao uso consciente dos recursos naturais, e a destinação correta dos resíduos. Ações para promoção à saúde e integração dos servidores se mostram necessárias, embora o ambiente de trabalho seja, de forma geral, considerado agradável. No que diz respeito a compras sustentáveis, se faz necessário ampliar e reforçar as iniciativas que já se percebem. Os critérios sustentáveis nas construções deixam a desejar, de forma que adaptações poder ser realizadas neste sentido. Ao final, apresentam-se sugestões para o Plano de Gestão Socioambiental do Campus de Palmeira das Missões, de forma a sanar a carência de informações sobre as ações socioambientais adotadas, que são consideradas importantes por considerável percentual da comunidade acadêmica, bem como contemplam o desafio de Gestão Ambiental proposto no Plano de Desenvolvimento da Instituição para os anos 2016-2016. A pesquisa pode ser aplicada nos demais campi da UFSM e em outras instituições, com o mesmo objetivo, bem como se sugere a reaplicação do questionário e novo diagnóstico a médio prazo no Campus, para verificar a eficiência das ações propostas.

**Palavras-chave:** Agenda Ambiental na Administração Pública. Instituição de Ensino Superior. Gestão Socioambiental.

## ABSTRACT

### **ENVIRONMENTAL AGENDA IN THE PUBLIC ADMINISTRATION (A3P): A RESEARCH ON SOCIO-ENVIRONMENTAL PRACTICES IN THE PALMEIRA DAS MISSÕES CAMPUS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA**

AUTHOR: Jãana Gadea de Mello

ORIENTER: Luis Carlos Zucatto

The accelerated growth of the world population, accompanied by the increase in the consumption of natural resources, and consequent increase of the amount of waste generated by the anthropic action, are subjects of discussion around the world. Sustainable Development thus emerges as an alternative to the current development model, reconciling the environmental, social and economic dimensions to ensure the development of these and future generations. Therefore, the adoption of socio-environmental practices by the organizations is salutary, and the public sector must play a fundamental role in this regard. In this sense, this research aimed to propose actions to the implantation of the Environmental Agenda in Public Administration (A3P) in the Palmeira das Missões Campus of the Federal University of Santa Maria. The data were collected through documental and bibliographic research, online questionnaires, interviews, as well as the socio-environmental diagnosis of the Campus, carried out with the Environmental Management Commission according to the methodology proposed by the A3P. Then, the data were analyzed by means of statistical tests and analysis of conglomerates, content analysis, and subsequent triangulation. It was verified that, in general, the Palmeira das Missões Campus lacks environmental actions, requiring awareness and training for the academic community regarding the conscious use of natural resources, and the correct destination of waste. Actions for health promotion and integration of the servers are necessary, although the work environment is generally considered pleasant. With regard to sustainable purchases, it is necessary to expand and reinforce initiatives that are already perceived. Sustainable building criteria need to be improved, so that adaptations can be made in this direction. Finally, suggestions are presented for the Socio-Environmental Management Plan of the Palmeira das Missões Campus, in order to remedy the lack of information about the socio-environmental actions adopted, which are considered important by a considerable percentage of the academic community, as well as contemplate the challenge proposed in the Institution Development Plan for the years 2016-2016. The research can be applied in others UFSM's campus and in other institutions, with the same objective, as well as it is suggested the reapplication of the questionnaire and a new diagnosis of the Campus after a few years, to verify the efficiency of the proposed actions.

**Keywords:** Environmental Agenda in Public Administration. Institution of Higher Education. Socio-environmental Management.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trajetória da EA e da EDS .....	32
Figura 2 - Eixos temáticos da A3P e Temas mínimos do PLS.....	39
Figura 3 - Inter-relações entre os eixos da A3P.....	44
Figura 4 - Articulação das abordagens teóricas da pesquisa .....	45
Figura 5 - Passos para o desenvolvimento da pesquisa .....	56

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Termo de adesão à A3P: distribuição por esfera de governo .....	37
Gráfico 2 - Adesão à Rede A3P: distribuição por esferas de governo.....	38

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais conceitos apresentados com relação à Desenvolvimento Sustentável ..	30
Quadro 2 - Síntese dos conceitos apresentados sobre Gestão Ambiental .....	35
Quadro 3 - Estrutura do questionário .....	50
Quadro 4 - Relações entre a A3P e os PLS da UFSM.....	70
Quadro 5 - Eixo 1: ações isoladas e não institucionais.....	81
Quadro 6 - Eixo 1: divulgação, sensibilização e capacitação .....	82
Quadro 7 - Eixo 2: desconhecimento sobre a destinação dos resíduos .....	85
Quadro 8 - Eixo 2: divulgação, sensibilização e capacitação.....	88
Quadro 9 - Eixo 3: demanda por ações para qualidade de vida dos servidores .....	92
Quadro 10 - Eixo 4: ações isoladas de sensibilização e capacitação.....	96
Quadro 11 - Eixo 5: baixa qualidade de produtos oriundos de licitação .....	98
Quadro 12 - Eixo 6: infraestrutura sustentável.....	103
Quadro 13 - Sugestões de ações de conscientização e campanhas educativas.....	112
Quadro 14 - Direcionamento das ações para o Plano de Gestão Socioambiental do Campus PM .....	147

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Identificação dos respondentes dos questionários .....	52
Tabela 2 - Percentual de respondentes por categoria.....	71
Tabela 3 - Percentual de respondentes docentes por Departamento.....	72
Tabela 4 - Percentual de respondentes acadêmicos por curso .....	72
Tabela 5 - Perfil dos respondentes: tempo de vínculo, sexo, faixa etária e renda .....	73
Tabela 6 - Conhecimento sobre o PLS e a A3P.....	74
Tabela 7 - Alegação de conhecimento sobre o PLS, por categoria.....	74
Tabela 8 - Alegação de conhecimento sobre a A3P, por categoria.....	75
Tabela 9 - PLS e A3P na UFSM.....	76
Tabela 10 - Eixo 1: ações realizadas no sentido de promover o uso consciente de recursos naturais e bens públicos .....	78
Tabela 11 - Eixo 2: ações relacionadas ao gerenciamento de resíduos .....	83
Tabela 12 - Eixo 3: qualidade de vida no ambiente de trabalho .....	89
Tabela 13 - Eixo 4: sensibilização e capacitação dos servidores.....	94
Tabela 14 - Eixo 5: itens adquiridos com características sustentáveis .....	97
Tabela 15 - Eixo 6: construções sustentáveis.....	100
Tabela 16 - Teste ANOVA: questão 37 X perfil dos respondentes .....	104
Tabela 17 - Importância das ações socioambientais, visão por categoria.....	104
Tabela 18 - Importância das ações socioambientais, visão dos acadêmicos .....	105
Tabela 19 - Importância das ações socioambientais, visão conforme a renda.....	106
Tabela 20 - Testes de adequação das fatoriais a amostra.....	113
Tabela 21 - Matriz componente rotativa .....	114
Tabela 22 - Questão 20: suficiência das ações de sensibilização socioambiental .....	115
Tabela 23 - Questões do Componente 2 .....	115
Tabela 24 - Questões do Componente 3 .....	116
Tabela 25 - Casos estratificados em seus respectivos aglomerados .....	117
Tabela 26 - Médias das variáveis por Cluster .....	117
Tabela 27 - Consumo de recursos da Unidade (2016 a out. 2017).....	122
Tabela 28 - Aquisições do Campus PM (2016 a out. 2017).....	131

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
1.1 PROBLEMÁTICA .....	18
1.2 OBJETIVOS .....	21
1.3 JUSTIFICATIVA .....	21
1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA .....	24
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>26</b>
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	26
<b>2.1.1 O Desenvolvimento Sustentável e a Educação Ambiental</b> .....	<b>30</b>
2.2 GESTÃO AMBIENTAL .....	33
2.3 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) .....	36
<b>2.3.1 Os eixos da A3P e a relação com o Plano de Logística Sustentável</b> .....	<b>39</b>
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PESQUISA</b> .....	<b>47</b>
<b>4 MÉTODO DA PESQUISA</b> .....	<b>49</b>
4.1 DA COLETA DOS DADOS .....	49
4.2 DA ANÁLISE DOS DADOS .....	54
<b>5 RESULTADOS</b> .....	<b>57</b>
5.1 O PLS NA UFSM .....	57
<b>5.1.1 A convergência entre o PLS da UFSM e a proposta da A3P</b> .....	<b>67</b>
5.2 A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA DO CAMPUS PM .....	71
<b>5.2.1 Análise dos questionários aplicados à comunidade acadêmica</b> .....	<b>71</b>
5.2.1.1 Fatores e Componentes que explicam o questionário .....	113
5.3 DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO CAMPUS PM .....	118
5.4 SUGESTÕES DE AÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DO CAMPUS PM .....	134
<b>6. CONCLUSÕES</b> .....	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>153</b>
<b>APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: QUESTIONÁRIO PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA DO CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES ...</b>	<b>161</b>
<b>APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MEMBROS DA COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA UFSM .....</b>	<b>168</b>
<b>APÊNDICE C – PORTARIA DA COMISSÃO DE GESTÃO AMBIENTAL DO CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES .....</b>	<b>171</b>





## INTRODUÇÃO

O acelerado crescimento da população mundial vem acompanhado de significativo incremento no consumo dos recursos naturais e bens deles derivados e, conseqüentemente, do aumento da quantidade de resíduos, muitos sem a adequada destinação final. Em contrapartida, o uso consciente dos recursos naturais é, comumente, trabalhado com base na economia de água e energia elétrica e diminuição ou reciclagem de resíduos sólidos nas atividades domésticas e organizacionais. Entretanto, ao analisar a dimensão do impacto das ações antrópicas no meio ambiente, fica evidente que as ações devem ser repensadas e propostas em maiores escalas.

A importância da conscientização acerca das questões ambientais não é um tema novo, e é cada vez mais recorrente o uso de termos relacionados à preservação do meio ambiente, educação ambiental ou similares no cotidiano, seja em campanhas de escolas, empresas, instituições públicas ou organizações não-governamentais. É crescente, também, a preocupação das organizações e da sociedade com as alterações climáticas e desastres ambientais, que ocorrem com maior frequência e intensidade, em decorrência das ações antrópicas.

Nessa lógica, Nascimento (2012, p. 15) assume a década de 60 como “o período em que se inicia um aumento significativo da consciência ambiental”, considerando a publicação do livro *A Primavera Silenciosa* como um marco na história da gestão ambiental, visto que se “refere à compreensão das interconexões entre o meio ambiente, a economia e as questões relativas ao bem-estar social”. O autor destaca, ainda, a publicação do relatório “Limites ao Crescimento”, em 1972 pelo Clube de Roma, documento que alertava quanto aos riscos do crescimento econômico sem os cuidados necessários em relação às conseqüências ao meio ambiente. Esta obra se constituiu em um marco importante para despertar a consciência ecológica, incentivando os debates em nível mundial.

Luiz et al. (2013) afirmam que foi no ano de 1972, em Estocolmo, onde pela primeira vez entidades governamentais de todo o mundo se reuniram para realizar a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. A partir de então, houve a criação de órgãos e legislações em diversos níveis de governo, e aos poucos o meio empresarial também passou a se preocupar com as implicações das ações antrópicas no meio ambiente, ou seja, as alterações realizadas pelo homem no planeta.

Seiffert (2011, p. 268) coloca que a “necessidade de conciliar o crescimento e preservação ambiental, duas questões antes tratadas separadamente, levou à criação e ao

amadurecimento do conceito de desenvolvimento sustentável”. Este conceito propõe um desenvolvimento que atenda às necessidades atuais da sociedade sem comprometer a possibilidade de atender às necessidades das futuras gerações, e foi disseminado mundialmente, segundo Nascimento (2012), em 1987, por meio do relatório “Nosso Futuro Comum”, publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Porém, segundo Luiz et al. (2013), foi somente em 1992, no Rio de Janeiro, com a aprovação da Agenda 21, que a primeira proposta de desenvolvimento sustentável se consolidou, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio92 ou Eco92). A Agenda 21, segundo a Câmara dos Deputados (1995) é um instrumento que identifica os “problemas prioritários, os recursos e meios para enfrentá-los e as metas para as próximas décadas”, visando concentrar esforços em áreas-chave para o desenvolvimento sustentável, e abrange desde a erradicação da pobreza, os direitos humanos, até a consolidação da paz entre os povos. A Agenda 21 Brasileira foi elaborada entre 1996 e 2002, e a partir do ano de 2003 passou a fazer parte do Plano Plurianual (PPA).

Com base nas recomendações da Agenda 21 e da Rio92, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) propôs o programa denominado Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) (MMA, 2009), no ano de 1999, bem como foram formuladas legislações relacionadas aos princípios e diretrizes da A3P, entre as quais a Instrução Normativa N° 10/2012 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pelos órgãos federais. Essas, são iniciativas a serem adotadas pelo poder público, no sentido de incentivar a conscientização ambiental nestas esferas, e servindo, assim, de exemplo para a sociedade.

A A3P tem como principal objetivo “estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras” (MMA, 2009). Para implantação da A3P, deve-se observar seus eixos, que abordam o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, o gerenciamento de resíduos sólidos, a qualidade de vida no ambiente de trabalho, a sensibilização e capacitação dos servidores, as contratações públicas sustentáveis e construções sustentáveis. Apesar de não ser uma ação obrigatória, existem premiações para as instituições com ações mais relevantes, permitindo uma competição saudável e com resultados que beneficiam a todos.

Os Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) são caracterizados pelo MMA [2012?] como “ferramentas de planejamento que permitem aos órgãos ou entidades estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública”. Embora a A3P seja uma proposta mais antiga que o PLS, mais ampla

e que o engloba, a elaboração deste segundo é obrigatória pelos órgãos federais desde o ano de 2012, e ambos podem se complementar, visto que o PLS pode ser usado em substituição ao Plano de Gestão Socioambiental da A3P, que é o documento no qual ficam estabelecidos os objetivos, projetos, atividades ou ações a serem implementadas, conforme orienta o MMA (2014).

Kruger et al., (2011, p. 45) defendem que: “ao tratar da construção de sociedades sustentáveis, o agente governamental assume importante papel, seja na elaboração, na execução ou na difusão de ações que permitam o efetivo desenvolvimento sustentável”. É evidente a importância de a administração pública incorporar, em suas atividades diárias, iniciativas socioambientais e processos que garantam a sustentabilidade das organizações, cumprindo seu papel, pois consome significativa quantidade de bens e serviços, e poderá servir de exemplo para as organizações privadas e para a sociedade em geral.

No que tange a práticas de gestão ambientalmente corretas em Instituições de Ensino Superior (IES), agendas dessa natureza podem ter ainda mais impacto, visto que são locais onde se qualificam e capacitam membros da sociedade, que uma vez formados retornarão a suas comunidades e integrarão organizações, onde terão a responsabilidade de, em muitos casos, tomar decisões no ambiente organizacional. Porém, ressalta-se que hoje apenas cerca de dezenove IES federais possuem Termo de Adesão à A3P (MMA, 2018b).

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é uma das universidades federais que se expandiu nos últimos anos devido aos programas de expansão do Ensino Superior, do Governo Federal, e possui cinco campi. Atualmente, está entre as IES que ainda não aderiram à A3P, assim como as demais IES do estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, a UFSM já possui o Plano de Logística Sustentável, o que se constitui em uma oportunidade de a Instituição implantar iniciativas de cunho social e ambiental mais abrangentes, aderindo à A3P e ampliando suas ações, principalmente no que tange à sensibilização interna e divulgação das ações.

A A3P vem sendo foco de artigos, trabalhos de conclusão de curso e dissertações, sendo que significativa parte dos estudos recentes objetivam verificar se as ações realizadas em determinada instituição condizem com a proposta da A3P, através de um questionário que determina o índice de adesão (FREITAS, BORGERT, PFITSCHER, 2011; KRUGER, et al., 2011; LUIS, et al., 2013; VIEGAS et al., 2015; BRASIL, et al., 2017; NETO, 2017). Alguns autores realizam o diagnóstico socioambiental para a proposta de ações (PEREIRA, 2016; BRASIL, et al., 2017; CAMARGO, 2018); e se identificou um estudo em que se verifica as ações realizadas em instituição que já aderiu a A3P formalmente (SANTOS, 2017).

Reforça-se que as instituições públicas federais não só devem destacar a relevância da adoção de práticas socioambientais, como também demonstrar na prática que são possíveis de serem implantadas. Neste sentido, esta pesquisa propõe a implantação de práticas socioambientais no Campus de Palmeira das Missões da Universidade Federal de Santa Maria, de acordo com a metodologia da A3P, sendo que para tal se fez necessária uma investigação acerca das práticas socioambientais realizadas, abordando dificuldades, percepções e o contexto da situação atual.

## 1.1 PROBLEMÁTICA

Mudanças na cultura de uma sociedade, como por exemplo em relação aos hábitos de consumo, é algo que não se dá em curtos espaços de tempo, e há evidências de que o crescimento econômico vem acompanhado do aumento do consumo de recursos naturais, bem como do consumo de produtos industrializados, acarretando prejuízos ao meio ambiente.

Segundo Alves (2016), com a globalização e o aperfeiçoamento da tecnologia após a Segunda Guerra Mundial, “o uso dos recursos naturais pelo homem ultrapassa a capacidade de assimilação dos impactos ambientais negativos” (p. 6), impactos estes que deram origem aos primeiros movimentos em favor do meio ambiente. O uso inadequado de recursos naturais pode esgotá-los, e a obsolescência dos produtos atuais, principalmente tecnológicos, contribui para este esgotamento, bem como para o acúmulo de resíduos, muitas vezes descartados inadequadamente.

Santos et al. (2013) destacam o crescimento econômico brasileiro da década de 2000, caracterizado principalmente pela ascensão da chamada “nova classe média brasileira”, sendo que o aumento do emprego e a política de elevação real do salário mínimo ao longo do período proporcionaram um significativo impulso do consumo das famílias. Dado este cenário de crescimento, o Estado tem a oportunidade de impulsionar um novo padrão de desenvolvimento, adotando medidas que sirvam de exemplo não só aos integrantes da sociedade, mas também às demais organizações, alinhado à perspectiva do desenvolvimento sustentável.

No entanto, Jabbour e Jabbour (2013) destacam algumas dificuldades encontradas ao se implantar a gestão ambientalmente adequada nas organizações, entre as quais citam a resistência à mudança por parte da alta administração e funcionários, falta de divulgação interna, visão negativa em decorrência de experiências anteriores com poucos resultados

efetivos e falta de habilidade dos dirigentes em visualizar a relevância de todas as etapas necessárias.

Existe também, segundo Seiffert (2011, p. 21), a ideia de que a adoção de medidas ambientalmente corretas gera novos custos, entretanto, “o que se observa é que a elevação do nível de desempenho ambiental organizacional não está relacionada, em longo prazo, com custos elevados”. Pereira (2016) ressalta que a introdução de ações que necessitem de investimentos públicos demandam planejamento administrativo, orçamentário e financeiro. Contudo, ainda que os custos sejam compensatórios a longo prazo, os atuais cortes orçamentários por parte do Governo Federal impactam negativamente no planejamento das IES.

No entanto, há ações que dependem exclusivamente da iniciativa e da mudança de hábitos, que, com acompanhamento, engajamento, dedicação e um cronograma, podem ser introduzidas de imediato. Vale destacar, neste sentido, a importância de os gestores apoiarem estas ações, proporcionando suporte institucional, espaços para o diálogo, e permitindo que o trabalho seja desenvolvido não como uma atividade secundária, mas prioritária.

Seiffert (2011, p. 275) ressalta que “para que o indivíduo se torne disposto a conservar ou preservar a qualidade ambiental, ele não somente necessita querer, como também deve poder fazê-lo”. Por este motivo, no que tange ao setor público, é importante ressaltar que medidas socioambientais podem ser adotadas e executadas por todos, sejam medidas individuais e rotineiras, ou medidas em relação à política institucional.

Nesta perspectiva, a implantação da A3P é um meio de as organizações públicas adotarem essas medidas e demonstrarem viabilidade de implantação, bem como demonstrar que cada ação individual é importante e amplifica os resultados como um todo. As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), por serem ambientes multidisciplinares e destinados ao ensino, se mostram locais propícios para uma efetiva educação ambiental, através de atividades práticas, projetos e divulgação de ações socioambientais que podem se aplicar aos mais diversos ambientes.

Pereira (2016, p. 17) coloca que “a implantação de práticas sustentáveis em uma instituição de ensino é um desafio, pois, envolve adultos com suas formações e opiniões, e alunos que serão formadores de opinião no futuro”. Além da implantação, a unificação das ações, com uma visão coletiva e multidisciplinar, também é um desafio, pois como colocam Esteves e Falcoski (2012, p. 15), “dentro das universidades, as ações sustentáveis são na maioria dos casos práticas isoladas, entretanto é imprescindível que essas ações sejam sistêmicas e abrangentes a todo o âmbito universitário”.

Na UFSM, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2026 traz informações sobre o contexto da Gestão Ambiental na Instituição. Embora a UFSM possua uma Comissão de Planejamento Ambiental, de caráter consultivo e deliberativo; e um Setor de Planejamento Ambiental, vinculado à Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA), estes órgãos, conforme consta no PDI 2016-2026, “encontram dificuldades e limitações para atender a todas as demandas dos campi universitários” (p. 73).

O PDI 2016-2026 da UFSM destaca que ações relacionadas aos resíduos sólidos vêm sendo realizadas desde os anos 1990, porém, foram “iniciativas pontuais e isoladas, que não se perpetuaram e que encontraram dificuldades para sua consolidação”, sendo que um dos principais entraves era a “falta de uma estrutura administrativa que propiciasse o desenvolvimento de políticas na área ambiental” (p. 74). Ações individuais também são percebidas no que diz respeito à paisagem vegetal do campus sede, que é caracterizada no PDI 2016-2026 como “um mosaico de propostas vegetacionais individuais” (p. 78).

A UFSM possui o programa UMA – Universidade Meio Ambiente –, que tem como um dos objetivos a consolidação do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS). Este, por sua vez, possui objetivos e ações que buscam nortear a Instituição no que tange a práticas sustentáveis. Porém, conforme se destaca no PDI 2016-2026, “para que os objetivos propostos para a gestão ambiental sejam alcançados é necessário que a UFSM possua uma unidade administrativa com porte, respaldo e orçamento condizentes com o volume de ações e iniciativas a serem desenvolvidas” (p. 82). Além disso, é necessário um “programa contínuo de educação ambiental” (p. 81), para que as ações ocorram de forma institucional e pontual, e não como ações individuais e isoladas.

O PLS traz temas mínimos a serem abordados, os quais condizem com o exigido pela A3P. Esta, entretanto, traz um eixo com maior foco em relação ao PLS, que é a “Sensibilização e Capacitação dos Servidores”. Além disso, a A3P propõe um sistema de selos que são concedidos às instituições que aderem à Agenda, fazem relatórios anualmente, e são premiadas no Prêmio Melhores Práticas da A3P.

Desta forma, a A3P, além de exigir a realização de programas de capacitação e sensibilização como forma de institucionalizar e qualificar as ações, também traz, junto ao compromisso da adesão, a possibilidade de divulgação, e conseqüente visibilidade, da Instituição como adepta e praticante de ações socioambientais. Para demonstrar à comunidade acadêmica a importância e viabilidade da implantação de práticas socioambientais em uma IES pública, apresenta-se a situação-problema: que ações específicas poderiam ser adotadas

pelo Campus de Palmeira das Missões (Campus PM) da UFSM de forma torna-lo mais sustentável?

## 1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é propor ações para a implantação A3P no Campus PM da UFSM. Para que o objetivo geral seja alcançado, considera-se necessário adotar como objetivos específicos:

- a) identificar as propostas do PLS da UFSM que são consoantes com os eixos da A3P, e quais as principais dificuldades de implementação e execução do mesmo;
- b) fazer um levantamento do conhecimento da comunidade acadêmica sobre as ações realizadas no Campus PM, relacionadas aos eixos da A3P;
- c) realizar um diagnóstico socioambiental do Campus PM, conforme o que propõe o MMA (2017a), junto à Comissão de Gestão Ambiental do Campus;
- d) propor ações para a elaboração de um Plano de Gestão Socioambiental para o Campus PM.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

É salientada, constantemente, na mídia, a importância de a sociedade mudar padrões de consumo e criar hábitos sustentáveis, de modo a preservar os recursos naturais e reduzir o consumo de bens e serviços, assegurando que as gerações presentes e futuras tenham suas necessidades atendidas. Além das atitudes individuais, é importante que as organizações adotem medidas socioambientais, principalmente porque a cultura organizacional influencia não só nos hábitos de seus funcionários e clientes, mas também as suas cadeias de suprimentos. Seiffert (2011, p. 270) cita que “o pressuposto cultural se constitui no ponto de alavancagem de maior impacto entre os demais pressupostos do desenvolvimento sustentável”.

Segundo Pereira (2016, p. 20), “a importância de ações voltadas à educação ambiental em um ambiente escolar resulta na questão da formação do aluno”, deixando-o preparado para o mercado de trabalho, que buscará, além das competências da formação, proatividade e inovação, de modo que o colaborador saiba observar o ponto de vista ambiental, social e econômico no desenvolver de suas atividades.

Segundo Carvalho e Sousa (2013), o setor público é o maior consumidor de bens e serviços no mercado brasileiro, movimentando cerca de 10% a 15% do Produto Interno Bruto (PIB). Com relação à este ponto, cabe destacar a importância das “**compras públicas sustentáveis**” como um dos eixos da A3P a ser trabalhado.

Alves (2016, p. 20) comenta que o ritmo da mudança dos mercados, no sentido de se tornarem verdes, dependerá do grau que as pressões exercem sobre ele, “e o governo tem a função de impulsionar o desenvolvimento social sem prejuízo ao meio ambiente”, bem como tem “poder de influência sobre as empresas e o mercado verde”. Este fato sugere que os padrões de consumo e práticas adotadas pelo governo podem influenciar nas cadeias de suprimentos, e no caso de IES, um dos meios é exigindo de seus fornecedores, por meio dos processos licitatórios, que estes também adotem práticas ambientalmente corretas, seja na prestação dos serviços ou nos produtos comercializados.

No que tange às IES, Flores (2016, p. 22) comenta que “estas instituições tem o papel de educar e formar profissionais, mas também devem atuar como um exemplo por meio de suas práticas de gestão ambiental, diminuindo os impactos ambientais causados por suas operações e contribuindo para a sensibilização da sociedade”. Portanto, estas instituições têm o compromisso de difundir práticas ambientalmente corretas, visto que o local é voltado ao ensino e as suas práticas servem de exemplo a toda a comunidade acadêmica e à sociedade.

A gestão ambiental, no âmbito organizacional, é fator preponderante para a redução de impactos ambientais e melhoria do desempenho, conciliando o desenvolvimento da organização com a preservação ambiental. Araújo et al. (2014, p. 3581) comentam que “é notório que as práticas de gestão ambiental são pautadas e interligadas a diversas normas em prol da minimização de impactos negativos gerados ao meio ambiente”. O eixo da A3P “**uso racional dos recursos naturais e bens públicos**” se mostra, então, relevante, no sentido de que traz benefícios não só à preservação, mas também na redução de gastos financeiros a longo prazo.

Luiz et al. (2013) comentam que as práticas socioambientais não se resumem apenas a cumprir exigências legais, mas também implicam em evitar o desperdício, usar os recursos naturais com consciência, realizar descartes de forma adequada, e participar ativamente na construção de uma sociedade melhor. Alinhado a esta perspectiva, Seiffert (2011, p. 268) assevera que “a consciência de que é necessário utilizar com parcimônia os recursos naturais, uma vez que estes podem se esgotar rapidamente, mobiliza a sociedade no sentido de se organizar para que o crescimento econômico não seja predatório, mas sim sustentável”.



Neste sentido, o eixo da A3P “**construções sustentáveis**” traz a visão do uso racional dos recursos naturais voltadas aos prédios e construções, que podem ser pensados desde a concepção de maneira sustentável, ou adaptados. A utilização de material biodegradável ou menos prejudicial ao meio ambiente, a destinação dos resíduos, o reaproveitamento da água da chuva, o posicionamento em relação ao sol para aproveitamento da claridade natural, sensores de presença, todos são fatores que implicam na redução do consumo de recursos, tanto naturais quanto financeiros.

O “**gerenciamento dos resíduos sólidos**”, outro eixo da A3P, também se mostra relevante no que tange às práticas de descarte na instituição, visto que deve haver uma gestão adequada, a qual abranja desde os resíduos de construções até os resíduos diários, de materiais de expediente aos restos de alimentos, para que tenham a destinação correta. Este eixo aborda a segregação dos resíduos e sua coleta, e, nesta perspectiva, Melo (2013, p. 38) coloca que “para que a coleta seletiva seja eficaz é importante garantir a correta destinação dos resíduos para as empresas que trabalham com reciclagem, que geralmente são associações e cooperativas”, ou seja, implica também na economia local.

Neste contexto pode-se destacar também que a gestão de resíduos vem ao encontro da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A PNRS consiste na elaboração, pelo Governo Federal, estados, municípios ou regiões, de um conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações que objetivem o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Um dos princípios da PNRS é “o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (BRASIL, 2010). A Lei nº 12.305/2010 também institui a responsabilidade compartilhada, que tem entre os objetivos compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais, promover o aproveitamento de resíduos sólidos e incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental, vindo ao encontro do que sugere a A3P, sobre fazer parcerias com cooperativas e associações de reciclagem locais.

No que concerne ao envolvimento dos funcionários, segundo Alves (2016, p. 83) “o envolvimento dos empregados nos aspectos socioambientais da organização podem elevar sua motivação no ambiente de trabalho, contribuindo para a melhoria generalizada do clima organizacional da empresa”, e assim se destaca a importância de outro eixo da A3P, a “**qualidade de vida no ambiente de trabalho**”. Por este motivo, é importante que não somente as organizações adotem tais medidas, mas também envolvam os trabalhadores, fazendo-os perceber que podem fazer a diferença em prol do desenvolvimento sustentável. As

práticas devem proporcionar qualidade de vida ao servidor, em consonância com a preservação ambiental.

Segundo o MMA (2018a), no estado do Rio Grande do Sul os únicos órgãos adeptos a A3P com Termo de Adesão, documento necessário para oficialização adesão, são o Município de Passo Fundo, a Câmara Municipal de Passo Fundo, e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Dentre as instituições de ensino superior, nenhuma localizada no Rio Grande do Sul é adepta. Assim, percebe-se a importância de difundir essas práticas na região, e a oportunidade de a UFSM aderir a esta Agenda, de modo a cumprir seu papel socioambiental.

Devido às políticas de expansão das IES, a UFSM, que possuía campus apenas na cidade de mesmo nome, criou desde o ano de 2005 mais quatro campi no mesmo estado (um dos quais não está mais em funcionamento). Em razão de ser um órgão federal, a UFSM já possui um Plano de Logística Sustentável. Portanto, para aderir a A3P seria necessário apenas adequar o PLS aos eixos propostos pela A3P, capilarizando suas ações na região de atuação.

Apesar de todos os órgãos federais obrigatoriamente possuírem o PLS, muitos servidores desconhecem sua existência, finalidade ou conteúdo. A divulgação interna das ações socioambientais é fator relevante para o sucesso da implementação destas, visto que, quanto mais pessoas engajadas em prol deste objetivo, melhores tendem a ser os resultados. A divulgação das ações, entretanto, deve ser acompanhada da sensibilização e capacitação dos usuários.

Flores (2016, p.30) destaca que a capacitação “permite a divulgação da política ambiental e a sensibilização sobre os impactos ambientais de suas atividades”, e Alves (2016), por sua vez, comenta que esta deve ser vista como um investimento, visto que proporcionará mais agilidade e competência às atividades realizadas. Desta forma, se evidencia a importância da “**sensibilização e capacitação dos servidores**”, outro eixo da A3P, para que se sintam parte do processo, se mantenham cientes de suas responsabilidades e responsáveis por cumprir o seu papel perante a organização e a sociedade.

#### 1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

Esta pesquisa apresenta a seguinte estrutura: o Capítulo 1 engloba a introdução ao tema a ser estudado, contexto do qual emerge o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, e a justificativa da mesma. O Capítulo 2 aborda a revisão bibliográfica, contemplando os temas relacionados: desenvolvimento sustentável, com um breve viés relacionado a educação ambiental, gestão ambiental, e a A3P, bem como as legislações no

âmbito do tema. O Capítulo 3 caracteriza a unidade de pesquisa. O Capítulo 4 discorre sobre a metodologia a ser utilizada para a coleta e análise dos dados. No Capítulo 5 constam os resultados da pesquisa, seguidos pelas Considerações Finais no Capítulo 6. Por fim, constam as Referências utilizadas.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção, e em seus desdobramentos, se busca estabelecer os fundamentos teóricos que orientam esta pesquisa. Para tanto, se faz uma abordagem sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e suas dimensões, e em seguida sobre sua relação com a educação ambiental. Na sequência, discorre-se sobre a gestão ambiental com foco nas organizações públicas; e, por fim, A3P e seus eixos.

### 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável tem seu conceito definido pela primeira vez em 1987, no relatório “Nosso Futuro Comum”, publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), e define um desenvolvimento que atenda às necessidades atuais da sociedade, de modo a não restringir que as gerações futuras também atendam suas necessidades. Ainda assim, apenas na segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, que se discutiu efetivamente este tema, junto a elaboração da Agenda 21.

Rodrigues (2014, p. 20) coloca que o desenvolvimento sustentável foi entendido como “uma forma de mudança da sociedade que, além dos tradicionais objetivos de desenvolvimento, tem o objetivo ou a restrição da sustentabilidade ecológica”. Por desenvolvimento, para esta pesquisa, entende-se um crescimento de forma positiva, ou seja, um crescimento de qualidade, levando em consideração as variáveis relacionadas a cada caso, assim como sugere Oliveira (2002).

Gazzoni (2014) considera importante destacar a diferença entre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. A sustentabilidade pressupõe um equilíbrio dinâmico, sendo que seria, segundo o autor, “requisito básico para o desenvolvimento sustentável, que tem raízes na economia e leva a sustentabilidade em consideração para consecução de seus objetivos” (p. 19). Apesar de terem originalmente conceitos diferentes, o autor coloca que os termos hoje se confundem, sendo tratados como sinônimo por alguns autores.

Entretanto, vale ressaltar que estes termos não devem ser confundidos, visto que “sustentabilidade” por si só implica em algo ser capaz de se manter ao longo do tempo, seja um projeto, uma empresa ou inclusive um modo de vida. Já o termo “desenvolvimento sustentável” implica em haver um crescimento com melhorias, levando em consideração as

diferentes dimensões do mesmo e assegurando a sustentabilidade ao longo do tempo. Os autores que tratam do tema, trazem o desenvolvimento sustentável sob diferentes dimensões.

Não há consenso entre os autores sobre as dimensões, mas pode-se dizer que as três principais, de consenso da maioria, são as dimensões econômica, social e ambiental. Este tripé é o que Elkington (2004) denominou *triple bottom line*. Este termo, segundo o autor, teve origem no ano de 1994, em decorrência da necessidade de tratar tais dimensões de forma mais integrada, para um verdadeiro progresso ambiental. No ano seguinte, o autor desenvolveu também o 3P, que indica basicamente o mesmo tripé, por meio das palavras Pessoas, Planeta e Lucros (*People, Planet and Profits*).

As mesmas três dimensões são apresentadas por Dias (2011), o qual diz que o mais importante é o equilíbrio dinâmico, necessário e permanente, que as dimensões devem ter. Dias (2011) explica que, do ponto de vista econômico, as empresas precisam ser economicamente viáveis, dando retorno ao capital privado nelas investido. Do ponto de vista social, as empresas devem proporcionar aos seus empregados boa qualidade de vida e condições de trabalho, contemplando a diversidade cultural, oferecendo oportunidades e sendo ativas na comunidade local. E do ponto de vista ambiental, a organização deve pautar-se pela ecoeficiência, adotando práticas de produção mais limpa, desenvolvendo uma cultura ambiental organizacional e tendo responsabilidade ambiental.

Nanke (2002) coloca que a sustentabilidade do ciclo da natureza representa o marco limite e intransponível para todas as atividades humanas. Por isso, é preciso estabelecer parâmetros ecológicos para o desenvolvimento econômico e social, integrando demandas do meio ambiente com todas as áreas da política.

Nascimento (2012) também traz este tripé como sendo a base para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, o autor acrescenta outros fatores correlacionados, como a necessidade de um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório; um sistema econômico capaz de gerar excedentes e know-how técnico; um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não equilibrado; um sistema de produção que preserve a base ecológica do desenvolvimento; um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções; um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; e um sistema administrativo flexível e capaz de se autocorrigir.

Percebe-se, com as colocações de Nascimento (2012), que o tripé economia-sociedade-meio ambiente deve estar em equilíbrio para que o desenvolvimento sustentável ocorra, pois a instabilidade em um das dimensões pode prejudicar as demais. Além do tripé,

portanto, deve-se levar em consideração tudo com o que elas interagem. É necessário que diferentes grupos de interesse tenham capacidade adaptativa, e, ainda mais difícil que isto, que os diferentes grupos tenham um interesse em comum, o desenvolvimento sustentável em todos os sentidos, do econômico ao ambiental.

O economista Ignacy Sachs, tendo participado da primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em 1972, e posteriormente da Conferência de 1992, pode ser considerado um dos mais importantes autores sobre o tema, e traz outras dimensões.

Sachs (2002, p. 60) coloca que “é necessária uma combinação viável entre economia e ecologia, pois as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas compete às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho”, deixando clara a necessidade da inter-relação entre as dimensões. O autor refere-se em suas falas ao ecodesenvolvimento, o que pode ser considerado uma origem do termo desenvolvimento sustentável.

Sachs (2004, p. 362) comenta que o desenvolvimento deve ser “includente do ponto de vista social, sustentável do ponto de vista ecológico e sustentado do ponto de vista econômico”. Percebe-se, aqui, também uma referência às três dimensões já apresentadas, entretanto, em sua obra *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável* (2002), o autor considera oito dimensões/critérios, a saber:

a) a sustentabilidade *social*, sendo a própria finalidade do desenvolvimento, visando homogeneidade social, distribuição de renda justa, emprego pleno e igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais;

b) a sustentabilidade *cultural*, buscando equilíbrio entre tradição e inovação, e a elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno;

c) a sustentabilidade *ecológica*, preservando o potencial produtivo da natureza quanto aos recursos naturais, e limitando o uso dos recursos não-renováveis;

d) a sustentabilidade *ambiental*, respeitando a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;

e) a sustentabilidade *territorial*, com equilíbrio de regiões urbanas e rurais, superação das disparidades inter-regionais e melhoria do ambiente urbano;

f) a sustentabilidade *econômica*, com desenvolvimento intersetorial equilibrado, segurança alimentar, capacidade de modernização contínua e inserção na economia internacional;

g) a sustentabilidade *política nacional*, com democracia, capacidade de implementar projetos nacionais, e coesão social; e

h) a sustentabilidade *política internacional*, garantindo a paz e a cooperação internacional, controle efetivo dos sistemas financeiro e de negócios, cooperação científica e tecnológica, e um controle efetivo da gestão do patrimônio global, incluindo o meio ambiente e os recursos naturais.

Para Nantke (2002), o modelo de desenvolvimento sustentável não pode ser implementado subitamente. Segundo este autor, “uma economia e sociedade sustentável não podem ser definidas de forma conclusiva por meio de critérios exatos, nem pode ser comandada como se fosse um sistema de metas detalhadas” (p. 97), mas sim, é necessário um processo de aprendizado em que política, ciência, economia e cultura devem encontrar formas de trabalhar e viver, viáveis para o futuro.

Logicamente, o cenário é de um sistema instável, com muitas dimensões, e é preciso que haja sinergia entre estas dimensões. “O desenvolvimento sustentável pressupõe participação, diálogo, respeito às diferenças, reconhecimento das capacidades e uma visão integradora das suas várias dimensões econômica, política, cultural, tecnológica e ambiental”. (VARGAS, 2002, p. 12). Portanto, ainda há muito o que aprendermos como sociedade até alcançar um desenvolvimento sustentável pleno.

O desenvolvimento, como coloca Sachs (2004, p. 368), é pluridimensional e pluridisciplinar, portanto, “requer um paradigma oposto ao excludente e concentrador que conhecemos no passado, o essencial é criar um desenvolvimento includente e, ao mesmo tempo, superar os modos predatórios de utilização da natureza”. Este autor coloca que não se trata de coibir o desenvolvimento em prol do ambientalismo, ou não usar a natureza, mas sim, definir o bom uso desta.

O Quadro 1 apresenta um resumo das ideias-chave apresentadas pelos autores nesta seção, com o conceito elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, as dimensões que o Desenvolvimento Sustentável envolve, das quais o *Triple Bottom Line* é o mais utilizado pelos autores, e o entendimento de que é necessária a integração entre as dimensões.

A integração entre as dimensões, e a abordagem do tema de forma multidisciplinar, são as principais formas de demonstrar que é necessário a ação conjunta da sociedade em prol do desenvolvimento sustentável. Ações isoladas fazem a diferença, mas são as ações conjuntas que viabilizam de fato a sustentabilidade. Sachs (2004, p. 358) complementa, ainda:

A mudança do padrão da demanda é logicamente a variável mais importante nesse jogo de harmonização, porém, ela passa pela modificação dos estilos de vida e dos padrões de consumo, assim é uma variável extremamente difícil de se manipular e exige, antes de mais nada, um enorme esforço de educação.

Quadro 1 - Principais conceitos apresentados com relação à Desenvolvimento Sustentável

CONCEITOS	DIMENSÕES	INTEGRAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento que atenda às necessidades atuais da sociedade, de modo a não restringir que as gerações futuras também atendam suas necessidades (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987).</li> <li>• “Uma forma de mudança da sociedade que, além dos tradicionais objetivos de desenvolvimento, tem o objetivo ou a restrição da sustentabilidade ecológica” (RODRIGUES, 2014, p. 20).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há um consenso sobre as dimensões do DS.</li> <li>• Elkington (2004) denomina <i>Triple bottom line</i> as dimensões econômica, social e ambiental.</li> <li>• Sachs (2004), Dias (2011), Nascimento (2012), corroboram estas dimensões.</li> <li>• Sachs (2002) considera, além das dimensões econômica, social e ambiental, mais cinco dimensões: cultural, ecológica, territorial, política nacional e política internacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• "o mais importante é o equilíbrio dinâmico, necessário e permanente, que as dimensões devem ter" (DIAS, 2011).</li> <li>• “pressupõe participação, diálogo, respeito às diferenças, reconhecimento das capacidades e uma visão integradora das suas várias dimensões econômica, política, cultural, tecnológica e ambiental” (VARGAS, 2002, p. 12).</li> <li>• "é pluridimensional e pluridisciplinar" (SACHS, 2004, p. 368).</li> <li>• "é preciso estabelecer parâmetros ecológicos para o desenvolvimento econômico e social, integrando demandas do meio ambiente com todas as áreas da política" (NANKE, 2002).</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A educação, conforme destacado, tem papel importante para o desenvolvimento sustentável, por este motivo, se discute este tema na próxima seção.

### 2.1.1 O Desenvolvimento Sustentável e a Educação Ambiental

Educação Ambiental (EA) e Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) são termos que não possuem consenso ou uma definição exata. Barbieri e Silva (2011) e Pitanga (2016) trazem o histórico e algumas opiniões a respeito destes termos, visto que alguns autores trazem a EA como parte da EDS, alguns trazem a EDS como um estágio evolutivo da EA, e outros ainda colocam ambos como temas sobrepostos. Não cabe, nesta pesquisa, discutir a pertinência destas colocações, portanto, ambos os termos serão tratados como sinônimos, segundo o que propõem Barbieri e Silva (2011), os quais ressaltam que o tema se confunde em algumas publicações, sendo indiferente o uso de ambos.

Piccoli et al. (2016) descrevem EA como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e



competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e a sua sustentabilidade”. Araújo et al. (2014) consideram a EA ferramenta indispensável para estimular ações que contemplem e estimulem a educação e as práticas ambientais.

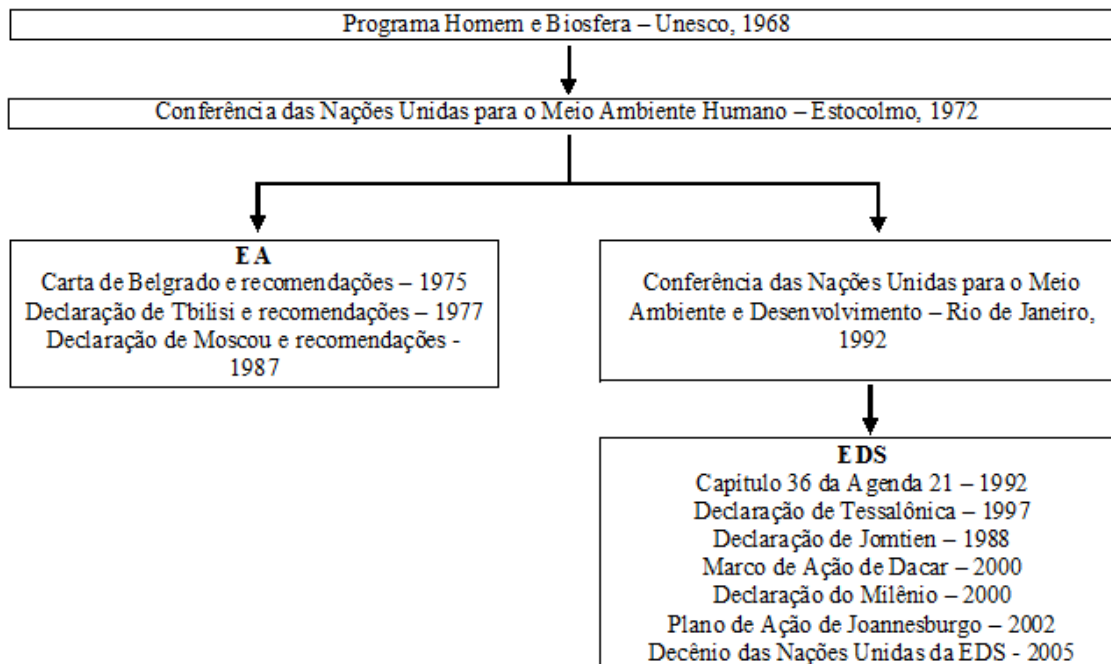
“A educação para o desenvolvimento sustentável tem por objetivo o provimento de conhecimentos e de atitudes para que as pessoas possam tomar decisões e agir de forma coerente com os propósitos e, desse modo, conceber o desenvolvimento” (BARBIERI; SILVA, 2011, p. 62). É, portanto, um instrumento essencial para o desenvolvimento sustentável. Nas escolas e universidades, costuma-se trabalhar a educação ambiental como um tema transversal, interdisciplinar. Entretanto, não é um tema obrigatório para todos os níveis e esferas. Apesar de bastante discutido internacionalmente, em eventos e com a realização de acordos entre países e universidades, o tema nem sempre é abordado com a devida importância em todos os níveis escolares.

A falta de importância para com o tema pode dever-se ao fato de a legislação ambiental e as discussões sobre o tema serem relativamente recentes, tendo grandes modificações e enfoque principalmente nos últimos trinta anos, sendo necessário aos gestores e educadores mais antigos atualizarem-se. Barbieri e Silva (2011) trazem a trajetória e os documentos intergovernamentais importantes que citam a EA e a EDS, que pode ser observada na Figura 1.

Barbieri e Silva (2011, p. 56) comentam que a Carta de Belgrado “é um dos documentos mais importantes sobre EA em termos de conceitos, princípios e diretrizes associados ao desenvolvimento sustentável”. Porém, posteriormente reforçam que a Declaração de Tessalônica “considerou válidos os planos e as recomendações das conferências de Belgrado, Tbilisi, Moscou e outras relacionadas com a EA, mas reconheceu que não foram completamente explorados, e os resultados alcançados foram insuficientes” (p. 60).

Resultado da Rio92, a Agenda 21 (CAMARA DOS DEPUTADOS, 1995), em seu Capítulo 36, embora não faça menção direta ao termo EA, trata da Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento, e coloca que “o ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento” (p. 429). Ainda, deve ser parte essencial do aprendizado esta visão voltada ao ambiente e ao desenvolvimento para conferir consciência ambiental, valores e atitudes, e técnicas e comportamentos que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão.

Figura 1 - Trajetória da EA e da EDS



Fonte: Barbieri e Silva (2011).

A Agenda 21 define ainda, no Capítulo 36, objetivos, atividades e meios de implementação para a Reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável, o Aumento da consciência pública e a Promoção do treinamento. Barbieri e Silva (2011, p. 61) comentam que a “Declaração de Tessalônica recomenda que os planos de ação para a educação, o meio ambiente e a sustentabilidade sejam elaborados em nível local e regional e que a educação faça parte integral das Agendas 21 locais”.

Por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento do ano de 2002 (Rio+10), realizada em Joannesburgo, foi proposta a Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), de 2005 a 2014, “como uma maneira de sinalizar que educação e aprendizagem encontram-se no centro das abordagens para o desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2005, p. 26).

A DEDS traz como atores da educação para o desenvolvimento as organizações governamentais e intergovernamentais, a sociedade civil e organizações não-governamentais, e o setor privado, afinal, todos são, ou deveriam ser, partes interessadas. O esforço em educação cabe a todos, famílias, sociedade, instituições e governo.

Araújo et al. (2014), destacam que a EA no âmbito organizacional deve ser voltada a todos, sejam empresários, colaboradores, fornecedores e consumidores, envolvendo todos os

níveis hierárquicos da organização para que os integrantes absorvam e disseminem novas práticas, modificando hábitos nocivos ao desenvolvimento sustentável.

A educação superior também tem seu papel destacado na DEDS, devendo “assumir uma função de liderança, colocando em prática o que os professores ensinam, buscando que as compras, os investimentos e serviços sejam sustentáveis e estejam integrados ao ensino e à aprendizagem” (UNESCO, 2005, p. 62). Destaca-se, ainda, na DEDS, que os currículos do ensino superior devem incluir conteúdo, materiais e ferramentas, bem como estudos de casos e identificação das melhores práticas.

A Agenda 21 (MMA, 2004) já recomendava a reforma do ensino superior nas universidades públicas, para que estivessem voltadas ao desenvolvimento sustentável. Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento do ano de 2012 (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro, discutiu-se o papel das instituições de ensino, como pode ser conferido neste excerto retirado do documento-síntese do evento:

Nós encorajamos fortemente as instituições de ensino a considerarem a adoção de boas práticas de gestão sustentável em seus campi e em suas comunidades, com a participação ativa de, entre outros, estudantes, professores e parceiros locais, e ensinando o desenvolvimento sustentável como um componente integrado através das disciplinas (ONU, 2012, p. 44, tradução nossa).

Devido à expansão e interiorização do ensino superior e ampliação do número de vagas dos últimos anos, tendo a comunidade acadêmica aumentado consideravelmente, destaca-se a importância de as IES aderirem a uma gestão ambiental integrada aos processos cotidianos e planos de desenvolvimento.

## 2.2 GESTÃO AMBIENTAL

Gestão ambiental, como o nome sugere, consiste na gestão de processos, aliada ao respeito ao meio ambiente. Barbieri (2011, p. 19) coloca que gestão ambiental pode ser entendida como “as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais [...] com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, tanto reduzindo, eliminando ou compensando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quanto evitando que eles surjam”.

Outra definição, é a proposta de Jabbour e Jabbour (2013, p. 7), que caracterizam a gestão ambiental como a “adoção de práticas gerenciais de planejamento e organização, de gestão operacional e de comunicação que objetivam a melhoria da relação entre a organização

e o meio ambiente”, tendo como consequência a redução de impactos ambientais e benefícios associados à melhoria do desempenho ambiental. Destaca-se que não há, ainda, um consenso acerca do conceito de Gestão Ambiental, visto que o mesmo vem evoluindo junto às discussões sobre o assunto no decorrer dos anos.

Luiz et al. (2013, p. 56) colocam que “a Gestão Ambiental é uma das alternativas mais plausíveis de se alavancar os índices de desenvolvimento sustentável”. Barros et al. (2013) explicam que a principal referência da gestão ambiental no Brasil é a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA - Lei nº 9.638/81), e que os instrumentos de gestão ambiental servem para evitar perdas drásticas no meio ambiente, as quais correspondem às externalidades negativas do sistema de produção, e que não são contabilizadas adequadamente pelo mercado.

Estes instrumentos, a que Barros et al. (2013) se referem, estão elencados no artigo 9º da PNMA, e consistem no estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, licenciamentos, zoneamentos, penalidades disciplinares ou compensatórias, cadastros federais, entre outras medidas preventivas e coibitivas. É interessante observar que estas medidas, embora sejam questões legais, nem sempre funcionam efetivamente. Braga (2010, p. 10) aponta duas deficiências que “comprometem a base de toda a estrutura institucional responsável pela formulação e aplicação das normas ambientais brasileiras”: o grande número de instâncias decisórias com poder para editar as normas ambientais, e a baixa qualidade das regras que disciplinam o processo administrativo de produção normativa no CONAMA.

Jabbour e Jabbour (2013), destacam alguns benefícios da gestão ambiental para as organizações, a saber: melhoria do desempenho operacional e conseqüente redução dos custos operacionais (ecoeficiência); melhoria do potencial inovador, tanto de processos, quanto de produtos, o que pode implicar também na identificação de novas oportunidades de mercado; antecipação e influência da regulamentação ambiental, sendo proativa e gerando vantagem competitiva; acesso a fontes de crédito e financiamento; elevação da reputação da organização e a conseqüente geração de mídia espontânea pela postura ambientalmente correta, gestão de recursos humanos com implicação na motivação; estabelecimento de novas parcerias, principalmente com instituições de ensino e pesquisa; e redução do risco de gestão.

Por outro lado, Jabbour e Jabbour (2013) destacam algumas dificuldades internas na implementação da gestão ambiental nas organizações, como a carência de recursos financeiros ou humanos específicos para este fim; a dificuldade de entendimento e percepção dos gestores; a dificuldade de implantação e manutenção de práticas; atividades e cultura da organização, com resistências, visão negativa em decorrência de experiências anteriores, instabilidade administrativa ou falta de divulgação interna. Já as dificuldades externas estão

nas certificações, que exigem conhecimento e, às vezes, têm custos financeiros; a situação macroeconômica do país; a instabilidade institucional (fragilidades no conjunto de regulamentações); e, a falta de suporte e de diretrizes.

Dias (2011) destaca a importância da conscientização e da atuação do setor de recursos humanos das organizações, ao incorporar nestas a mudança de processos em prol do meio ambiente. O autor salienta que se deve contar com a participação de diferentes setores da sociedade nos treinamentos, possibilitando compreender todas as variáveis integrantes do contexto da visão ambiental, e evitando o pensamento de que é um discurso vazio ou incoerente.

Vale, ainda, destacar o papel da governança para com a questão ambiental. Nesta lógica, Jacobi e Sinisgalli (2012, p. 1471) trazem o conceito de Governança Ambiental como algo que transcende ao simples conjunto de formatos de gestão, pois vai além da questão da mera fiscalização por parte da sociedade. Estes autores destacam a dimensão de compartilhamento da governança ambiental, que é “baseada na participação ampliada em todos os processos, o que demanda o envolvimento ativo de todas as partes interessadas (*stakeholders*) em agendas pautadas pela busca de cooperação e consenso”.

Jacobi e Sinisgalli (2012) destacam, também, que o maior desafio é buscar os pontos de comum acordo que impliquem positivamente nos processos de fortalecimento de políticas públicas ambientais, o que não vem efetivamente acontecendo. O Quadro 2 apresenta uma síntese das ideias apresentadas nesta seção.

Quadro 2 - Síntese dos conceitos apresentados sobre Gestão Ambiental

CONCEITOS	DIRETRIZES	DIFICULDADES X BENEFÍCIOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• “As diretrizes e as atividades [...] com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente” (BARBIERI, 2011, p. 19).</li> <li>• “Adoção de práticas gerenciais [...] que objetivam a melhoria da relação entre a organização e o meio ambiente” (JABBOUR; JABBOUR, 2013, p. 7).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA - Lei nº 9.638/81) define instrumentos de gestão ambiental.</li> <li>• Deficiências da estrutura institucional: grande número de instâncias decisórias e a baixa qualidade das regras que disciplinam o processo administrativo (BRAGA, 2010, p. 10).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Benefícios: ecoeficiência; novas oportunidades de mercado; antecipação e influência da regulamentação ambiental; acesso a fontes de crédito; reputação da organização; estabelecimento de parcerias; redução do risco de gestão, entre outros.</li> <li>• Dificuldades de implementação: carência de recursos financeiros ou humanos; dificuldade de implantação e manutenção de práticas; visão pessimista; falta de divulgação interna; falta de suporte e de diretrizes, entre outras (JABBOUR; JABBOUR, 2013).</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Em relação ao setor público, é importante que além de criar regulamentações para incentivar e cobrar atitudes socioambientais das organizações, o mesmo implemente práticas nesta orientação. Vale salientar, também, que por meio de uma gestão ambiental planejada, tanto o setor público, como o setor privado têm condições de adotar práticas ambientalmente corretas, conciliando aspectos culturais, econômicos, sociais e ambientais no desenvolvimento de suas atividades diárias, com impactos positivos sobre o meio ambiente e a sociedade, favorecendo o desenvolvimento sustentável. Por propor a adoção de práticas socioambientais, a A3P, como proposta pelo MMA, pode ser um meio de se iniciar uma gestão ambientalmente correta em instituições do setor público.

### 2.3 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

A A3P é uma iniciativa do MMA que propõe a implantação da gestão socioambiental no setor público. O objetivo principal da A3P é “aumentar a eficiência da gestão e incorporar critérios de gestão socioambiental nas atividades públicas” (MMA, 2014, p. 9). Conforme o MMA (2009, p. 31), as diretrizes da A3P se fundamentam não só na Agenda 21, mas também no Princípio 8 da Declaração da Rio92, o qual afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”.

A iniciativa, que pode ser implantada em órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, vem sendo desenvolvida e trazendo novidades ao longo dos últimos anos. A concepção da ideia se deu no ano de 1999, porém somente em 2001 o Programa foi oficialmente criado. Segundo o MMA (2014), no ano de 2002 a A3P recebeu o prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente, pela Unesco. No ano de 2005 criou-se a Rede A3P, um canal de comunicação entre os órgãos públicos que aderem à Rede, e também passaram a ser realizados Fóruns nacionais sobre os temas relacionados à Agenda.

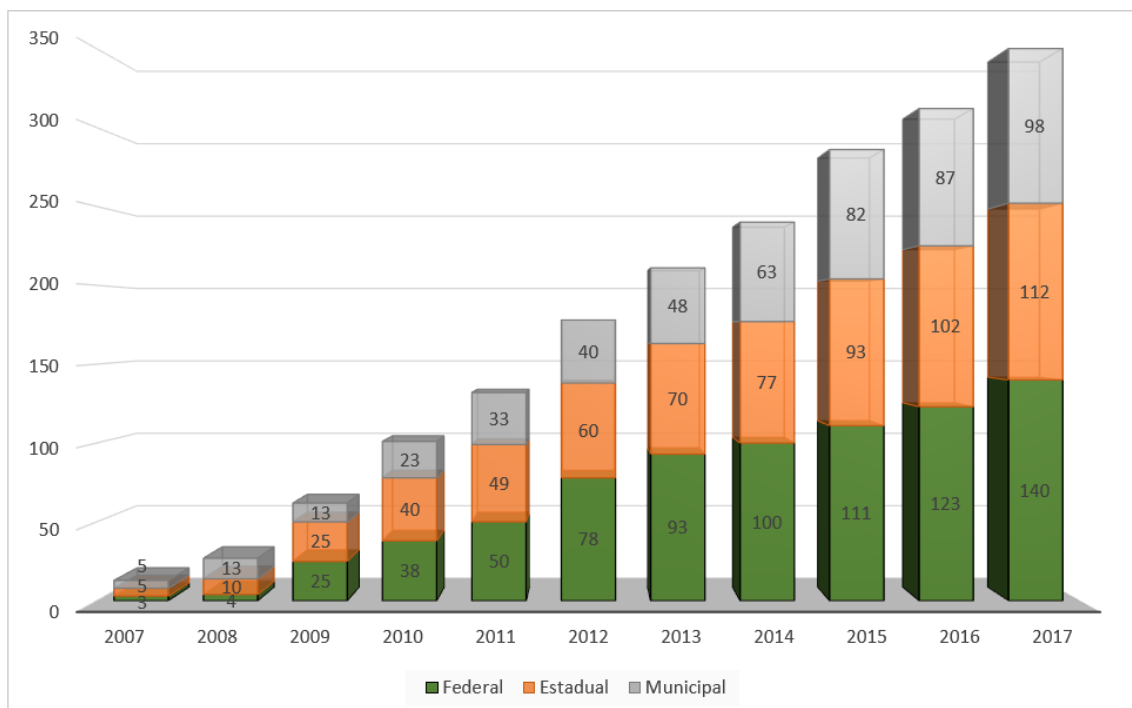
Ainda conforme MMA (2014), em 2007 criou-se o Plano de Trabalho, para adesão ao Programa. No ano de 2009 realizou-se o 1º Prêmio Melhores Práticas A3P, que já teve cinco edições, e objetiva destacar as iniciativas de órgãos públicos que implantaram a Agenda. Em 2010 foi implantado o Relatório anual de Atividades. Em 2014 foram criados os três selos A3P, com as seguintes cores: Verde, para instituições que fizeram a adesão formal à Agenda; Prata, para entidades que entregaram o Relatório Anual; e Laranja, para instituições vencedoras do Prêmio Melhores Práticas da A3P.

Os Prêmios e selos A3P são fatores que auxiliam na promoção dos órgãos como executores de boas práticas socioambientais, auxiliando na divulgação das ações tanto internamente quanto para a sociedade e demais instituições, o que vem ao encontro do que Nascimento (2012) fala sobre o Marketing Verde, que pode ser utilizado também pelos órgãos públicos na divulgação das suas ações ambientais e na conscientização dos cidadãos.

Apesar de a adesão à A3P ser voluntária, o governo federal, por meio do MMA (2014, p. 8) salienta que “tem empreendido esforços constantes de aperfeiçoamento do programa como a criação do sistema de monitoramento online e do banco de boas práticas sustentáveis”, e recomenda que os órgãos públicos adotem as medidas propostas pela Agenda, para que sirvam de referência para os demais segmentos da sociedade.

O Gráfico 1 mostra a quantidade de adesões formais à A3P por esfera de governo, no período de 2007 a 2017. Destaca-se que os dados são cumulativos. Percebe-se que a adesão vem aumentando ao longo dos anos, porém, dada a quantidade de órgãos públicos distribuídos pelo país, o quantitativo dos que aderiram ao Programa é relativamente pequeno. Vale lembrar que a adesão pode ser realizada não apenas pelo órgão como um todo, mas por campi específicos no caso de IES, unidades de representação em diferentes cidades, ou ainda Secretarias de um órgão, o que faz pensar que o número de adesões poderia ser ainda maior.

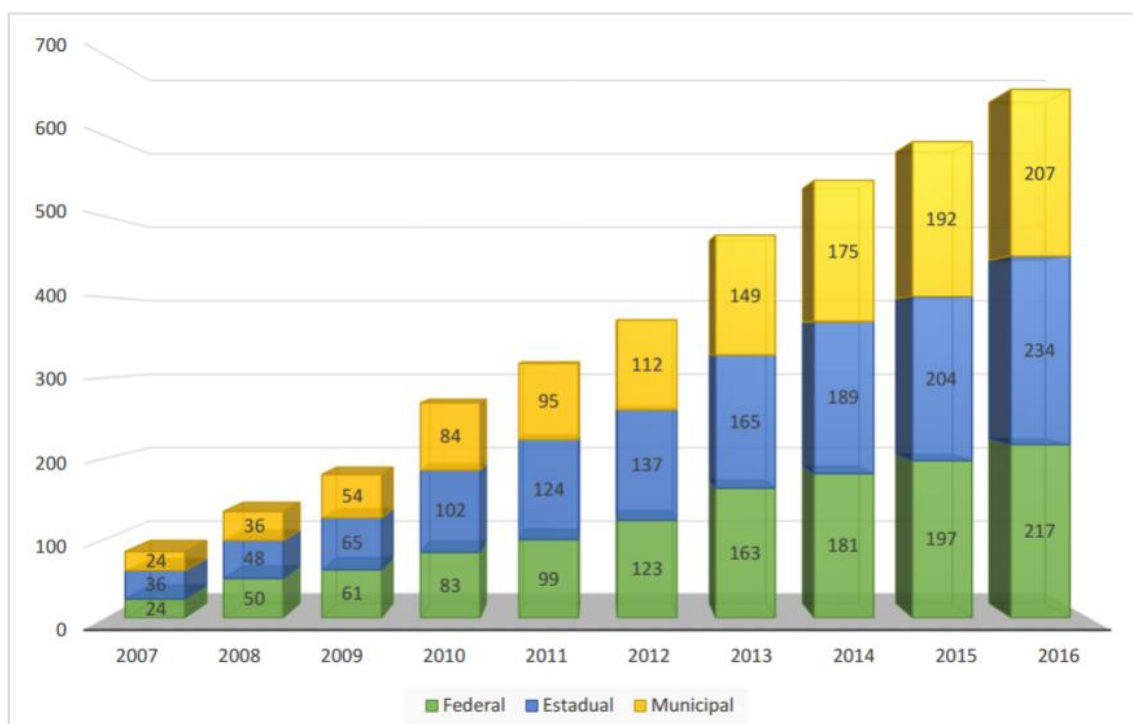
Gráfico 1 - Termo de adesão à A3P: distribuição por esfera de governo



Fonte: MMA (2018).

No que se refere à Rede A3P, os números tendem a ser maiores, como pode ser observado no Gráfico 2. Esta Rede é uma plataforma de caráter informal, cujo objetivo é a troca de experiências entre interessados em sustentabilidade socioambiental, sendo que podem fazer parte pessoas físicas e jurídicas, setor público ou privado, segundo o MMA (2017e). Para participar da Rede A3P não é necessária adesão formal ao Programa. A UFSM já é adepta à Rede A3P.

Gráfico 2 - Adesão à Rede A3P: distribuição por esferas de governo



Fonte: MMA (2018).

Nos anos iniciais, como se evidencia no Gráfico 2, percebe-se que a adesão à Rede foi relativamente maior que a adesão formal ao Programa. No geral, as adesões à Rede sempre são maiores que as adesões formais, sugerindo que as organizações, inicialmente, buscam informações a respeito, antes de aderir. No nível municipal, o nível de adesão à Rede A3P é cerca de três vezes maior que as adesões formais. No nível estadual esta proporção diminui, e no nível federal fica ainda menor.

Percebe-se, portanto, que a adesão formal, após a adesão à Rede, é mais frequente nos órgãos federais. Pode-se supor que os órgãos municipais tenham mais dificuldade de aderir formalmente, talvez por não dispor de pessoal suficiente ou capacitado para tal.



Carvalho e Sousa (2013) destacam que a A3P propõe a mudança da cultura institucional, visto que objetiva a adoção de critérios de responsabilidade socioambiental nas práticas administrativas, para que seja alcançada a sustentabilidade econômica, social e ambiental. “A adesão das instituições públicas de ensino superior à A3P pode ser um indicador de inovação na gestão naquelas que são consideradas organizações responsáveis pela formação dos profissionais do futuro.” (VIEGAS, et al., 2015, p. 9). A A3P foi estruturada em eixos temáticos, cujas especificidades são estratificadas na seção que segue.

### 2.3.1 Os eixos da A3P e a relação com o Plano de Logística Sustentável

Nesta seção são aprofundados os eixos da A3P, bem como as legislações vigentes relacionadas. A proposta inicial da A3P continha cinco eixos, e no ano de 2014 foi adicionado um sexto eixo, ficando da seguinte forma: 1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; 2) Gerenciamento de resíduos sólidos; 3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho; 4) Sensibilização e capacitação dos servidores; 5) Contratações públicas sustentáveis; e, 6) Construções sustentáveis (MMA, 2014). A nomenclatura de cada eixo tem variações terminológicas, ao comparar as cartilhas e o *site* do MMA.

É importante destacar que o próprio MMA (2014) permite que, caso a instituição já possua um Plano de Logística Sustentável, este seja utilizado como Plano de Gestão Socioambiental para implantação da A3P, visto que ambos convergem, sendo estruturados de forma semelhante. Luiz, Pfitscher e Rosa (2015) apresentam de forma didática como se dá a semelhança entre a A3P e o PLS, como pode ser conferido na Figura 2.

Figura 2 - Eixos temáticos da A3P e Temas mínimos do PLS

<b>EIXOS TEMÁTICOS DA A3P</b>		<b>TEMAS MÍNIMOS DO PLS</b>
Uso Racional dos Recursos	↔	Material de Consumo / Energia Elétrica / Água e Esgoto / Deslocamento de Pessoal
Gestão de Resíduos	↔	Coleta Seletiva
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	↔	Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
Sensibilização e Capacitação dos Servidores	↔	Obs.: não configura como Tema Mínimo a ser abrangido pelo PLS, mas como Conteúdo Mínimo
Licitação Sustentável	↔	Compras e Contratações de Serviços Sustentáveis
Construções Sustentáveis	↔	Contratação de Obras e Manutenção Predial

Fonte: Luiz, Pfitscher, Rosa (2015), embasados em MMA (2015) e Brasil (2012).

O **eixo 1, uso racional dos recursos naturais e bens públicos**, segundo o MMA (2017d) pode se estender a diversos processos, visto que trata de evitar o desperdício por meio de ações de economicidade e otimização de recursos. Como se pode visualizar na Figura 2, envolve material de consumo (papeis, copos plásticos, toners, etc.), energia elétrica, água e esgoto, madeira e inclusive transporte e deslocamento de pessoal. A racionalização do uso dos recursos naturais e bens públicos implica positivamente na economia de recursos financeiros, bem como reduz a quantidade de resíduos a ser descartada.

O **eixo 2, gerenciamento de resíduos sólidos** foi inicialmente embasado no Princípio dos 5 R's (MMA, 2009), que permite aos gestores refletir, antes da reciclagem, sobre o consumo exacerbado. Os 5 R's são: Repensar, a necessidade do consumo e os padrões de produção adotados; Recusar, o consumo desnecessário e produtos que gerem impactos negativos ao meio ambiente; Reduzir, o consumo para evitar desperdícios; Reutilizar, ou reaproveitar o que estiver em bom estado, sendo criativo e inovador e evitando o descarte; e Reciclar, que consiste em transformar o produto em matéria prima para outros (ou o mesmo) produto através de processos industriais ou artesanais.

A coleta seletiva é parte importante deste eixo, propondo a separação dos resíduos desde a sua geração, para que cada tipo tenha a destinação correta. Deve-se propiciar a reciclagem e reutilização dos resíduos, e, aquilo que não puder ser aproveitado, deve ter a destinação ambientalmente adequada. É importante destacar ainda o Decreto nº 5.940/2006 que trata da coleta seletiva solidária, para que as cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis tenham prioridade ao ser operacionalizado um sistema de logística reversa para os resíduos.

A partir do ano de 2010, este eixo passa a ter um aprofundamento maior, devido à Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e o Decreto nº 7.404/2010, que regulamenta essa Lei. O gerenciamento de resíduos prevê desde a redução na geração dos resíduos, até o manejo correto para sua destinação final. Com base nisso, o MMA (2014) indica que os órgãos elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), contemplando desde o diagnóstico dos resíduos gerados, até as metas e ações preventivas e corretivas a serem executadas, com identificação de responsáveis por cada etapa do processo, do descarte à destinação final.

A responsabilidade compartilhada também é um fator a ser levado em conta neste eixo, visto que a PNRS (2010) determina que os consumidores são obrigados, quando houver um sistema de coleta seletiva, a acondicionar os resíduos de forma adequada; além disso, o

Poder Público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações, ou seja, a responsabilidade é de todos, para além da cadeia de suprimentos.

O **eixo 3, qualidade de vida no ambiente de trabalho** visa melhorar a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho, através de aspectos físicos e psicológicos. Envolve, segundo o MMA (2014), questões relacionadas à garantia da acessibilidade, redução do estresse e ampliação da participação dos servidores nos processos institucionais. A promoção da saúde, da segurança, da integração social são fatores que demandam atenção neste eixo, além do bom aproveitamento das habilidades individuais e promoção de ações para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Ainda neste eixo, deve-se lembrar que o meio físico também influencia na motivação dos servidores, das questões ergonômicas dos móveis até os objetos de decoração, tudo pode e deve ser levado em conta. Parte-se do pressuposto que os servidores motivados, e que tenham suas necessidades atendidas, tendem a ser mais produtivos no trabalho. Trata-se, portanto, de conciliar objetivos institucionais e pessoais, para maior realização do servidor.

O **eixo 4, sensibilização e capacitação dos servidores** também é voltado ao trabalhador e, segundo o MMA (2014), busca desenvolver e estimular a prática da consciência cidadã pelos gestores e servidores públicos. Neste eixo enquadra-se a realização de campanhas de conscientização que podem envolver palestras, cursos, fóruns ou inclusive mídia impressa e digital, de forma a esclarecer a todos a importância da adoção de uma postura socioambiental, como cidadão e como instituição.

Este eixo perpassa a dimensão cultural, tanto individual como da sociedade. Ainda há indivíduos céticos quanto aos problemas ambientais, ou quanto à eficácia de ações de cunho socioambiental, por este motivo, “conscientizar os gestores e servidores públicos quanto à responsabilidade socioambiental é um grande desafio para a implantação da A3P e ao mesmo tempo fundamental para o seu sucesso” (MMA, 2009).

Enquanto a sensibilização tem objetivo de conscientizar o servidor quanto à importância das ações a serem realizadas, a capacitação diz respeito a como cada servidor deve agir, quais ações este deve tomar e pode desenvolver. O ideal é que o processo de capacitação seja eficaz a ponto de os servidores se sentirem motivados e se engajarem com a causa, incentivando o protagonismo e a reflexão crítica.

O **eixo 5, contratações públicas sustentáveis** trata de conciliar as licitações e as ações socioambientais. O artigo 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 coloca que “a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional

sustentável [...]”. Por sua vez o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações públicas.

Este eixo permite ao órgão público influenciar sua cadeia de suprimentos, de modo que as empresas que cumpram requisitos de sustentabilidade ambiental, social e econômica tenham prioridade nos processos licitatórios, além de garantir um produto eficiente. O MMA (2017d) coloca que ao exigir das empresas que os produtos sejam sustentáveis, pretende-se estimular os fornecedores a desenvolverem abordagens inovadoras neste sentido. Quanto aos serviços contratados, observa-se a questão da segurança e disponibilidade de equipamentos de proteção individual para os trabalhadores, o uso de produtos que obedeçam às especificações dos órgãos regulamentadores, entre outros.

Compras sustentáveis não implicam, necessariamente, em maiores dispêndios financeiros à instituição, isto porque, como a própria Lei prevê, deve-se priorizar a proposta mais vantajosa para a instituição. O objetivo é que se compre produtos com maior durabilidade, menor gasto energético, enfim, produtos com ciclo de vida maior, ou mais eficientes, tornando a relação custo *versus* benefício a base deste processo.

Para o processo de compras públicas sustentáveis ser eficaz, é necessário ter conhecimento dos produtos e serviços a serem contratados, visando descrever o mais detalhado possível os itens, garantindo a qualidade dos mesmos. O MMA (2017d) lembra também, para este eixo, que as compras públicas podem ocorrer por processos de compra compartilhada, economizando recursos financeiros nos processos licitatórios e compartilhando dados e descrições de produtos com outros órgãos públicos.

A Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, dispõe sobre critérios de sustentabilidade a serem adotados na aquisição de bens, contratação de serviços e obras na Administração Pública, fazendo sugestões e especificações do que pode ser exigido. Esta Instrução pode ser observada tanto para o eixo 5 como para o eixo 6.

O **eixo 6, construções sustentáveis** foi incluso no Programa no ano de 2014, sendo que antes fazia parte do eixo anterior. Segundo o MMA (2014), “as construções sustentáveis são edificações e ambientes que considerem, desde a sua concepção, construção, operação e renovação, o uso de conceitos e procedimentos reconhecidos de sustentabilidade”, ou seja, deve-se levar em conta a otimização do consumo de energia elétrica e de materiais, a redução e destinação correta dos resíduos.

A Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, em seu artigo 4º, cita algumas tecnologias e materiais que podem ser utilizados para reduzir o impacto ambiental, como a

automação da iluminação dos prédios, com sensores de presença, o uso de energia solar para aquecimento de água, sistemas de reuso de água e tratamento de efluentes, comprovação da origem da madeira utilizada, utilização de materiais reciclados ou biodegradáveis, entre outros.

Destaca-se que estes requisitos não se aplicam apenas a novos prédios, pois um sistema de captação de água da chuva, por exemplo, pode ser pensado para prédios já construídos, bem como o uso prioritário de lâmpadas fluorescentes, a troca de equipamentos de climatização, quando necessária, pode ser realizada com equipamentos mais eficientes, e inclusive a manutenção predial pode ser realizada com produtos certificados e com procedência ambientalmente correta.

O MMA (2017b) destaca ainda as certificações ambientais, apresentando duas principais. A LEED (*Lidership in Energy and Environmental Design*, ou Liderança em Energia e Design Ambiental ‘tradução nossa’) que analisa áreas da organização, sendo que cada área possui requisitos mínimos, e ações extras dão à empresa pontos extras que classificam a empresa e fornecem um selo; e, o Processo AQUA (Alta Qualidade Ambiental), implantado no país pela Fundação Vanzolini. Estes selos garantem que os órgãos possuem prédios com critérios sustentáveis.

Existe ainda o Projeto 3E, ou Projetando Edifícios Energeticamente Eficientes (ProjetEEE), executado pelo próprio Ministério do Meio Ambiente no sentido de fomentar melhores práticas de uso dos recursos energéticos junto à sociedade, disponibilizando guias didáticos que vão desde a sensibilização até orientações para etiquetagem de edifícios, como pode ser conferido no próprio site do MMA (2017c).

Pode-se perceber que os eixos estão interligados, como se observa na Figura 3, com ações que podem ser interconectadas e implicam mutuamente, a exemplo do eixo “Contratações públicas sustentáveis”, que implica na logística reversa (PGRS) e responsabilidade compartilhada, bem como na compra de itens com origem adequada e com melhor custo-benefício, influenciando os eixos “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos” e “Gerenciamento de resíduos sólidos”, além, é claro, de influenciar nas “Construções sustentáveis”; isto porque, por ser setor público, a instituição depende de realizar licitações para que os fornecedores de produtos ou de serviços atendam determinadas especificidades.

Figura 3 - Inter-relações entre os eixos da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

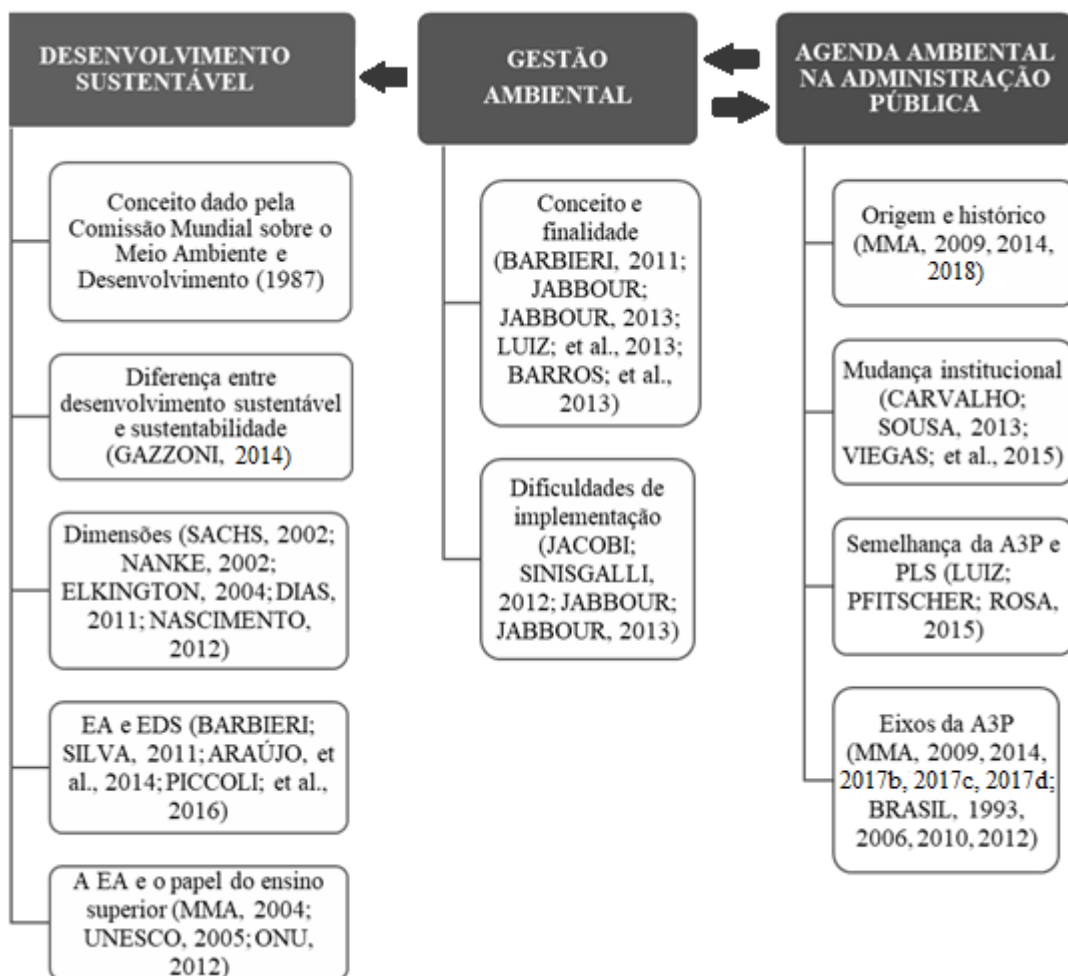
O eixo “Construções sustentáveis” implica no “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos” e na “Gestão dos resíduos”, influenciando desde os resíduos das próprias construções, até o planejamento das obras de forma a garantir questões sanitárias e de segurança de acordo com as exigências ambientais, reaproveitamento de água, iluminação adequada, ventilação, entre outros, implicando, conseqüentemente, no eixo “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”. Os eixos “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos” e “Gerenciamento de Resíduos Sólidos” têm estreita relação, dada a importância de utilizar os produtos de forma sustentável, e após o uso, buscar reciclar, reaproveitar, ou dar a destinação correta.

Os eixos “Sensibilização e capacitação dos servidores” e “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”, vinculam-se por buscar conciliar objetivos pessoais e institucionais, ao desenvolver a consciência cidadã nos servidores. O eixo “Sensibilização e capacitação dos servidores” deve ser fortemente vinculado a todos os demais, visto que a base para que todas as ações dos demais eixos sejam tomadas parte daqueles servidores que estão conscientes da importância da gestão ambientalmente correta, bem como sabem o que fazer para implementá-la.

Na Figura 4, pode-se observar, de forma sintética, o arcabouço teórico abordado neste Capítulo 2, de forma a fundamentar a presente pesquisa. No que tange ao desenvolvimento sustentável, partiu-se do conceito dado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e

Desenvolvimento em 1987, e uma breve explicação sobre a diferença entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, de forma a deixar mais claro os termos utilizados na pesquisa; em seguida apresentou-se as dimensões do desenvolvimento sustentável, segundo os autores mais reconhecidos na área; e então abordou-se a educação ambiental, como esta é discutida mundialmente, e sua relação com o ensino superior, de forma a incentivar, entre outros aspectos, a implementação de gestão ambiental nas instituições.

Figura 4 - Articulação das abordagens teóricas da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na sequência abordou-se a gestão ambiental, conceitos e finalidades, além das principais dificuldades de implementação. E, por fim, traz-se a A3P como uma forma de gestão ambiental que pode ser implantada em instituições públicas, o histórico de criação e adesão no país, as semelhanças com o PLS, e os eixos da A3P, que orientam a base das ações a serem implantadas.

Reforça-se que a adoção da A3P por uma instituição permite a implantação de práticas socioambientais, ou seja, contribui para a gestão ambiental organizacional, o que, por sua vez, contribui para o desenvolvimento sustentável. Dada a fundamentação teórica, faz-se necessária uma abordagem sobre a unidade a ser pesquisada, o que é realizado no capítulo seguinte.



### 3 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PESQUISA

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é uma Instituição Federal de Ensino Superior, constituída como Autarquia Especial vinculada ao Ministério da Educação. Foi fundada pelo Professor Dr. José Mariano da Rocha Filho, em 14 de dezembro de 1960 (UFSM, [201-]). Atualmente, a estrutura da Universidade é composta por quinze unidades universitárias: Centro de Artes e Letras, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Centro de Ciências Rurais, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Educação, Centro de Educação Física e Desportos, Centro de Tecnologia, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Colégio Politécnico e Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, estes onze no Campus de Santa Maria; e os demais nas cidades que dão o seu nome, Campus de Cachoeira do Sul, Campus de Frederico Westphalen e Campus de Palmeira das Missões.

A Reitoria, Pró-Reitorias e estruturas administrativas de nível institucional se localizam no Campus sede, em Santa Maria. Além disso, o Campus de Santa Maria abriga a maior parte dos cursos oferecidos pela UFSM. Os campi fora de sede foram criados a partir do ano de 2005, em virtude dos investimentos do Governo Federal na área, desta forma, são relativamente novos, e ofertam uma quantidade menor de cursos.

Destaca-se que os campi fora de sede possuem algumas particularidades, principalmente com relação à distância do campus sede, que vão desde a ausência de algumas estruturas administrativas importantes para dar celeridade aos processos, até a ausência de uma sinergia e similaridade entre os cursos oferecidos, que, na sede, são organizados em Centros cujas áreas dos cursos são afins. Por serem estruturas menores que o campus sede, conseqüentemente possuem menos servidores, o que faz com que na sede hajam mais comissões e ações atuantes nas diversas áreas que a Universidade precisa atender, entre estas, a de planejamento ambiental.

Esta pesquisa tem como foco o Campus de Palmeira das Missões (Campus PM), localizado a aproximadamente 220 quilômetros do Campus sede, que foi criado no ano de 2005 e iniciou suas atividades no ano seguinte. O Campus de Palmeira das Missões conta com os cursos presenciais de graduação em Administração (diurno e noturno), Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Enfermagem, Nutrição e Zootecnia; e, em nível de mestrado, o curso de Agronegócios.

Em formato EAD, o Campus PM conta com a coordenação dos cursos de graduação em Administração Pública e especialização em Gestão de Organizações Públicas em Saúde; além de ser um Polo da Universidade Aberta do Brasil, para os cursos de Pedagogia,

Geografia, Letras-Espanhol e Sistemas de Informação, cujas coordenações se localizam em outros campi da UFSM.

O Campus de Palmeira das Missões conta com a estrutura de quatro prédios maiores que contêm salas de aula, salas de professores, laboratórios, espaços administrativos e biblioteca, um destes ainda está em fase de construção e outro a ser mobiliado; cinco blocos com salas de professores e de reuniões; sete blocos de laboratórios em área externa, e áreas de manejo e criação de animais; dois prédios para a Casa do Estudante, sendo um em construção; um restaurante universitário e uma lancheria.

Segundo dados do Centro de Processamento de Dados, do ano de 2018, o Campus PM conta com 1.195 alunos regulares de cursos presenciais de graduação, 31 alunos do curso de mestrado acadêmico, 88 docentes e 39 técnico-administrativos, além de 48 funcionários terceirizados. Percebe-se que, embora tenha sido criado há mais de dez anos, o Campus PM ainda está em expansão. Portanto, a adoção de medidas socioambientais é um fator relevante para a Instituição, principalmente a nível de Campi, que ainda não possui políticas definidas neste sentido.

No ano de 2016 foi aprovado o novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSM, para o período de 2016 a 2026. O PDI apresenta as diretrizes das políticas Institucionais, e traz sete desafios institucionais, a saber: Internacionalização; Educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica; Inclusão social; Inovação, geração de conhecimento e transferência de tecnologia; Modernização e desenvolvimento organizacional; Desenvolvimento local, regional e nacional; e Gestão ambiental (UFSM, 2016b).

A adoção de práticas socioambientais vem ao encontro de um dos desafios propostos para o planejamento estratégico da Instituição para os próximos dez anos, que é o de Gestão Ambiental, além de tangenciar outros desafios, como a modernização organizacional, o desenvolvimento local e uma educação inovadora neste sentido, a partir dos eixos da A3P.

## 4 MÉTODO DA PESQUISA

Para demonstrar à sociedade a importância e viabilidade da implantação da A3P em uma instituição de ensino superior, se procurou desenvolver uma pesquisa com intervenções no campo organizacional, intervenções estas que foram propostas com base nos dados levantados pela própria pesquisa. Desta forma, se fez necessária uma pesquisa de natureza aplicada, cujo objetivo, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 51), é “gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”, envolvendo verdades e interesses locais.

Diante do objetivo apresentado, se fez necessário um entendimento aprofundado das questões acerca do PLS na UFSM, seus objetivos e dificuldades de implementação. No que tange ao Campus PM, foco da pesquisa, se fez necessário um diagnóstico socioambiental, conforme modelo proposto pela A3P, realizado pela Comissão de Gestão Ambiental, da qual a autora faz parte (apêndice C). Aliado ao diagnóstico, foram levantadas informações a respeito do conhecimento e sugestões da comunidade acadêmica sobre as práticas socioambientais. Para efeitos desta pesquisa, foram considerados parte da comunidade acadêmica, além dos servidores e alunos, os funcionários terceirizados.

Desta forma, quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, cujo “objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (DIEHL; TATIM, 2004, p. 54). Na pesquisa descritiva o pesquisador observa, registra, analisa, classifica e interpreta os dados, sem interferir sobre eles e, desta maneira, consegue demonstrar o modo ou as causas de determinado contexto. Os meios utilizados para o levantamento dos dados são apresentados na sequência.

### 4.1 DA COLETA DOS DADOS

Quanto à coleta de dados, foram necessárias diversas fontes. Os questionários, com perguntas abertas e fechadas, se fizeram necessários para levantar as informações dos servidores, funcionários terceirizados e acadêmicos do Campus PM, tanto do seu conhecimento e visão sobre as atividades desenvolvidas, como para identificar fatores que podem ser modificados e levantar necessidades. Diehl e Tatim (2004) salientam algumas vantagens do questionário, como o fato de alcançar grande número de pessoas simultaneamente, menor risco de distorção por não haver influência do pesquisador, e obtenção de respostas rápidas e precisas.

O **questionário** (apêndice A) foi aplicado via Sistema de Questionários da UFSM, permitindo que fosse respondido *on-line*, no Portal do servidor ou aluno, cujo acesso se dá com matrícula e senha próprios. Para os funcionários terceirizados, foi aplicado em via impressa. Foi realizado um pré-teste com 05 respondentes, com o objetivo de validar este instrumento de coleta de dados. No Quadro 3, pode-se observar como o questionário foi estruturado.

Quadro 3 - Estrutura do questionário

<b>Nº da questão</b>	<b>Conteúdo abordado</b>	<b>Objetivo das questões</b>
01	TCLE	Concordância ou não em responder a pesquisa
02, 03, 04, 05	Conhecimento sobre A3P e PLS, e situação na UFSM	Avaliar o nível de conhecimento do respondente sobre PLS e A3P. Identificar se o respondente tem conhecimento da situação da UFSM diante do PLS e da A3P.
06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13	Eixo 1 da A3P - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos (MMA, 2014)	Verificar o que vem sendo realizado com relação ao Eixo 1 da A3P, bem como quais ações propostas nos PLS, relacionadas a este Eixo, foram percebidas pela comunidade acadêmica
14, 15, 16, 17, 18, 19	Eixo 2 da A3P - Gerenciamento de resíduos sólidos (MMA, 2014)	Verificar o conhecimento da comunidade acadêmica sobre a separação do lixo, ação prevista no PLS 2013-2015 da UFSM, bem como da destinação do lixo e de resíduos diferenciados
20, 21, 22	Eixo 4 da A3P - Sensibilização e capacitação dos servidores (MMA, 2014)	Identificar atividades de sensibilização e capacitação realizadas (previstas no PLS 2013-2015)
23, 24, 25, 26, 27, 28, 29	Eixo 3 da A3P - Qualidade de vida no ambiente de trabalho (MMA, 2014)	Verificar a percepção do respondente sobre alguns pontos abordados neste Eixo.
30, 31	Eixo 5 da A3P - Contratações públicas sustentáveis (MMA, 2014)	Verificar a percepção da mudança de itens licitados (previsto no PLS 2013-2015 e 2016-2018). Aborda-se a visão da comunidade, não os procedimentos adotados, visto que existe um órgão específico para realização dos procedimentos licitatórios, no Campus Sede
32, 33, 34, 35, 36	Eixo 6 da A3P - Construções sustentáveis (MMA, 2014)	Verificar a visão da comunidade acadêmica com relação a este Eixo, abordando quesitos que não exigem conhecimento técnico do respondente, visto que a elaboração dos projetos e contratação se dá por órgão responsável, no Campus Sede
37, 38, 39	Importância, efetividade e sugestões	Verificar a importância do tema atribuída pelo respondente, a visão do mesmo sobre a efetividade das ações realizadas, bem como sugestões de ações a serem adotadas
40, 41, 42, 43, 44, 45, 46	Características de perfil	Identificar o perfil dos respondentes, de forma a categoriza-los, para análise dos dados.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Por meio do Portal, foi aplicado a um total de 1.195 alunos regulares de cursos presenciais de graduação, 31 alunos do curso de mestrado acadêmico, 88 docentes e 39

técnico-administrativos lotados no Campus PM (entre estes, a autora desta pesquisa, que não respondeu ao questionário). Justifica-se que participaram da pesquisa apenas os alunos de cursos presenciais, pois são os que conhecem a realidade do Campus, visto que os alunos de cursos à distância são vinculados a diferentes polos, e os que são vinculados ao polo de Palmeira das Missões o frequentam com pouca regularidade, apenas para a realização das provas.

Os questionários foram disponibilizados no Portal de 08 de janeiro a 02 de fevereiro de 2018, sendo que se obteve um retorno 5,61%, ou seja, 76 respondentes, de um total de 1.353 questionários. Foram enviadas duas notificações, no início e metade do período de aplicação, para os e-mails pessoais do público alvo. Acredita-se que o período de férias letivas, em que todos os alunos e a maioria dos servidores está em férias, foi o que ocasionou o baixo retorno das respostas.

Com relação aos 48 funcionários terceirizados, o questionário foi aplicado em via impressa, visto que estes não têm vínculo direto com a Instituição, não tendo, conseqüentemente, acesso ao Portal. Para este público alvo, os questionários foram aplicados de 22 de janeiro a 16 de fevereiro de 2018, devido ao período de férias destes. Obteve-se um retorno de 16,67%, o correspondente a 8 respondentes. A principal dificuldade para com este público foi o fato de muitos não quererem participar da pesquisa por desconhecerem a maioria das respostas, lendo-as antes de responder, além de, conforme percebido pela autora, muitos não compreenderem como se responde questões de escala, tendo dificuldades e necessitando de explicação.

As questões de 25 a 31 foram respondidas apenas pelos servidores, visto que tratam de qualidade de vida no ambiente de trabalho, com fatores que são de responsabilidade da UFSM para com os servidores. Para os alunos seriam questões imperceptíveis, e para os funcionários terceirizados são questões de responsabilidade da empresa que os contrata. As escalas nominais buscam identificar e classificar os indivíduos, sendo que as opções seguem o que orientam Hair Jr. et al. (2005), de que as categorias de respostas são mutuamente excludentes e exaustivas de todas as possibilidades.

Por sua vez, as questões com escala ordinal buscam ranquear o respondente de acordo com algum critério. As questões com escalas intervalares buscam classificar o objeto de modo que a distância ou diferença entre as opções da escala seja igual entre um ponto e outro. Hair Jr. et al. (2005) afirmam que este tipo de escala envolve o uso de afirmações, para que o respondente indique até onde concorda ou discorda em relação a afirmação. Utilizou-se, para

estes casos, a escala do tipo Likert de cinco pontos, visando proporcionar uma amplitude satisfatória para as respostas.

Ainda, foi inserida uma questão aberta, obrigatória, após as questões com escalas intervalares relacionadas a cada Eixo, objetivando coletar informações complementares sobre as afirmações, opinião sobre a efetividade das ações que eram de conhecimento do respondente, e inclusive sugestões de possíveis ações relacionadas. Embora fosse uma questão cuja resposta era obrigatória, alguns respondentes preenchem o campo com sinais de pontuação ou utilizavam poucas palavras.

Para efeitos de análise dos dados das questões abertas do questionário, os respondentes foram identificados da seguinte maneira: “A” indicando acadêmicos, “T” indicando TAE’s, “D” indicando docentes, e “F” indicando os funcionários terceirizados, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Identificação dos respondentes dos questionários

<b>Categoria</b>	<b>Número do questionário</b>	<b>Identificação</b>
Acadêmicos	01, 05, 07, 08, 16, 17, 18, 23, 24, 27, 28, 30, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 53, 54, 57, 63, 64, 71, 72, 78	A01 (...) A78
Técnico-Administrativos em Educação	02, 03, 19, 29, 31, 33, 47, 50, 58, 65, 66, 76	T02 (...) T76
Docentes	04, 06, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 25, 26, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 46, 51, 52, 55, 56, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 77	D04 (...) D77
Funcionários Terceirizados	79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86	F79 (...) F86

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A numeração dos questionários foi determinada pelo Sistema de Questionários de forma aleatória, sendo que os questionários aplicados aos funcionários terceirizados seguiram a mesma sequência numérica, sendo inseridos após os questionários aplicados via Portal. Os questionários número 61 e 72 referem-se a sujeitos que optaram por não participar da pesquisa marcando a opção “não concordo”, de forma que foram contabilizados na numeração, entretanto, não foram considerados como questionários respondidos.

A **pesquisa documental** se justifica em vista de que “os documentos constituem fonte rica e estável de dados” (GIL, 2009, p. 46), de onde se pode retirar informações históricas que não sofreram intervenção dos sujeitos da pesquisa, e se faz importante para o levantamento dos dados para o diagnóstico. Os principais documentos consultados foram os Planos de Logística Sustentável da UFSM, dos anos 2003-2015 e 2016-2018. Além destes, os *sites* da

UFSM, Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026, e relatórios do Sistema de Informações Educacionais (SIE) foram utilizados para levantamento de informações quanto a alunos e servidores, dados sobre licitações, aquisições, projetos, objetivos institucionais, entre outros.

Também como fonte de dados, principalmente para atingir ao objetivo “*c) realizar um diagnóstico socioambiental do Campus PM, conforme o que propõe o MMA (2017a), junto à Comissão de Gestão Ambiental do Campus*”, foram utilizados, além dos dados dos questionários, as informações levantadas junto à Comissão de Gestão Ambiental do Campus de Palmeira das Missões (apêndice C), criada em meados do ano de dois mil e dezessete, cujo objetivo principal é elaborar um Plano de Gestão Ambiental para a Unidade, e para tal está utilizando a metodologia proposta pela A3P.

Esta Comissão é composta por onze pessoas entre docentes, técnico-administrativos em educação, e discentes, e da qual a autora faz parte. As reuniões são realizadas quinzenalmente, desde o mês de julho de 2017, e inicialmente tiveram como foco o diagnóstico socioambiental do Campus, gerando discussões e levantamento de informações que ficaram registradas nas atas e em planilha.

A **pesquisa bibliográfica**, elaborada a partir de material já publicado (PRODANOV; FREITAS, 2013), também foi de fundamental importância, principalmente no que se refere à legislação sobre o tema, cartilhas e documentos disponibilizados pelo MMA sobre a A3P e na área afim, e publicações acadêmicas, especialmente a dissertação de Fernando Gazzoni, intitulada “A utilização do Plano de Gestão de Logística Sustentável como ferramenta de gestão: um olhar dos servidores da Universidade Federal de Santa Maria”, datada de 2014.

A **entrevista** semiestruturada, que é utilizada no sentido de obter “informações a respeito de determinado assunto mediante uma conversação de natureza profissional” (DIEHL; TATIM, 2004, p. 65), foi aplicada com o objetivo de coletar dados específicos para o entendimento da situação atual do PLS na UFSM. Foram realizadas entrevistas com seis representantes da atual Comissão Gestora do PLS da UFSM (apêndice B), dos quais três faziam parte da Comissão anterior (2013-2015), para melhor compreensão do histórico do Plano, como as práticas vem sendo efetivadas, e quais as principais dificuldades encontradas. Os respondentes serão tratados, nesta pesquisa, por PLS1, PLS2, PLS3, PLS4, PLS5 e PLS6.

Destaca-se que um servidor, que constava como membro da Comissão, alegou não fazer mais parte da mesma, ao passo que foi indicado outro servidor que assumiu a Comissão, embora não estivesse relacionado em nova portaria. Este novo membro foi entrevistado. Outro servidor, embora constasse na relação de membros, alegou estar afastado da Comissão

devido aos compromissos do setor, e preferiu não ser entrevistado. As entrevistas duraram entre dez e vinte e quatro minutos, foram realizadas presencialmente, gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Esta Comissão não conta com membros do Campus PM.

As entrevistas e os questionários foram acompanhados de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Neste Termo constaram os riscos a que os respondentes ficariam submetidos, a saber: cansaço, constrangimento ou desconforto pelo tempo gasto respondendo. Quanto aos benefícios, espera-se implementar na gestão do Campus de Palmeira das Missões práticas socioambientais, e colaboração do respondente será no sentido de contribuir com sua visão sobre as medidas atuais ou que precisam ser implantadas.

O respondente, por meio do Termo, tem a possibilidade de não aceitar participar ou retirar sua permissão a qualquer momento, sem qualquer prejuízo pela sua decisão, bem como é informado que as informações desta pesquisa são confidenciais e serão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pela pesquisa, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Para os questionários *online*, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antecedeu as perguntas, e o respondente precisava marcar a opção em que concordava em responder, para que o sistema abrisse o questionário. Para as entrevistas e os questionários aplicados aos funcionários terceirizados, o Termo de Consentimento foi impresso em duas vias e assinado pelo respondente, que ficou com uma das vias. Os Termos de Consentimento, em vias físicas e digitais, ficarão arquivados por um período de cinco anos junto ao pesquisador.

## 4.2 DA ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados quantitativos, obtidos por meio dos questionários, foi feita por meio do *software SPSS Statistics 2.2*. As questões foram analisadas com base na técnica de distribuições de frequência, bem como foi utilizada a Análise de Variância (ANOVA) para avaliar as diferenças estatísticas de dois ou mais grupos, conforme orientam Hair Jr. et al. (2005), sendo que, nestes casos, a variável dependente é a escala intervalar a ser avaliada, e as variáveis independentes os grupos de respondentes.

Visando ampliar o entendimento das respostas dos questionários, se buscou identificar conjuntos de variáveis que pudessem ser explicados por meio dos fatores/questões, através de análise fatorial. Corrar, Paulo e Dias Filho (2011, p. 74) explicam que a análise fatorial é uma técnica estatística utilizada para identificar fatores que podem ser utilizados para explicar o



relacionamento entre um conjunto de variáveis, buscando melhor entendimento da estrutura de dados, que não poderiam ser observados diretamente.

Inicialmente, a análise apresentou sete componentes, alguns com carga fatorial abaixo de 0,50, sendo que estes fatores, correspondentes às questões 14 e 18, foram excluídos, para uma segunda análise. Novamente, excluíram-se as questões com baixa carga fatorial, a saber: 2, 15, 17, 23, 33 e 34. Os dados foram rotacionados novamente, sendo que desta vez foi excluída a questão 4, devido a baixa carga fatorial. Em uma quarta análise, foram excluídas as questões 11 e 23. Na quinta rotação, foram obtidos três componentes, com cargas fatoriais consideráveis, que então foram analisados.

Ainda, no sentido de quantificar o grau de intercorrelação entre as variáveis e a adequação da análise fatorial, se verificou a cada rotação a medida de adequação da amostra (Measure of Sampling Adequacy - MSA, ou teste de Kaiser-Meyer-Olkin – KMO). Este índice pode “variar de 0 a 1, alcançando 1 quando cada variável é perfeitamente prevista sem erro pelas outras variáveis”, sendo considerado adequado quando for maior que 0,5 conforme propõem Hair, et al. (2009, p. 110).

A última rotação apresentou um KMO de 0,809, ou seja, um grau de intercorrelação entre as variáveis e adequação da análise fatorial considerável. Junto a este teste, foi realizado o teste de esfericidade de Barlett, que identifica a presença de correlação entre as variáveis. Para este teste é recomendado que o teste de significância não ultrapasse 0,05, permitindo a aplicação da análise fatorial, conforme determinam Corrar, Paulo e Dias Filho (2011). A última rotação apresentou uma significância de 0,00.

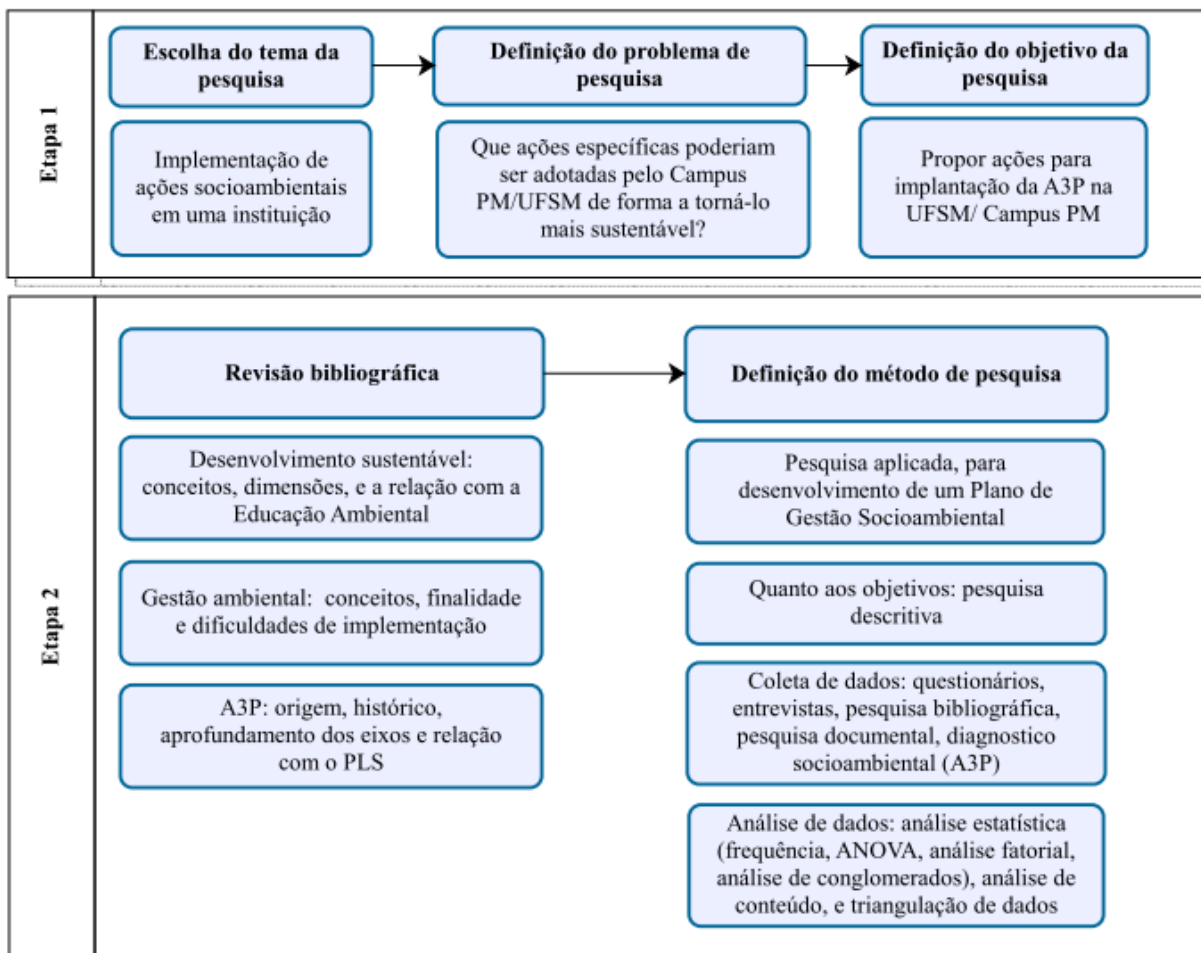
Também foi realizada a técnica de Análise de Conglomerados, para análise de um dos componentes da análise fatorial. Esta técnica permite combinar objetos em grupos, de forma que os objetos de cada grupo sejam homogêneos entre si e heterogêneos se comparados aos demais grupos, conforme explica Hair Jr. et al. (2005). Esta técnica permitiu encontrar padrões de visão e conhecimento a respeito do tema, entre as estratificações da comunidade acadêmica.

Para a análise dos dados qualitativos oriundos de questionários, documentos e bibliografia, e entrevistas, foi utilizada a orientação de Bardin (2010) no que diz respeito à Análise de Conteúdo, definindo as categorias analíticas *à priori*, com base na literatura utilizada. Definiu-se como categorias os próprios eixos da A3P (MMA, 2014, p. 10): 1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; 2) Gerenciamento de resíduos sólidos; 3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho; 4) Sensibilização e capacitação dos servidores; 5)

Contratações públicas sustentáveis; 6) Construções sustentáveis; assim, é possível identificar como as ações de cada eixo vem sendo ou podem ser desenvolvidas.

Por serem utilizadas diversas fontes de dados, a validação dos mesmos se deu por meio da triangulação. Prodanov e Freitas (2013, p. 129) caracterizam a triangulação de dados como um “processo de comparação entre dados oriundos de diferentes fontes no intuito de tornar mais convincentes e precisas as informações obtidas”, e portanto possibilita uma análise ampla dos fatores abordados, relacionando entrevistas, questionários e documentos pesquisados. Na Figura 5 podem ser observados, de forma sintética, os principais passos para o desenvolvimento da pesquisa.

Figura 5 - Passos para o desenvolvimento da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A seguir, apresentam-se os resultados, oriundos da metodologia utilizada.

## 5 RESULTADOS

O capítulo dos resultados foi dividido em etapas, como segue: inicialmente, com base nas entrevistas realizadas com os membros do PLS, se relata como se dá a aplicação do PLS, e as principais dificuldades encontradas neste processo. Em seguida, baseado em pesquisa documental, discorre-se sobre o PLS da UFSM e se e como os objetivos deste são consoantes com os eixos da A3P.

Com base nos questionários, na segunda etapa são apresentados o conhecimento e a visão da comunidade acadêmica com relação às práticas socioambientais realizadas no Campus de Palmeira das Missões, bem como se traz a relação entre as variáveis verificadas nos instrumentos de pesquisa. Na terceira etapa é possível verificar informações referentes ao diagnóstico socioambiental do Campus de Palmeira das Missões. Por fim, são propostas ações para compor o Plano de Gestão Socioambiental do Campus PM, a partir dos eixos da A3P.

### 5.1 O PLS NA UFSM

Esta seção busca atender ao objetivo “*a) identificar as propostas do PLS da UFSM que são consoantes com os eixos da A3P, e quais as principais dificuldades de implementação e execução do mesmo*”, e foi elaborada principalmente com base nas entrevistas aplicadas a seis membros da Comissão Gestora do PLS atual, e nos PLS 2013-2015 e 2016-2018 da UFSM.

O PLS foi criado na UFSM de forma a cumprir o Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012, o qual determinou que a Administração Pública Federal deveria elaborar e implantar Planos de Gestão de Logística Sustentável. Alguns meses depois, a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, estabeleceu as regras para elaboração destes Planos, estabelecendo conteúdo mínimo e inclusive sugestões de boas práticas a serem implantadas.

Conforme apresentado por Gazzoni (2014), a UFSM não se encontrava isenta de ações socioambientais, entretanto, as ações eram pouco percebidas, e com a implementação do PLS, esperava-se unir estas ações. Desta forma, a Comissão designada para a elaboração do PLS buscou atuar baseada no levantamento das ações já existentes, de acordo com cada tema exigido.

O primeiro PLS foi elaborado por uma Comissão formada por membros da Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Planejamento, Pró-Reitoria de Infraestrutura, Hospital Universitário e Centro de Tecnologia, conforme consta no próprio Plano 2013 a

2015 (UFSM, 2013). Os respondentes PLS1 e PLS4 destacam que a elaboração do primeiro plano foi realizada às pressas, conforme pode ser conferido nas falas desses entrevistados:

“Lá 2013 tinha um prazo para fazer esse PLS, e a gente correu muito pra fazer esse PLS, então a gente fez assim, como deu, e depois a gente foi vendo que o resultado não foi o que a gente realmente pretendia, não em achar um resultado bom e sim em medir esse resultado então, tivemos muitas dificuldades” (PLS1, 2018).

“[...] o primeiro PLS foi feito um pouco na correria para cumprir o prazo legal que tinha, que depois foi prorrogado, mas a gente conseguiu cumprir. E pelo atropelo algumas ações fugiam um pouco do conceito de gestão que se tem hoje, de ter que medir para gerir né, então a gente simplesmente chutou alguns valores [...]” (PLS4, 2018).

Percebe-se que ambos respondentes tiveram percepções semelhantes quanto aos problemas da primeira versão do PLS, que foi o fato de não terem sido definidos indicadores adequados para a medição de algumas metas. Entretanto, o entrevistado PLS3 destacou que o modelo de PLS da UFSM “passou a ser usado por outras instituições, ou seja, nos treinamentos que ocorreram, os colegas que foram, traziam notícias de que os outros queriam copiá-lo” (2018). Considerando que, junto ao Decreto nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa nº 10/2012 não foram publicados modelos de planos que poderiam ser seguidos, e o prazo de elaboração foi curto. Em face a esta constatação, entende-se que a UFSM, apesar das dificuldades, ainda destacou-se positivamente entre outros órgãos federais. Outro ponto em que a UFSM se destacou, segundo o entrevistado PLS1, foi na área de eficiência energética, conforme se verifica em sua fala:

“[...] já fomos citado no Ministério do Planejamento com boas práticas de eficiência energética, por exemplo, qualquer aparelho elétrico nós não compramos se não for com Classe A, e isso antes de 2012, que teve uma legislação, nós já fazíamos isso porque tinha uma Instrução Normativa em 2010 que falava sobre questões sustentáveis e a partir disso a gente começou... aí depois surgiu uma normativa da eficiência energética que é o Decreto, nós já estávamos antes [...]” (PLS1, 2018).

O período atual, segundo os entrevistados, é de revisão do PLS, visto que anualmente são elaboradas as avaliações sobre a situação em que se encontram os objetivos e metas estipulados. Ainda, o entrevistado PLS1 comentou que se está “na eminência de fazermos a nova versão de 2019” (2018). As opiniões, de forma geral, convergem no sentido de entenderem que o PLS não tem um andamento conforme esperado. Percebe-se esta situação nas falas de PLS3, PLS4 e PLS5, conforme segue:

“[...] o desenvolvimento dele é no nosso entender um pouco lento” (PLS3, 2018).

“A situação atual dele, eu diria que é bem complicada, porque após quase cinco anos da implantação do primeiro plano, a gente ainda não conseguiu obter recursos de apoio para instalar a maioria das ações, então... o que a gente consegue fazer andar são ações que já são estratégicas da gestão ou algo que já está encaminhado, que deve ser feito, questões legais [...]” (PLS4, 2018).

“Assim, por um lado ele foi desenvolvido é um grande passo que foi dado, no entanto ele não está recebendo institucionalmente todo o apoio que seria necessário. Faltam pessoas para trabalhar nele, faltam pessoas para elaborar estratégias de implementação, falta treinamento, ele está sendo desenvolvido por um grupo de gente voluntária, ninguém ganha um extra por trabalhar no PLS. Então a gente usa parte de seu tempo pra isso e tem conseguido coisas maravilhosas mas estamos enfrentando também uma série de resistências por parte das pessoas.” (PLS5, 2018).

Por sua vez, PLS6 tem uma visão mais positiva, relatando que o PLS tem alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026, vinculado ao Desafio Sete - Gestão Ambiental, e diz “que as coisas caminham para uma implementação da gestão de logística sustentável em toda a instituição” (2018). Segundo PLS6, as frentes de atuação do plano serão direcionadas para o uso nacional da água e da energia, destinação correta dos resíduos, junto com a conscientização e sensibilização de toda a comunidade universitária, “[...] além disso, toda a parte toda da infraestrutura física, que vai ser adaptada, tem um projeto de melhoria das infraestruturas para atender também a questão da acessibilidade” (2018).

Destaca-se que as avaliações do PLS deveriam ser semestrais, e não anuais, como são realizadas, apesar de um dos membros ter salientado que sabe deste fato. PLS4 explica que se tem conseguido “fazer anual, sempre com atraso de mais de um ano, até porque alguns resultados demoram para sair, principalmente na questão de compras, demora pra sair, pois não fecha em um ano” (2018). O próprio relatório do ano de 2016, conforme colocado por PLS1, ainda não está pronto, faltando “apurar alguns dados e ajeitar a redação para divulgar” (2018). Este problema se deve, em parte, à falta de pessoal para atuar com foco no PLS, conforme será abordado posteriormente.

PLS2 explica como se dá a avaliação: “[...] a gente analisa o plano, a gente verifica as metas que foram alcançadas e o que não foi alcançado. A gente tenta vê porque que não foi alcançado, se é necessário que seja feita uma revisão desse plano” (2018). Esta colocação complementa-se com a fala de PLS1, o qual coloca que a situação das metas se dá por “concluído, em andamento ou em revisão” (2018). Destaca-se, entretanto, a fala de PLS4: “E visto que as coisas andam bem devagar dentro da universidade, tem muita coisa que a gente colocou como meta, mas que a gente sabe que não vai conseguir fazer nesse período de 2016-

2018” (2018). Esta fala explica-se em razão de vários motivos, como pode ser visto na sequência.

Quando questionados sobre a relação entre a Comissão Gestora do PLS e os setores responsáveis por executar cada ação, os entrevistados demonstraram entender este como um fator que não funciona como esperado, e, conforme coloca PLS1, “isso é uma grande dificuldade” (2018). O mapeamento é realizado junto às unidades, a maioria entre as Pró-Reitorias e seus setores, sendo a PROINFRA a que tem mais atribuições, conforme destacaram os entrevistados. Na opinião de PLS2, as metas deveriam ser estabelecidas pelos próprios setores que irão executá-las, conforme se percebe em sua fala:

“[...] eu acho que por exemplo assim ó, não cabe a comissão, [...] estabelecer metas de gestão de pessoas. É um exemplo, eu acho que teríamos que ter: “olha, o plano tem ações, um dos tópicos do plano é a questão de qualidade de vida do servidor, gestão de pessoas”. Olha, nós temos que ir na gestão de pessoas e colocar: “olha, nós temos que cumprir isso aqui. O que vocês tem como ações, como metas, e que a gente pode fazer?”. E isso não ocorre hoje. Não tem essa interligação entre todas as unidades da UFSM que poderiam possibilitar a maioria do plano. Por exemplo, questão de transporte. A gente chegar no setor de transporte, responsável pelos transportes da UFSM: “olha, a gente precisa reduzir o número de viagens e coisa, que que vocês estabelecem...”. Então, o plano fica muito centrado na questão de compras sustentáveis, [...] a questão dos resíduos, [...] nas áreas deles (membros da Comissão). Não tem um grande interesse e suporte das outras unidades pra que a gente consiga ter um plano global, vamos dizer assim. Então, foca bastante nisso. Tem melhorado. Tem melhorado. Anteriormente era pior, praticamente era a Comissão que estabelecia metas, as vezes metas de coisas que a gente não tinha o devido conhecimento. Mas tem melhorado. Ainda falta bastante coisa de apoio dos responsáveis dos setores envolvidos junto com a comissão” (PLS2, 2018).

Conforme destaca PLS4, “a relação no geral ela é de compreensão, o pessoal compreende que o PLS está ali, que traz responsabilidades para eles, mas que a maioria daqueles parceiros não tem condições de nos oferecer a ajuda necessária para a gente conseguir cumprir as metas” (2018). Estes aspectos corroboram com a fala de PLS3, de que “essa relação é boa, apenas esse aspecto já comentado anteriormente: o avanço é lento” (2018). Uma visão semelhante é apresentada por PLS5, conforme sua fala:

“O que eu vejo é assim, a gente vai, chega com as ações, explica as ações, o pessoal diz que sim, depois diz “não tem dinheiro” e termina a nossa... A relação não é ruim, com alguns setores é um pouco mais fluida que com outros, o problema é que falta talvez essa decisão política de dizer: “olha, não me interessa se não tem dinheiro, tu vai cumprir a partir de agora isso” e como tu vê, muitas ações implicam em redução de custos [...]” (PLS5, 2018).

As evidências sugerem que haja consenso entre os entrevistados de que, apesar de a relação entre a Comissão e os setores responsáveis pela execução das metas não ser ruim,

estas não são vistas como prioridade pelos setores. Ao ser questionado sobre esta questão, PLS1 respondeu: “Deveriam, né, deveriam (ser vistas como prioridade)” (2018). O entrevistado PLS6 tem uma visão intermediária, colocando: “eu acredito assim, que para alguns setores sim, para outros a prioridade não é tão grande como poderia ser, mas eu acredito que seja pela demanda de trabalho e a equipe que está envolvida nessas demandas de trabalho” (2018).

A visão de PLS6 converge com a de PLS3, o qual comenta que “ela deve ser vista como prioritária por ser uma ação até de exigência; as cobranças são governamentais, mas a gente sente que as ações avançam muito pouco [...]” (PLS3, 2018). Já, PLS5 tem um ponto de vista mais definitivo, tendo respondido que “Não é prioridade. No meu entender não é uma prioridade” (2018). As falas de PLS2 e PLS4 são corroboradas pela perspectiva de PLS5, conforme se pode verificar:

“Como eu disse, não. Sempre tem uma outra atividade prioritária. Pela falta de recurso e também pelas equipes serem limitadas em termos de pessoas, o que traz muitas responsabilidades as atividades que eles já têm, que são inerentes aos setores né. E então fica secundário essas atividades como o PLS que são consideradas voluntárias pelas pessoas” (PLS4, 2018)

“Eu não sei te dizer se são vistas como prioridade, mas assim ó, como não são metas estabelecidas pela própria unidade, talvez isso não seja visto como prioridade para elas. [...] Hoje, eu não vejo isso como prioridade das unidades, fora essas questões [...] de compras sustentáveis, e [...] nos resíduos. Isso eles entendem como prioridade porque eu vejo eles trabalhando em prol do plano, nas áreas de conhecimento deles. Agora, fora isso, eu não vejo como uma prioridade ainda do plano” (PLS2, 2018).

Na fala de PLS2, “eles” refere-se aos membros da Comissão que, por atuarem em setores aos quais incumbem algumas metas, dão prioridade para a execução destas. Ou seja, a prioridade é definida no setor em razão de as pessoas que atuam no PLS serem as responsáveis. PLS4 complementa ainda com um dos fatores que implicam nesta questão: “a implantação (do PLS) é obrigatória, mas os resultados não, entende? Então a gente fica patinando, parece que nunca sai do lugar” (2018).

A análise de Gazzoni (2014) traz algumas dificuldades encontradas no processo de elaboração do PLS, como a extensão territorial do campus (de Santa Maria), o curto prazo de tempo para desenvolvimento do processo, a falta de apoio das Direções e da Reitoria, e ainda a conscientização das pessoas e a falta de tempo destas para discutir ações e planejar rotinas. Mesmo que já se esteja na eminência de iniciar o terceiro PLS da Instituição, estas dificuldades ainda são percebidas nas falas dos entrevistados, conforme se pode verificar:

Então acho que as principais dificuldades são essas mesmo: a questão do pessoal ser voluntário, a falta de um orçamento próprio para isso, a falta de um setor, uma coordenadoria de ações ambiental, planejamento ambiental, gestão ambiental, pode receber qualquer nome, desde que tenha equipes para isso para que a gente consiga ter poder, força e engajamento com as pessoas voltadas para essas práticas né. Então, acho que essas são as principais dificuldades” (PLS4, 2018).

“Olha, dificuldade é o que mais se tem no plano. Dificuldade de recursos, dificuldade de pessoal, dificuldade de distância, vocês estão lá e a gente está aqui, querendo ou não a distância se torna um empecilho. [...] a gente tenta fazer o melhor possível, mas ainda existe a dificuldade da distância. Dificuldade de monitoramento, de mensuração. [...] Enquanto a gente não conseguir recursos, que as outras unidades comprem o plano, que busquem atuar na medida do possível com o estabelecimento de ações e metas, isso vão continuar sendo dificuldades” (PLS2, 2018).

A dificuldade de monitoramento também foi citada por PLS4, que destaca “a dificuldade de a gente conseguir levantar dados” (2018), e, pode-se complementar esta fala com a explicação de PLS1, que coloca: “a gente tem muita dificuldade em definir os indicadores, não porque a gente não tem conhecimento, mas sim porque a gente não consegue medir depois, porque a gente não tem as informações” (2018). O entrevistado PLS2 complementa ainda sua explicação, com relação à dificuldade de monitoramento, ressaltando que “como o campus é muito grande, tu não consegue ter um monitoramento eficiente para saber exatamente quanto, por exemplo, a UFSM gasta de luz, gasta de água, os deslocamentos, com uma frota grande, [...] tu não consegue fazer um monitoramento eficiente se tu não tiver recursos” (2018).

A questão orçamentária foi bastante citada pelos respondentes, como uma dificuldade e um dos motivos pelos quais o andamento das metas não é tão eficiente quando deveria. Pode-se perceber este entendimento na fala de PLS3: “o desenvolvimento dele (PLS) é no nosso entender um pouco lento, mas podemos creditar isso mais às questões orçamentárias” (2018). PLS6 também cita a questão orçamentária, explicando como esta implica no desenvolvimento de algumas metas:

“Eu acredito assim ó, que hoje a questão da crise financeira, que afeta todas as instituições, não só a nossa, [...]as vezes um processo de licitação para compras sustentáveis é um valor sempre é mais alto do que a concorrência, então há sempre que ser justificar o porquê de uma compra com o valor mais alto e ai esbarramos na questão do orçamento, se a universidade tem ou não orçamento para a compra desse tipo de material” (PLS6, 2018).

Com relação às compras, PLS1 apresenta a mesma visão de PLS6: “Outro problema que a gente tem enfrentado é a questão orçamentária, que a gente gostaria, por exemplo, a gente licitou hidrômetros para medirmos o consumo de água nos prédios, a gente licitou e não



conseguimos recursos, então foi um projeto que a gente não conseguiu colocar em prática” (PLS1, 2018).

Por sua vez, PLS5 pressupõe que a administração não destina recursos às ações ambientais pois há outras prioridades, como se pode perceber na seguinte fala: “temos que entender também que estamos em uma circunstâncias econômica extraordinárias no país, então o gestor, eu sinceramente eu não sei exatamente como se tomam as decisões de como vão investir, mas quero entender que o gestor analisa tudo e está simplesmente priorizando o que dá” (2018). Entretanto, PLS5 busca explicar o porquê de as metas do PLS não serem prioridade, sob um ponto de vista histórico:

“Uma questão que influencia muito e o porquê das coisas não funcionam na UFSM é o seguinte: a UFSM tem 55 anos, toda a legislação ambiental, toda a consciência ambiental tem uns 30 anos, a legislação ambiental começou a ficar interessante nos últimos dez anos. As pessoas que estão na gestão da universidade *‘per se’* são pessoas já tem uma certa idade, então elas se criaram em um outro ambiente, talvez o fato de elas não darem essa prioridade tenha a ver um pouco com a sua formação, critérios históricos, cultura, sociedade, e não por algum outro motivo. [...] A sensação em muitas áreas é que por um lado o pessoal encarregado, os gestores, os tomadores de decisão embora tenham uma certa consciência ambiental, ainda não chegou neles a necessidade de priorizar realmente a questão ambiental.” (PLS5, 2018).

Conforme verificado nas falas dos entrevistados, as metas do PLS que melhor se desenvolvem são aquelas ligadas aos setores em que os membros da Comissão atuam. O fato de a Instituição, de modo geral, não dar prioridade para a execução das metas, deve-se, em parte, à inexistência de um setor para atuar diretamente com esta questão. A falta de recursos humanos para este fim foi um dos fatores citados como sendo uma dificuldade, visto que os servidores responsáveis pelo PLS são designados para uma Comissão com esta finalidade, sem deixar de responder pelos setores em que estão lotados, de forma que a atuação na Comissão não é prioridade.

As opiniões dos entrevistados convergem neste sentido, como se pode perceber nas falas de PLS1: “comissões a gente trabalha em paralelo, eu mesmo trabalho final de semana, o dia inteiro eu não tenho como, então eu levo pra casa e consigo realizar” (2018); e PLS4: “a maioria das pessoas que trabalham com o PLS são voluntárias, então a gente não consegue fazer essas equipes terem foco nas atividades, porque sempre estão com outras atividades que são prioritárias” (2018).

As opiniões de PLS6 e PLS2 vêm no mesmo sentido, no entendimento de que as atividades do setor de lotação são prioritárias, em detrimento do PLS: “acho que se tivesse exclusivamente pessoas que atuariam especificamente para a implementação do plano de

logística sustentável seria diferente” (PLS6, 2018), e “questão de pessoal, quem atua no plano, [...] eles não são exclusivos do plano, eles não trabalham para o plano. Eles trabalham para o setor deles, e dentro disso a gente tenta auxiliar no plano” (PLS2, 2018). Por sua vez, PLS5 deu um exemplo de como a disponibilidade de pessoal é pequena, em contrapartida às metas a serem cumpridas:

“A gente tem todo um sistema de coleta seletiva de resíduos, fantástico, tudo operado praticamente por voluntários. E aí que erradica o principal problema. Se por um lado o engajamento das pessoas é muito bom, por outro lado as pessoas se formam, as pessoas que estão são professores adquirem uma coordenação, passam a ter alguma outra atividade, e aí não tem a mesma dedicação. Então, tem dias em que simplesmente para, pois não tem ninguém para auxiliar na coleta. Somente esta semana, depois de toda uma novela mexicana, a gente conseguiu assegurar duas pessoas, dois técnicos da Sulclean, para ajudar, para um campus de 30.000 pessoas fazer a coleta de lixo” (PLS5, 2018).

Ainda que a falta de pessoal afete diretamente a execução das metas, PLS2 tem uma visão positiva com relação aos membros da Comissão, como se pode verificar em sua fala: “alguns membros da Comissão têm priorizado o plano, e tentado fazer com que ele dê certo. Porque ele iniciou de uma imposição legal, e a gente viu como uma oportunidade para tentar fazer alguma mudança” (2018). PLS5 compartilha deste ponto de vista:

“Essas pessoas que estão no PLS, que estão nos diferentes setores que compõem o grande setor do meio ambiente da UFSM, são muito engajadas. E o pessoal trabalha, e não importa se tem FG, se tem CD, o pessoal trabalha mesmo. Tem que tirar o chapéu, porque o pessoal é muito engajado. Às vezes, quando as coisas não funcionam, da vontade de [...] largar tudo, mas aí tu vê as pessoas trabalhando e tu diz “poxa, todo mundo está fazendo a sua contribuição” (PLS5, 2018).

Apesar de as pessoas envolvidas serem engajadas, eventualmente, como pôde ser percebido na fala de PLS5, estas se desmotivam, pelo fato de algumas ações serem lentas. PLS3 também fala sobre a desmotivação, não apenas dos membros da Comissão, mas referindo-se a comunidade acadêmica de modo geral. Segundo PLS3, “essa desmotivação não é da desmotivação das pessoas, é porque elas acabam se sentindo inibidas em dar prosseguimento enquanto não andam algumas atividades que vão conduzir a finalização de metas, infelizmente” (2018), e o respondente complementa dizendo que: “a falta de recursos leva a uma desmotivação progressiva” (2018). Ainda assim, aos poucos, são percebidas algumas ações, conforme destaca PLS2:

“Mas eu vejo a universidade tendo algumas mudanças. Por exemplo tá sendo feito agora, que não partiu da... tem uma comissão de eficiência energética, tão construindo painéis solares, então, isso já é um ganho muito grande, é até... não... eu

vejo como um ganho não muito grande do fato de economia de painel solar e economizar energia, mas sim de mudança de visão. Eu acho que a partir do momento que a gente tem a visão de “olha, vamos buscar, mudar”, acho que o principal ganho que a universidade tem, e nessa mudança de visão. Então a gente pode dizer que, devagarinho as dificuldades vão tentando ser contornadas, se não resolvidas contornadas de alguma maneira. E são dificuldades que a médio prazo tu não vai ter solução, elas vão continuar sendo dificuldades por um bom tempo ainda” (PLS2, 2018).

A UFSM, por ser relativamente grande em número de servidores e alunos, e diversificada em relação aos cursos, tem ações que por vezes acontecem isoladas. Um dos exemplos é a Comissão de Eficiência Energética citada por PLS2, que está trabalhando com energia solar, mas não necessariamente junto à Comissão do PLS. A unificação das ações socioambientais que acontecem, mesmo apenas as do campus sede, ainda não foi possível. Este fato é citado por PLS1, o qual coloca que “tem dificuldade de conseguir acesso acadêmico, [...] de trazer essa parte do que acontece em toda a universidade, não só da administração central, falta isso, essa interligação entre academia e administração central, para pôr em prática muitas ações, talvez eles tenham boas práticas, e que não são utilizadas” (2018).

Ainda nas palavras de PLS1, será necessário “achar um canal de comunicação com a academia, com os projetos acadêmicos, [...] para mapear isso, porque são ações positivas, sustentáveis, totalmente com um viés voltado para o PLS [...], a academia e a administração tem que andar juntas” (2018). A centralização das ações sustentáveis na Instituição é fator muito importante, tanto para que se possa divulgar todas estas ações, que muitas vezes são visualizadas apenas pelos diretamente envolvidos com cada projeto ou ação, quanto para reaproveitar os conhecimentos gerados, visto que se trata de uma instituição que faz pesquisa, porém, nem sempre estas são aproveitadas. Um exemplo claro desta situação é dado por PLS5:

“Nós temos, por exemplo, dentro da escola de engenharia nós temos engenharia elétrica e temos um grupo de eficiência energética. Então esse grupo de eficiência energética, com o tempo atrás fez uma análise de praticamente todas as marcas de led do mercado, analisando durabilidade; eficiência, etc., e elencou, por exemplo, as primeiras. Isso é pesquisa. A universidade em paralelo fez uma licitação e comprou lâmpadas led mas não olharam o que havia sido feito aqui dentro, então há uma falta de conversa” (PLS5, 2018).

Além desta, outras atividades que a administração tem conhecimento, embora não sejam relacionadas ao PLS, foram citadas por PLS1 e PLS6, a exemplo da captação de água da chuva, e de uma composteira, realizadas no Colégio Politécnico. A ideia, segundo PLS5, é de impulsionar a marca UMA (Universidade Meio Ambiente), para registro de todas ações

ambientais realizadas na UFSM, conforme se pode conferir em sua fala: “a ideia de criar a marca UMA é que tenha um único portal no site e a gente poder ir juntando tudo o que está sendo feito na universidade [...] tentando cadastrar todas as ideias com a marca geral UMA e uma vez que a gente cadastre as ideias, tentar fazer um cruzamento delas” (2018).

A ideia do UMA, segundo PLS1 e PLS2, surgiu do PLS, e foi elaborada em conjunto com a FACOS, termo referente ao Departamento de Ciências da Comunicação. PLS2 destaca que “o UMA está sendo entendido como uma prioridade pela universidade, ela está trabalhando essa marca, está tentando alimentar ela, tentando buscar apoio das unidades em relação” (2018), e neste sentido, espera-se que com esta marca se consiga, além de unificar as ações ambientais realizadas na UFSM, atuar mais na conscientização da comunidade, pois, como coloca PLS1, “é um processo contínuo, a questão sustentável não vai parar nunca, tem que estar sempre conscientizando” (2018).

Neste sentido, o UMA vem ao encontro do que Jacobi e Sinisgalli (2012) falam sobre o compartilhamento da governança ambiental, que se baseia no envolvimento de todas as partes interessadas, na busca pela cooperação e consenso, conforme destacado no Referencial Teórico. Na visão de PLS1, a conscientização, é uma das piores dificuldades, e alguns exemplos citados por PLS5 refletem esta questão, como pode ser conferido na sequência:

“Por exemplo, estávamos conversando na possibilidade de eliminarmos as impressoras nas salas e criar ilhas de impressão, isso é muito mais sustentável pois uma impressora partilhada por muitas pessoas, isso elimina outro problema na universidade que é a uma miríade de toners. Deve ter mais ou menos, acho que a última análise que se fez foram 200 toners diferentes, são utilizados na UFSM. Então ter estoque para isso é um problema. [...] Mas muitas pessoas resistem, querem ter a sua impressora, por um lado eu entendo, porque no serviço público as vezes falta dinheiro, e quando falta dinheiro todo um setor para [...]. Então é melhor tem uma solução individual duradoura, não algo que temos que pagar todo mês. Mas por outro lado estamos em outros tempos, a gente vai ter que rever nossos conceitos” (PLS5, 2018).

“A gente fez um cálculo, mais ou menos 100 copos dá um metro, uma pessoa consome mais ou menos 1800 copos por ano, 3 copos por dia, pensa, uma pessoa normal, toma um cafezinho a manhã, outro ao meio dia, outro a tardezinha, quando está saindo: três copos por dia. Temos 30.000 pessoas na UFSM, se todo mundo usa copo daria para fazer, mais ou menos, ir pra Porto Alegre e voltar, uma fila de copos. Isso é totalmente impensável!” (PLS5, 2018).

“Se gasta na universidade 5.500 bombonas de água mineral por ano. Isso, ao preço atual são 55.000 reais. Nós temos uma água de muito boa qualidade, o problema é que não se fazem análises. [...]Para tu eliminar a água mineral teria que analisar, analisar custaria 1/5 do valor de fornecimento da água mineral. Então isso a gente fala através de PLS, tenta levar a diante, tenta colocar, mas sempre se diz “não tem dinheiro”. Mas *peráí*, vamos gastar 1/5 do que está se gastando. Essas coisas parece que é o estilo ‘sempre se fez assim, pra que mudar’” (PLS5, 2018).

As colocações de PLS5 são finalizadas com a seguinte frase: “mais do que a resistência das pessoas, tu quebra essa resistência, com esforço, insistência, a sensibilização, mas isso envolve esforço, dinheiro e pessoas. [...] De novo: é tempo, dinheiro e pessoas”, dando a entender que, com estes três fatores, as demais dificuldades poderiam ser superadas.

Vindo ao encontro desta colocação, percebe-se que as dificuldades identificadas na UFSM são semelhantes às encontradas na pesquisa de Gazzoni (2014), bem como as colocadas por Jabbour e Jabbour (2013), novamente citadas aqui, entre outras: a carência de recursos financeiros ou humanos específicos para este fim; a dificuldade de entendimento e percepção dos gestores; a cultura da organização, com resistências, falta de divulgação interna; e inclusive a situação macroeconômica do país, pela questão orçamentária; e a falta de suporte e de diretrizes, como o fato que a legislação cobrar a elaboração do PLS, mas não o cumprimento de suas metas, de forma que não se dá a devida prioridade para execução, por não ser obrigatório.

Na sequência, serão apresentados os objetivos do PLS 2013-2015 e PLS 2016-2018, de forma a visualizar de maneira ampla como foram definidos estes, e como estes se relacionam com os eixos da A3P, visto que, com esta pesquisa, pretende-se que a elaboração do Plano de Gestão Ambiental para o Campus de Palmeira das Missões não fuja do que foi definido institucionalmente, ao mesmo tempo que seguirá a metodologia proposta pela A3P, que tem como foco, entre os eixos, a questão da sensibilização e capacitação.

### **5.1.1 A convergência entre o PLS da UFSM e a proposta da A3P**

O PLS define objetivos e metas em nível Institucional. Nesta seção, objetiva-se estabelecer uma relação entre os objetivos dos PLS's e os eixos da A3P. O PLS 2013-2015 continha 16 objetivos estratégicos e 39 metas, sendo que as metas possuem indicadores de acompanhamento e um conjunto de ações previstas para serem executadas.

O eixo 1 da A3P, “uso racional dos recursos naturais e bens públicos”, pode-se vincular os objetivos “2 – Racionalizar o consumo de energia elétrica”, “3 – Racionalizar o gasto com água e esgoto”, “9 – Racionalizar o uso de telefonia móvel”, “10 – Racionalizar o gasto com serviços de telefonia fixa”, “12 – Revisar o contrato da prestação de serviços de limpeza” (no que tange a substituição de produtos de limpeza por opções que não agridam o meio ambiente), e “14 – Reduzir os gastos e emissões de substâncias poluentes”, do PLS 2013-2015. Estes objetivos, em sua maioria, tem como área responsável a Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA), em conjunto com o Departamento de Materiais e Patrimônio

(DEMAPA), quando envolve a necessidade de realizar processo licitatório, ou Centro de Processamento de Dados (CPD), quando envolve tecnologias e sistemas.

O eixo 2 da A3P, “gerenciamento de resíduos sólidos”, diz respeito ao que é abordado nos objetivos “4 – Destinar corretamente os resíduos” e “12 – Revisar o contrato da prestação de serviços de limpeza” (no que tange à separação dos resíduos) do PLS 2013-2015, ambos também sob responsabilidade da PROINFRA, sendo que as práticas de separação e destinação dos resíduos é trabalhada em conjunto com a Comissão de Planejamento Ambiental da UFSM.

A “qualidade de vida no ambiente de trabalho”, terceiro eixo da A3P, pode ser relacionado aos objetivos “6 – Aumentar a segurança no ambiente de trabalho” e “11 – Revisar os contratos e as normas internas de vigilância” do PLS 2013-2015, também sob responsabilidade da PROINFRA. Percebe-se que, com relação a este eixo, tem-se apenas questões de segurança nos objetivos do PLS 2013-2015.

O quarto eixo da A3P, “sensibilização e capacitação dos servidores”, relaciona-se com o objetivo “5 – Sensibilizar e conscientizar a comunidade universitária quanto às questões socioambientais” do PLS 2013-2015, que fica sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).

O eixo 5 da A3P, “contratações públicas sustentáveis”, relaciona-se ao que abordam os objetivos “1 – Aumentar a compra e o consumo de produtos sustentáveis”, “7 – Implantar compras públicas sustentáveis”, “8 – Fomentar a compra compartilhada” e “16 – Ampliar a aquisição de equipamentos ecologicamente eficientes”, do PLS 2013-2015. Estes objetivos ficam a cargo, principalmente, do DEMAPA, por ser o órgão da UFSM responsável pelas licitações.

Já o eixo 6 da A3P, “construções sustentáveis”, relaciona-se aos objetivos “13 – revisar os serviços de manutenção predial, reformas e paisagismo” e “15 – Ampliar critérios sustentáveis nas obras e serviços de engenharia” do PLS 2013-2015, também sob responsabilidade da PROINFRA.

Destaca-se que o Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) também é responsável pela efetivação dos objetivos em sua área de abrangência, visto que hoje é gerido pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), embora se encontre dentro do Campus de Santa Maria.

No PLS 2016-2018, constam 12 objetivos e 25 metas. Ao relacionar os objetivos do PLS 2016-2018 com os eixos da A3P, percebe-se que os objetivos estão mais interligados. Por exemplo, o objetivo “1 – Ampliar a compra e o consumo de produtos sustentáveis” pode

ser relacionado ao “uso racional dos recursos naturais e bens públicos” e as “contratações públicas sustentáveis”, sendo que entre as metas aborda-se sensibilização e capacitação de servidores. Os objetivos “2 – Implantar sistema de gestão do consumo de energia elétrica na UFSM” e “3 - Implantar gestão do consumo de água na UFSM” também seguem neste sentido, abordando conscientização, bem como o eixo 1 e 5 da A3P.

O objetivo “9 – Aferir os gastos e emissões de substâncias poluente” também se relaciona ao eixo 1 da A3P, e fica sob responsabilidade da PROINFRA. Já o objetivo “4 – Destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados nos campi da UFSM”, relaciona-se ao eixo 2 da A3P, “gerenciamento de resíduos sólidos”, e fica sob responsabilidade da PROINFRA, e quando envolve o desenvolvimento de sistemas, do CPD.

O eixo 4 da A3P, “sensibilização e capacitação dos servidores”, relaciona-se ao objetivo “5 –Sensibilizar e conscientizar a comunidade universitária quanto às questões socioambientais”, sob responsabilidade da PROGEP, embora, como já citado, a conscientização esteja presente em outros objetivos, de forma mais específica.

Os objetivos “6 – Implantar compras públicas sustentáveis”, “7 – Racionalizar o uso de telefonia móvel e fixa”, “8 – Caracterizar o material de limpeza utilizado” e “12 – Ampliar a aquisição de equipamentos ecologicamente eficientes” dizem respeito ao eixo 5 da A3P, “contratações públicas sustentáveis”, e ficam prioritariamente sob responsabilidade do DEMAPA, embora envolvam também a PROINFRA e a Comissão de Planejamento Ambiental.

Por fim, o eixo de “construções sustentáveis” é abordado pelos objetivos “10 – Ampliar critérios sustentáveis nas obras e serviços de engenharia” e “11 – Aprimorar os serviços de manutenção predial, reformas e paisagismo nos campi UFSM”, que envolvem a PROINFRA e o DEMAPA. Ainda, aborda-se no objetivo 10 a questão de segurança predial, que pode ser relacionada ao eixo 3 da A3P, “qualidade de vida no ambiente de trabalho”.

No Quadro 4, de maneira sucinta, apresenta-se o alinhamento entre os eixos da A3P e os objetivos dos Planos de Logísticas Sustentável da UFSM, em suas versões 2013-2015 e 2016-2018. Ambas as versões do PLS contêm objetivos relacionados aos eixos da A3P. A maior diferença encontra-se no eixo 4 – “Sensibilização e capacitação dos servidores”, pois, embora conste em ambos os Planos um objetivo relacionado a este eixo, no PLS 2016-2018 constam ações, principalmente de sensibilização, em quase todos os demais objetivos, de forma específica.

Quadro 4 - Relações entre a A3P e os PLS da UFSM

<b>Eixos da A3P</b>	<b>Objetivos do PLS 2013-2015</b>	<b>Objetivos do PLS 2016-2018</b>
1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	2 – Racionalizar o consumo de energia elétrica; 3 – Racionalizar o gasto com água e esgoto; 9 – Racionalizar o uso de telefonia móvel; 10 – Racionalizar o gasto com serviços de telefonia fixa; 12 – Revisar o contrato da prestação de serviços de limpeza (produtos de limpeza); 14 – Reduzir os gastos e emissões de substâncias poluentes.	1 – Ampliar a compra e o consumo de produtos sustentáveis; 2 – Implantar sistema de gestão do consumo de energia elétrica na UFSM; 3 - Implantar gestão do consumo de água na UFSM; 9 – Aferir os gastos e emissões de substâncias poluente.
2 - Gerenciamento de resíduos sólidos	4 – Destinar corretamente os resíduos; 12 – Revisar o contrato da prestação de serviços de limpeza (separação dos resíduos).	4 – Destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados nos campi da UFSM.
3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho	6 – Aumentar a segurança no ambiente de trabalho; 11 – Revisar os contratos e as normas internas de vigilância.	10 – Ampliar critérios sustentáveis nas obras e serviços de engenharia (segurança predial).
4 - Sensibilização e capacitação dos servidores	5 – Sensibilizar e conscientizar a comunidade universitária quanto às questões socioambientais.	5 – Sensibilizar e conscientizar a comunidade universitária quanto às questões socioambientais. - Também está presente em outros objetivos, de forma mais específica.
5 - Contratações públicas sustentáveis	1 – Aumentar a compra e o consumo de produtos sustentáveis; 2 – Racionalizar o consumo de energia elétrica; 3 – Racionalizar o gasto com água e esgoto; 7 – Implantar compras públicas sustentáveis; 8 – Fomentar a compra compartilhada; 9 – Racionalizar o uso de telefonia móvel; 10 – Racionalizar o gasto com serviços de telefonia fixa; 12 – Revisar o contrato da prestação de serviços de limpeza (produtos de limpeza); 16 – Ampliar a aquisição de equipamentos ecologicamente eficientes.	1 – Ampliar a compra e o consumo de produtos sustentáveis; 2 – Implantar sistema de gestão do consumo de energia elétrica na UFSM; 3 - Implantar gestão do consumo de água na UFSM; 6 – Implantar compras públicas sustentáveis; 7 – Racionalizar o uso de telefonia móvel e fixa; 8 – Caracterizar o material de limpeza utilizado; 12 – Ampliar a aquisição de equipamentos ecologicamente eficientes.
6 - Construções sustentáveis	13 – Revisar os serviços de manutenção predial, reformas e paisagismo; 15 – Ampliar critérios sustentáveis nas obras e serviços de engenharia.	10 – Ampliar critérios sustentáveis nas obras e serviços de engenharia; 11 – Aprimorar os serviços de manutenção predial, reformas e paisagismo nos campi UFSM.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).



A partir dos eixos da A3P, foi elaborado um questionário de forma a permitir um levantamento de como ou quanto a comunidade acadêmica do Campus de Palmeira das Missões percebe as ações socioambientais que são realizadas, alguma destas realizadas a partir dos objetivos do PLS. As respostas são apresentadas subseção seguinte.

## 5.2 A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA DO CAMPUS PM

Nesta seção, serão apresentados os dados resultantes dos questionários, de forma a facilitar a compreensão do ponto de vista da comunidade acadêmica com relação às ações socioambientais praticadas no Campus de Palmeira das Missões. Busca-se, aqui, atender ao objetivo “*b) fazer um levantamento do conhecimento da comunidade acadêmica sobre as ações realizadas no Campus PM, relacionadas aos eixos da A3P*”.

### 5.2.1 Análise dos questionários aplicados à comunidade acadêmica

Inicialmente, destaca-se que, de um universo de mil quatrocentos e um sujeitos, entre docentes, técnico-administrativos em educação (TAE’s), acadêmicos e funcionários terceirizados, apenas oitenta e quatro responderam, o equivalente a seis por cento. A Tabela 2 apresenta estes dados, bem como o percentual de respondentes por categoria.

Tabela 2 - Percentual de respondentes por categoria

<b>Categoria</b>	<b>Quantitativo total</b>	<b>Percentual do total</b>	<b>Respondentes</b>	<b>Percentual de respondentes</b>
Docentes	88	6,28%	35	39,77%
TAE’s	39	2,78%	13	33,33%
Terceirizados	48	3,43%	8	16,67%
Acadêmicos	1226	87,51%	28	2,28%
<b>Total</b>	<b>1401</b>	<b>100%</b>	<b>84</b>	<b>6%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Acredita-se que o baixo percentual de retorno seja devido ao questionário ter sido aplicado no período de férias letivas, período em que os alunos não frequentam o Campus, e grande parte dos servidores está em férias.

A Tabela 3 apresenta o percentual de respondentes entre os docentes, conforme o Departamento no qual estão lotados. Houve representação de todos os Departamentos, de forma que foi possível obter informações de profissionais das diversas áreas de atuação. A

menor participação relativa foi dos docentes do Departamento de Alimentos e Nutrição, enquanto a maior participação relativa foi de docentes do Departamento de Administração.

Tabela 3 - Percentual de respondentes docentes por Departamento

Departamento	Quantitativo total	Percentual do total	Respondentes	Percentual de respondentes
Alimentos e Nutrição	11	12,50%	3	27,27%
Ciências da Saúde	23	26,14%	10	43,48%
Ciências Econômicas	10	11,36%	4	40,00%
Zootecnia e Ciências Biológicas	26	29,55%	8	30,77%
Administração	18	20,45%	10	55,56%
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>100%</b>	<b>35</b>	<b>39,77%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A Tabela 4, por sua vez, apresenta o percentual de respondentes entre os acadêmicos, conforme o curso ao qual estão vinculados. Percebe-se que, dentre a comunidade acadêmica, o menor percentual de participação foi dos acadêmicos, o que, conforme já colocado, acredita-se que foi devido ao período de férias letivas. Do curso de Zootecnia e do Mestrado Acadêmico em Agronegócios, apenas um acadêmico participou da pesquisa, e do curso de Enfermagem apenas dois acadêmicos participaram. Para o curso de Administração, foram somados os números dos cursos diurno e noturno, visto que se trata da mesma formação.

Tabela 4 - Percentual de respondentes acadêmicos por curso

Curso	Quantitativo total	Percentual do total	Respondentes	Percentual de respondentes
Graduação em Ciências Biológicas	77	6,28%	4	5,19%
Graduação em Enfermagem	201	16,39%	2	1,00%
Graduação em Nutrição	176	14,36%	4	2,27%
Graduação em Zootecnia	180	14,68%	1	0,56%
Graduação em Administração	360	29,36%	8	2,22%
Graduação em Ciênc. Econômicas	201	16,39%	8	3,98%
Mestrado em Agronegócios	31	2,53%	1	3,23%
<b>Total</b>	<b>1226</b>	<b>100%</b>	<b>28</b>	<b>2,28%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A Tabela 5 apresenta as informações sobre o perfil dos sujeitos. Vale lembrar que o Campus PM iniciou suas atividades no ano de 2006. Desta forma, se percebe que o tempo de vínculo dos sujeitos está bem distribuído, visto que se obteve respostas tanto de sujeitos com pouco tempo de vínculo, como dos sujeitos que possuem vínculo a mais tempo. Com relação ao sexo dos respondentes, 59,52% são mulheres.

Tabela 5 - Perfil dos respondentes: tempo de vínculo, sexo, faixa etária e renda

Tempo de vínculo	Frequência absoluta	Frequência relativa	Sexo	Frequência absoluta	Frequência relativa
Até 2 anos	19	22,62%	Masculino	32	38,10%
De 2 a 4 anos	22	26,19%	Feminino	50	59,52%
De 4 a 6 anos	20	23,81%	Prefiro não responder	2	2,38%
De 6 a 8 anos	10	11,90%			
Acima de 8 anos	13	15,48%			

Faixa etária	Frequência absoluta	Frequência relativa	Renda per capita familiar	Frequência absoluta	Frequência relativa
Até 20 anos	4	4,76%	Até R\$ 937,00	10	11,90%
De 21 a 30 anos	25	29,76%	De R\$ 937,01 a R\$ 1.874,00	9	10,71%
De 31 a 40 anos	33	39,29%	De R\$ 1.874,01 a R\$ 2.811,00	9	10,71%
De 41 a 50 anos	10	11,90%	De R\$ 2.811,01 a R\$ 3.748,00	9	10,71%
De 51 a 60 anos	9	10,71%	De R\$ 3.748,01 a R\$ 4.685,00	8	9,52%
Acima de 60 anos	3	3,57%	Acima de R\$ 4.685,01	39	46,43%

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A faixa etária *de 31 a 40 anos* concentra 39,29% dos respondentes, e a *de 21 a 30 anos* 29,76% dos respondentes. Portanto, se infere que a maior parte dos respondentes nasceu na época ou após o início das discussões a nível mundial sobre a preservação do meio ambiente, período em que, gradualmente, a educação ambiental e legislações afins foram introduzidas no cotidiano, devendo estes respondentes possuir maior familiaridade com o tema.

O salário mínimo nacional do ano de 2017 foi utilizado como base para definir as faixas de renda *per capita* familiar mensal. Se percebe que há certa disparidade entre as faixas de renda da comunidade acadêmica, e a maior parte dos respondentes encontra-se na faixa *acima de R\$ 4.685,01*.

A Tabela 6 diz respeito às afirmações “Tenho conhecimento sobre o Plano de Logística Sustentável: objetivos, diretrizes, abordagens, etc.”, questão 2; e “Tenho conhecimento sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública: objetivos, diretrizes, abordagens, etc.”, questão 4. Percebe-se similaridade entre a frequência das respostas sobre o PLS e a A3P, demonstrando que os temas são próximos, e que o conhecimento sobre um pode ser relacionado ao conhecimento sobre o outro.

Ainda, é possível inferir que significativa parte dos respondentes desconhece os temas, visto que 32,1% e 34,5% dos respondentes *não souberam responder* a afirmação sobre o PLS e a A3P, respectivamente; e o mesmo percebe-se com os respectivos 27,4% e 28,6% que *discordam totalmente* da afirmação. Estranha-se o fato de os respondentes afirmarem não saber responder, sendo que diz respeito a conhecer ou não o tema.

Tabela 6 - Conhecimento sobre o PLS e a A3P

Escala	Conhecimento sobre PLS		Conhecimento sobre A3P	
	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência absoluta	Frequência relativa
Não sei responder	27	32,1%	29	34,5%
1) Discordo totalmente	23	27,4%	24	28,6%
2) Discordo, com ressalvas	5	6,0%	3	3,6%
3) Não concordo, nem discordo	5	6,0%	7	8,3%
4) Concordo, com ressalvas	17	20,2%	12	14,3%
5) Concordo totalmente	7	8,3%	9	10,7%
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>100%</b>	<b>84</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A Tabela 7 identifica o quanto cada categoria afirmou ter conhecimento sobre o PLS. Se percebe que, independente da categoria, as respostas concentram-se nas opções “Não sei responder” ou “discordo totalmente”.

Tabela 7 - Alegação de conhecimento sobre o PLS, por categoria

Questões 02 x 40	Docentes		TAE's		Terceirizados		Acadêmicos		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Não sei responder	9	25,7%	3	23,1%	5	62,5%	10	35,7%	<b>27</b>	<b>32,1%</b>
1) Discordo totalmente	9	25,7%	5	38,5%	0	0,0%	9	32,1%	<b>23</b>	<b>27,4%</b>
2) Discordo, com ressalvas	3	8,6%	1	7,7%	1	12,5%	0	0,0%	<b>5</b>	<b>6,0%</b>
3) Não concordo, nem discordo	2	5,7%	1	7,7%	0	0,0%	2	7,1%	<b>5</b>	<b>6,0%</b>
4) Concordo, com ressalvas	9	25,7%	2	15,4%	1	12,5%	5	17,9%	<b>17</b>	<b>20,2%</b>
5) Concordo totalmente	3	8,6%	1	7,7%	1	12,5%	2	7,1%	<b>7</b>	<b>8,3%</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100,0%</b>	<b>13</b>	<b>100,0%</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	<b>28</b>	<b>100,0%</b>	<b>84</b>	<b>100,0%</b>
<b>Média</b>	2,77		2,3		3,67		2,5		2,65	
<b>Desvio Padrão</b>	1,5312		1,567		1,5275		1,6179		1,5525	

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Desconsiderados os que não souberam responder, as médias por categoria sugerem pouco conhecimento por parte dos respondentes sobre o PLS. A maior média se deu entre os

funcionários terceirizados, entretanto, foram consideradas as respostas de apenas três sujeitos, visto que os demais não souberam responder a questão. Com a média geral das respostas sendo 2,65, se verifica que o conhecimento dos respondentes fica entre as opções “discordo, com ressalvas” e “não concordo, nem discordo”, sendo que o desvio padrão de 1,5525 sugere considerável dispersão.

A Tabela 8 identifica, por categoria, o quanto os sujeitos afirmam ter conhecimento sobre a A3P. Assim como em relação ao PLS, as respostas concentram-se nas opções “Não sei responder” e “discordo totalmente”.

Tabela 8 - Alegação de conhecimento sobre a A3P, por categoria

Questões 04 x 40	Docentes		TAE's		Terceirizados		Acadêmicos		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Não sei responder	10	28,6%	2	15,4%	6	75,0%	11	39,3%	29	34,5%
1) Discordo totalmente	12	34,3%	3	23,1%	0	0,0%	9	32,1%	24	28,6%
2) Discordo, com ressalvas	0	0,0%	1	7,7%	1	12,5%	1	3,6%	3	3,6%
3) Não concordo, nem discordo	3	8,6%	2	15,4%	0	0,0%	2	7,1%	7	8,3%
4) Concordo, com ressalvas	6	17,1%	3	23,1%	0	0,0%	3	10,7%	12	14,3%
5) Concordo totalmente	4	11,4%	2	15,4%	1	12,5%	2	7,1%	9	10,7%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100,0%</b>	<b>13</b>	<b>100,0%</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	<b>28</b>	<b>100,0%</b>	<b>84</b>	<b>100,0%</b>
<b>Média</b>	2,60		3,00		3,50		2,29		2,62	
<b>Desvio Padrão</b>	1,6583		1,5492		2,1213		1,5718		1,6043	

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

De modo geral, o conhecimento dos respondentes sobre o PLS e a A3P são semelhantes. Apenas dois dos funcionários terceirizados foram considerados para a média da categoria, visto que 75% destes *não souberam responder* à questão, o que fez com que a média se mantivesse em 3,5, a mais alta entre as demais, porém, também com o maior desvio padrão, de 2,1213.

Destaca-se que entre os TAE's, a média foi de 3, o correspondente à opção “não concordo, nem discordo”, tendo um desvio padrão de 1,5492, que, apesar de ter sido o menor entre as categorias, ainda apresenta considerável dispersão, tendo em vista a escala ser de cinco pontos. A média geral da questão, 2,62, apresenta o desconhecimento sobre a A3P, semelhante ao desconhecimento sobre o PLS apresentado.

Realizado o Teste ANOVA para relacionar as respostas de cada categoria às questões 2 e 4, se destaca que o resultados foram respectivamente de 0,560 e 0,600, com um nível de erro de 0,05. Estes níveis de significância, aliados às média das respostas, permitem inferir que as categorias não tem influência sobre o conhecimento em relação a ambos os temas, que ainda é restrito por parte da comunidade acadêmica.

A UFSM teve seu primeiro PLS referente aos anos 2013-2015, em atendimento à legislação, e ainda não aderiu à A3P, apesar de estar na Rede A3P. Foram realizadas duas questões que objetivavam identificar se a comunidade acadêmica tem conhecimento sobre estes fatos, cujos resultados são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 - PLS e A3P na UFSM

Resposta	UFSM possui PLS		UFSM é adepta a A3P	
	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência absoluta	Frequência relativa
Possui / É adepta	19	22,6%	8	9,5%
Não possui / Não é adepta	2	2,4%	4	4,8%
Não tenho certeza	63	75,0%	72	85,7%
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>100,0%</b>	<b>84</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A frequência relativa de respondentes que *não sabem responder* sobre a existência do PLS da UFSM é de 75%. Apenas 22,6% dos respondentes afirmou que a UFSM possui um PLS, que seria a opção correta; e destaca-se que 2,4% afirmou que a UFSM não possui, o que não é verdade. Com relação à adesão a A3P, 85,7% *não sabem responder* se a UFSM é adepta, apenas 4,8% sabem que a UFSM não é adepta; e destaca-se o fato de 9,5% afirmarem erroneamente a resposta.

Com relação ao **Eixo 1 da A3P, uso racional dos recursos naturais e bens públicos**, a Tabela 10 apresenta a frequência absoluta e relativa das respostas às questões 6 à 12, que buscavam identificar se a comunidade acadêmica tem conhecimento da realização de ações no

sentido de promover o uso consciente de alguns recursos, a saber: água, cartuchos e toners, copos plásticos, deslocamento de pessoal, energia elétrica, material de limpeza, e papéis.

A questão 13, aberta, relacionada a este Eixo, objetivava facilitar a que os sujeitos da pesquisa informassem mais detalhes e citassem outros itens ou serviços que merecem atenção e desenvolvimento de ações para uso de forma consciente. Alguns acadêmicos se limitaram a citar itens que merecem atenção, como: baterias, papéis, plásticos, água, papel higiênico, e energia elétrica (sendo citados o uso de elevadores, luzes e ares condicionados de forma desnecessária), sem sugerir ações ou meios para tal.

Dentre os acadêmicos, quatorze manifestaram não ter opinião ou conhecimento sobre o tema, ou seja, 50% da categoria. Entre os oito funcionários terceirizados, cinco não manifestaram opinião. Já dentre os TAE's e docentes, os que não manifestaram opinião foram, respectivamente, três e quatro sujeitos, ou seja, estas categorias buscaram dar mais opiniões e sugestões.

De forma geral, os respondentes demonstram que *não sabem responder* às questões, visto que os maiores percentuais de cada questão correspondem a esta opção, com percentuais que oscilam de 27,4%, no caso dos papéis e copos plásticos, a 51,2% no caso dos materiais de limpeza, demonstrando este ser o tema deste Eixo em que há mais desconhecimento.

A exceção se dá com relação à energia elétrica, questão 10, em que apenas 16,7% *não souberam responder*, sendo o único tema cujo maior percentual de respondentes, 36,9%, *concordou, com ressalvas*, sugerindo que as ações existem, mas não são suficientes, ou poderiam ser melhoradas. Vale destacar que 17,9% *concordam totalmente* que existem ações específicas. A média de respostas à esta questão é 3,49, a maior deste Eixo, sendo que o desvio padrão é de 1,3159, o menor, sugerindo menor dispersão.

A41 cita a existência de cartazes avisando sobre a importância do uso consciente da energia elétrica, bem como de alguns banheiros possuírem lâmpadas que se apagam após determinado tempo. Na realidade, nos banheiros foram instalados sensores de presença, embora, em alguns banheiros, o sensor tenha eventualmente parado de funcionar.

Tabela 10 - Eixo 1: ações realizadas no sentido de promover o uso consciente de recursos naturais e bens públicos

Questão		Não sei responder	1) Discordo totalmente	2) Discordo, com ressalvas	3) Não concordo, nem discordo	4) Concordo, com ressalvas	5) Concordo totalmente	Total de respostas	Média	Desvio Padrão
6- Água	Freq. absoluta	26	15	11	7	19	6	<b>84</b>	2,83	1,4035
	Freq. relativa	31%	17,9%	13,1%	8,3%	22,6%	7,1%	<b>100%</b>		
7- Cartuchos e toners	Freq. absoluta	32	13	7	7	16	9	<b>84</b>	3,02	1,4752
	Freq. relativa	38,1%	15,5%	8,3%	8,3%	19%	10,7%	<b>100%</b>		
8- Copos plásticos	Freq. absoluta	23	17	13	8	11	12	<b>84</b>	2,80	1,5146
	Freq. relativa	27,4%	20,2%	15,5%	9,5%	13,1%	14,3%	<b>100%</b>		
9- Deslocamento de pessoal	Freq. absoluta	28	15	12	7	12	10	<b>84</b>	2,82	1,4907
	Freq. relativa	33,3%	17,9%	14,3%	8,3%	14,3%	11,9%	<b>100%</b>		
10- Energia elétrica	Freq. absoluta	14	9	9	6	31	15	<b>84</b>	3,49	1,3159
	Freq. relativa	16,7%	10,7%	10,7%	7,1%	36,9%	17,9%	<b>100%</b>		
11- Material de limpeza	Freq. absoluta	43	10	6	7	9	9	<b>84</b>	3,02	1,5081
	Freq. relativa	51,2%	11,9%	7,1%	8,3%	10,7%	10,7%	<b>100%</b>		
12- Papeis	Freq. absoluta	23	14	13	7	15	12	<b>84</b>	2,97	1,4829
	Freq. relativa	27,4%	16,7%	15,5%	8,3%	17,9%	14,3%	<b>100%</b>		
<b>Total Eixo 1</b>	<b>Freq. absoluta</b>	<b>189</b>	<b>93</b>	<b>71</b>	<b>49</b>	<b>113</b>	<b>73</b>	<b>588</b>	<b>3,01</b>	<b>1,4597</b>
	<b>Freq. relativa</b>	<b>32,14%</b>	<b>15,82</b>	<b>12,07%</b>	<b>8,33%</b>	<b>19,22%</b>	<b>12,41%</b>	<b>100%</b>		

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A existência de cartazes também foi citada por D04, e é decorrente de um projeto de extensão denominado Visão Coletiva, que esteve vigente de 2015 a 2017 e era executado pelos membros da Empresa Visão Júnior, conforme pode se verificar na fala de T66: “no Campus já foram implementadas algumas ações na forma de projetos, da Empresa Júnior que realizou campanhas com foco na sustentabilidade, como exemplo: diminuição do uso de papel com impressão frente e verso, uso consciente de energia elétrica, etc.”.



Infere-se que estes seriam os principais motivos pelos quais o único item em que os respondentes tiveram a maior parte das opiniões concordando com a existência de ações de consumo consciente foi o relacionado à energia elétrica. É importante, entretanto, destacar a fala de D09, o qual entende que “o uso da energia elétrica deveria ser melhor praticado”, bem como a fala de F88, de que o “uso consciente de energia elétrica também deveria ser avaliado principalmente na parte dos ar condicionado”.

A utilização de papel foi um dos itens mais comentados. A44 sugere o “incentivo de leituras no computador, à começar pelos professores, aceitando apenas trabalhos online e evitando o recebimento de trabalhos impressos (o que atualmente não ocorre)”. A42 tem uma opinião similar, entretanto com relação aos slides, alegando que “os professores enviam muitos slides, e isso acaba fazendo com que os alunos imprimam muitas folhas, que acabam indo fora”, e complementa sua fala comentando que “um dos setores que não possuem um uso consciente de papeis, por exemplo, é próprio xerox da faculdade [...] Os colaboradores são desorganizados, e por haverem muitas falhas, acabam desperdiçando muito papel”. A44 sugere também a “utilização de papel reciclado em todo o campus”.

Os servidores, por sua vez, sugerem ações com relação aos tramites internos. T02 sugere “viabilizar a entrega de documentos internos via sistema, cita-se: memorandos, portarias, solicitação de diárias, de veículos...Geraria uma imensa economia de papel e tornaria o procedimento mais célere”, enquanto D14 comenta que o Manual de Dissertação e Teses e o manual de processos administrativos deveriam estabelecer impressão em frente e verso, bem como os próprios professores poderiam ser orientados a imprimir frente e verso. A sugestão de D21 é “encaminhar papéis "descartados" para realização de blocos”.

Com relação às impressões, o que diz respeito ao consumo de papel e também de cartuchos e toners, T19, D46 e D39 comentam que estas deveriam ser otimizadas, na sugestão de D39, com o uso de “somente impressoras centralizadas e papeis reciclados, com impressão frente e verso”. D67 também citou a existência de bilhetes nos computadores, para uso racional de impressões, economizando papel e *toners*; ação, esta, também decorrente do projeto Visão Coletiva, conforme citado por D04.

Três respondentes, T19, D60 e F88, citaram a necessidade de otimização na utilização dos veículos. A maior parte das viagens ocorrem para o Campus de Santa Maria, devido a reuniões administrativas. Supervisões de estágios e aulas práticas, principalmente dos cursos da área da saúde, também demandam consideravelmente a utilização dos veículos para cidades próximas.

Se tem conhecimento de ações do setor responsável pelos transportes, de que sempre se busca a otimização dos mesmos, no sentido de mais pessoas utilizarem o mesmo carro, e até mesmo compartilhar carros com os servidores do Campus de Frederico Westphalen, quando as viagens são com destino ao Campus Sede, visto que o Campus de Palmeira das Missões localiza-se no trajeto entre ambos campi. Entretanto, D60 sugere que “deveriam ser adotadas outras estratégias. Ainda há gasto desnecessário”.

As médias das questões 6, 7, 8, 9, 11 e 12 variam de 2,80 a 3,02, próximas à média geral do Eixo 1, sugerindo que o conhecimento que os respondentes têm de ações para cada uma destes recursos é semelhante, sendo representado pela opção “não concordo, nem discordo”. Os desvios padrão, também próximos entre si, demonstram que as respostas a cada questão variam semelhantemente. Se percebe, de acordo com estes dados, que de forma geral, há pouco conhecimento por parte dos respondentes, sobre ações para promoção do uso consciente destes recursos.

Do total de respondentes, quatorze manifestaram opinião crítica na questão aberta sobre este Eixo, no sentido de não perceberem ações de conscientização, ou de serem ações isoladas e não institucionais. Algumas falas que remetem esta opinião podem ser verificadas no Quadro 5.

O respondente D26 foi o único que alegou conhecer o Programa UMA, por meio do *site*, entretanto, comenta que “pelo que se depreende do que consta nos *links* destinados a esse Programa, várias ações se restringem ao campus de Santa Maria”.

Os acadêmicos, por sua vez, se mostraram mais críticos. A64 destaca que “nenhuma das ações seja realizada de maneira consciente” e que o Campus PM “já apresenta grandes problemas relacionados à desperdício e ações não socioambientalistas”; e A78 comenta que “as campanhas sobre uso consciente de água, luz, papéis e copos começou junto com as restrições orçamentárias que a universidade passou”, sugerindo que “essas ações não sejam o *mindset* da universidade e sim uma política mais ligada ao orçamento do que propriamente à consciência de sustentabilidade”.

Quadro 5 - Eixo 1: ações isoladas e não institucionais

Nº	Respostas à questão 13
01	“Nunca notei qualquer ação institucional no sentido promover o uso consciente de qualquer tipo de recurso” (T58).
02	“São poucas as ações e de forma isolada” (T65)
03	“[...] creio que os servidores buscam em suas rotinas de trabalho diminuir o consumo, mas não são ações organizadas e pensadas, como uma campanha ou uma normativa que oriente quando às ações para redução do consumo, pelo menos no Campus PM desconheço a existência destas” (T66)
04	“Tais ações não parecem ser institucionalizadas ou claras, mas sim individuais ou implementadas sem que fossem indicados os ganhos ou justificativas socioambientais” (D11)
05	“Desconheço todas as ações institucionais existentes no campus de Palmeira das Missões acerca das questões” (D26)
06	“Sei que existem ações individualizadas de alguns laboratórios neste sentido. Porém, não consigo perceber que esteja sendo realizada uma sensibilização da comunidade acadêmica neste sentido. Posso estar enganada. De acordo com minha vivência em outras instituições, pude vivenciar situações em ambientes onde eram realizadas campanhas frequentes para cada um dos itens em questão” (D32)
07	“Respondi as questões "discordo, com ressalvas", pois até o momento não tenho conhecimento de ações deste tipo no campus de Palmeira das Missões, inclusive acho de extrema importância, implementá-las” (A44)
08	“Não existe nenhuma ação coletiva sustentável do campus, apenas ações esporádicas e de pequenos grupos” (D52)
09	“O que existem são ações pontuais e individuais” (D56)
10	“Não há nada institucional sobre estes assuntos. As ações são isoladas de grupos de pesquisa e extensão” (D74)
11	“Não existe ainda uma política e ações institucionais voltados à comunidade acadêmica para um uso mais consciente dos referidos materiais” (D75)
12	“No meu setor (que trabalho), não observo nenhuma ação significativa em relação as questões apresentadas” (F87)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Ainda sobre o Eixo 1, 17 respondentes tiveram suas falas voltadas à necessidade de maior conscientização da comunidade acadêmica e divulgação das ações realizadas, algumas das quais podem ser observadas no Quadro 6.

Os respondentes T47, T66 e D68, de acordo com suas falas, demonstraram saber da existência da Comissão de Gestão Ambiental do Campus PM. T66 entende que a criação desta Comissão é o que visualiza de mais concreto no sentido de promover ações institucionais de sustentabilidade. Já D68 comenta que “embora saiba que exista uma comissão para tratar sobre assuntos relacionados à sustentabilidade, não ficamos sabendo das decisões”, sugerindo maior divulgação dos trabalhos.

Os respondentes T47 e D51 deram sugestões de ações que poderiam ser realizadas, o primeiro propondo que “o setor responsável pela Agenda Ambiental poderia fazer parceria com os cursos do campus para otimizar ações”, e o segundo sugerindo que fossem divulgados

“dados semestrais a comunidade acadêmica e sociedade de forma geral para dar exemplo do que foi feito nesta linha da sustentabilidade na UFSM”.

Quadro 6 - Eixo 1: divulgação, sensibilização e capacitação

Nº	Respostas à questão 13
01	“Deveria ter algum outro tipo de campanha que despertasse a conscientização da comunidade universitária em relação ao desperdício” (D04)
02	“Pode até ter uma política institucional, mas ela não é divulgada para a comunidade acadêmica” (D10)
03	“Sugiro maior divulgação das ações socioambientais institucionais” (D20)
04	“Enfatizar mais as ações, ajuda mais” (A23)
05	“O uso consciente se processa com prática e orientação adequado às pessoas. No caso, a importância de campanhas, processos que conscientizem de forma processual e constante a todos” (T31)
06	“Embora haja um movimento no sentido do uso consciente dos itens citados nas questões, entendo que é necessário maior implicação de professores, TAE’s e alunos nesta proposta” (D35)
07	“Não consigo acompanhar as ações concernentes a este itens” (D40)
08	“Caso, já existam, acho mais importante ainda divulgá-las para conhecimento de todos. Como por exemplo, colocar adesivos com frases "conscientes" para redução de papel e água no banheiro” (A44)
09	“Maior conscientização, os programas citados desconheço não recebi nenhum e-mail os explicando” (A49)
10	“Costumo ler, sempre que possível, os cartazes afixados nos murais da Universidade. Todavia, nunca encontrei orientações nesse sentido” (A54)
11	“A comunicação com os demais setores da UFSM-PM poderia ser explorada mais intensamente” (D55)
12	“Apesar de que existam ações, mais efetivas em alguns itens, acredito que as pessoas ainda estão pouco envolvidas no sentido de otimizar os recursos. Considerando que estamos em um ambiente acadêmico, o grau de conscientização e ações em prol do uso racional dos recursos poderia ser maior” (D69)
13	“Para os novos servidores deveria ser dado um treinamento inicial no campus sobre as ações institucionais de uso consciente dos recursos naturais” (D73)
14	“Sugiro realização de campanhas de conscientização de preservação do meio ambiente” (T76)
15	“Acredito que é possível criar cartazes para serem fixados nas salas e corredores, chamando a atenção para o uso consciente da energia elétrica e dos materiais de uso descartável como papéis e copos, etc.” (D77)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Outras duas sugestões foram citadas apenas uma vez. A43 citou “o uso de caixas usadas e doadas pelos alunos e afins para o uso sustentável de plantio de mudas” no Horto Florestal. Entretanto, não ficou claro se esta é uma sugestão ou um fato que acontece. Além disso, D59 citou a necessidade de “educação dos colegas em relação aos animais no campus, é um problema de saúde pública”. No Campus, é recorrente a circulação de cachorros. Ações individuais e coletivas ocorrem no sentido de cuidar, alimentar e castrar estes animais, entretanto, não são ações institucionais, apesar de estar se discutindo uma campanha neste sentido.

O Eixo 2 da A3P, gerenciamento de resíduos sólidos, foi abordado nas questões 14 a 19. As respostas às questões fechadas podem ser observadas na Tabela 11.

Tabela 11 - Eixo 2: ações relacionadas ao gerenciamento de resíduos

Questão		Não sei responder	1) Discordo totalmente	2) Discordo, com ressalvas	3) Não concordo, nem discordo	4) Concordo, com ressalvas	5) Concordo totalmente	Total de Respostas	Média	Desvio Padrão
14- Separação no Campus	Freq. absoluta	9	7	11	3	29	25	<b>84</b>	3,72	1,3209
	Freq. relativa	10,7%	8,3%	13,1%	3,6%	34,5%	29,8%	<b>100,0%</b>		
15- Coleta seletiva e destinação	Freq. absoluta	37	4	4	8	21	10	<b>84</b>	3,62	1,1713
	Freq. relativa	44,0%	4,8%	4,8%	9,5%	25,0%	11,9%	<b>100,0%</b>		
16- Coleta Seletiva Solidária	Freq. absoluta	55	10	3	6	8	2	<b>84</b>	2,62	1,3993
	Freq. relativa	65,5%	11,9%	3,6%	7,1%	9,5%	2,4%	<b>100,0%</b>		
17- Resíduos especiais	Freq. absoluta	40	5	3	4	20	12	<b>84</b>	3,70	1,2682
	Freq. relativa	47,6%	6,0%	3,6%	4,8%	23,8%	14,3%	<b>100,0%</b>		
18- Reutilização e reciclagem	Freq. absoluta	45	8	4	7	19	1	<b>84</b>	3,03	1,2458
	Freq. relativa	53,6%	9,5%	4,8%	8,3%	22,6%	1,2%	<b>100,0%</b>		
<b>Total Eixo 2</b>	<b>Freq. absoluta</b>	<b>186</b>	<b>34</b>	<b>25</b>	<b>28</b>	<b>97</b>	<b>50</b>	<b>420</b>	<b>3,44</b>	<b>1,3294</b>
	<b>Freq. relativa</b>	<b>44,3%</b>	<b>8,1%</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,7%</b>	<b>23,1%</b>	<b>11,9%</b>	<b>100,0%</b>		

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Dentre os respondentes da questão 19, aberta, com o objetivo de os respondentes fornecerem opiniões sobre o descarte dos resíduos, trinta e três sujeitos não responderam, ou responderam que não têm conhecimento para afirmar sobre maiores detalhes, variando entre as categorias.

Com relação à separação dos resíduos secos e orgânicos no Campus, é importante salientar, inicialmente, que o município implementou a coleta seletiva em junho de 2017. Antes desta data, entretanto, grande parte das salas de aula e corredores já possuíam duas lixeiras, identificadas para a correta separação, também decorrentes do projeto Visão Coletiva.

Vale ressaltar que após o projeto ser encerrado, não houve verificação constante e efetiva sobre a disposição das lixeiras. A Comissão de Gestão Ambiental percebe que os sacos de lixo, por vezes, sobrepõem-se à identificação das lixeiras, nem todas as salas possuem duas lixeiras, e nem todos os funcionários terceirizados da limpeza têm conhecimento sobre como realizar a correta separação.

Neste Eixo, a questão 14 foi a única cuja maioria das respostas não se concentrou na opção “Não sei responder”. Os maiores percentuais de resposta à questão 14, sobre a separação dos resíduos do Campus ser realizada corretamente, se concentram nas opções “concordo, com ressalvas” e “concordo totalmente”, correspondendo respectivamente a 34,5% e 29,8%. A média geral desta questão, de 3,72, demonstra que, de forma geral, a separação é realizada, porém, ainda poderia ser melhorada.

Algumas falas corroboram esta afirmação. A78 comenta que “as lixeiras estão sucateadas”, e A44 comenta que “existem coletores para separação dos resíduos, porém não em todos os locais que deveriam”, citando a lancheria como exemplo. Porém, não apenas a lancheria, mas também a cozinha, como afirma T02: “não está mais sendo separado o lixo na cozinha dos servidores. Por um período havia duas lixeiras, agora estão sendo misturados diferentes tipos de resíduos em apenas uma”.

Entretanto, D11 coloca que “o simples fato de serem dispostos coletores para separação de lixo não garante que isto ocorra de maneira adequada” o que se pode confirmar na fala de A64, o qual comenta que “com relação à separação do lixo, chega a ser frustrante ir até as latas de lixo e ver que não há a separação mesmo havendo latas para cada tipo de resíduo”.

T47 e T66 destacam que para que a coleta seletiva municipal funcione, é necessário bom senso e consciência da sociedade, como pode ser observado nas seguintes falas: “como tudo na vida, apesar da informação disponibilizada, dependemos do bom senso das pessoas para em colocar em atividade” (T47) e “no município de Palmeira das Missões foi realizada uma campanha para separação dos diversos tipos de lixo, contudo, observo que muitas vezes, embora haja nos corredores latas de lixo específicas para lixo orgânico e reciclável, não há consciência por parte das pessoas na separação” (T66). Ambas falas colocam a importância da consciência socioambiental para o processo funcionar corretamente.

A questão 15 questiona sobre a realização da coleta seletiva pelo município e a correta destinação dos resíduos, sendo que nesta questão 44% dos respondentes alegaram desconhecimento. Ainda que 25% *concorda, com ressalvas*, que a coleta seletiva é realizada e é dada a destinação correta, e 11,9% *concordam totalmente*, estes são percentuais modesto

para um processo que precisa da colaboração de cada membro da comunidade acadêmica, bem como da cidade, para que o a coleta seja eficiente. A média de 3,62, aliada ao desvio padrão de 1,1713, reforçam o fato de que o processo de coleta seletiva ainda demanda divulgação para que seja eficiente.

Infere-se que a falta de esclarecimento sobre a destinação final desestimula a separação correta, como é possível verificar na fala de D34: “Deveria ser mais estimulado e deveria ser mostrado que há o destino correto do material que é separado. Isso estimularia as pessoas a separarem o lixo em casa [...], pois sabem que o destino vai ser correto e adequado (não irá tudo para o lixão, tornando o trabalho de quem separa, inútil)”.

Por sua vez, A44 levanta a necessidade de verificar “se os funcionários do campus, estão conferindo os coletores (não podendo haver misturas) e depositando os respectivos lixos, nos respectivos dias de coleta”. D38 comenta que a “coleta de lixo deveria ser seletiva”, ao passo que D21 sugere “maior controle de separação”, permitindo inferir que nem todos realizam a separação. Neste sentido, F85 deixa claro que os funcionários também têm dúvidas sobre o tema, conforme se observa em sua fala: “deveria ter no Campus mais informações a respeito de descarte, se é realizado e qual o local”. A destinação dos resíduos coletados, por sua vez, é um fator desconhecido por parte da comunidade acadêmica, como pode ser observado nas falas do Quadro 7.

#### Quadro 7 - Eixo 2: desconhecimento sobre a destinação dos resíduos

Nº	Respostas à questão 19
01	“Há coleta seletiva no campus mas não sei a respeito da coleta e descarte” (A01)
02	“Não tenho informações sobre o destino dos resíduos fora do campus e, inclusive, na cidade” (D04)
03	“Não tenho conhecimento acerca da destinação desses resíduos [...] imagino que sejam destinados corretamente, mas não sei exatamente para onde são levados em Palmeira das Missões” (D26)
04	“Existe um programa para coleta e descarte de resíduos, mas não tenho alcance ao ciclo todo para saber se é eficaz” (T47)
05	“Tento contribuir na separação dos lixos seco e orgânico e na destinação de pilhas e baterias, mas não sei como esses resíduos são processados posteriormente” (T58)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

As respostas à questão 16, sobre os resíduos serem destinados à associações de catadores, ou seja, a existência de Coleta Seletiva Solidária, apresentam perspectivas divergentes, visto que 11,90% “Discordam totalmente” e 9,52% “Concordam, com ressalvas”, ainda que 65,5% desconheça a realidade. Apenas A44 comentou sobre este tema, colocando que, de seu conhecimento, “são funcionários contratados pela empresa SIMPEX”, que realizam a coleta, “o que não resulta em cooperativa de reciclagem”.

É importante destacar que os resíduos recolhidos pelo município não são destinados à associações ou grupos similares. A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Palmeira Verde, única associação de catadores do município, se encontra incubada na Incubadora Social da UFSM. Se infere que, devido à incubação, alguns respondentes acreditam que é realizada a Coleta Seletiva Solidária, embora esta ainda não aconteça. A média desta questão é 2,62, a menor do Eixo, embora pelo fato de não haver coleta seletiva solidária, era esperado uma média menor. O desvio padrão de 1,3993 sugere uma considerável dispersão, para uma afirmação incorreta.

Com relação à destinação correta dos resíduos especiais, químicos, biológicos, entre outros, 47,6% dos respondentes desconhecem a realidade. Ainda, 23,8% alegam que *concordam, com ressalvas*, que a destinação é a correta, sendo provável que estas afirmações sejam por parte dos respondentes que trabalham diretamente com estes resíduos nos laboratórios. Como esta questão abordava diversos tipos de resíduos, não considerados comuns, a média de 3,70, aliada ao desvio padrão de 1,2682, sugere que alguns tipos dos resíduos abordados são descartados corretamente, embora outros não.

No que tange à esta questão, os respondentes D26, A41, A54 e D73 citaram que têm conhecimento do local para descarte de pilhas e baterias, ao passo que D38 comenta que já foi “questionada sobre o descarte de pilhas e baterias pelos alunos”, buscou informações e “não existia esse tipo de coleta”, evidenciando que parte da comunidade acadêmica desconhece o local de descarte destes.

Vale destacar que o Campus é ponto de coleta de pilhas e baterias devido a uma ação municipal, não institucional, e o coletor se localiza no hall do Prédio Principal, sendo de fácil acesso e visualização. Por sua vez, as lâmpadas descartadas no Campus de Palmeira das Missões são destinadas ao Campus Santa Maria, que realiza o descarte de todas da instituição, embora esta pesquisa não tenha levantado como esta é realizada.

É importante destacar a fala de D56: “existem áreas escondidas para o descarte de cortinas, carteiras quebradas e resto de construções. Não parece haver muita preocupação pelo descarte correto destes materiais”. D68, faz uma fala similar, comentando que “basta andar pelo campus e veremos lixo entulhado junto à mata de eucaliptos”. Os restos de construções em principio são de responsabilidade das construtoras, entretanto, é importante que esta responsabilidade conste nos contratos, o que não se conseguiu verificar nesta pesquisa.

Resíduos de produtos químicos e biológicos são coletados por uma empresa terceirizada, que coleta em todos os campi. D39 citou os toners, sem saber qual a destinação dada ao final de sua vida útil. A UFSM possui muitos modelos de impressoras e toners, sendo



que tem buscado licitar os modelos recarregáveis, bem como tem incentivado o sistema de ilhas de impressão, conforme já citado nas entrevistas pelos membros da Comissão do PLS.

Os resíduos gerados nos laboratórios têm uma destinação específica, sendo recolhidos por empresa terceirizada especializada. T66 disse saber que a empresa recolhe, mas “não sabe como funciona exatamente”, semelhante a posição de D51, o qual comenta que tem conhecimento apenas do laboratório que utiliza, e não dos demais. Já D70 e D06 têm uma visão positiva deste tema, o que pode se verificar nas respectivas falas: “o descarte de material de laboratório me parece ok”, e “acredito que atualmente é realizado de forma adequada. Ao menos é isso que observo por parte dos laboratórios do campus”.

Questionados sobre as práticas de compartilhamento de produtos de consumo, reutilização ou reciclagem de resíduos, 53,6% afirma que desconhece a existência destas práticas, enquanto 22,6% *concordam, com ressalvas* que estas existam. Neste sentido, D15 comenta: “a reciclagem não é fomentada dentro da UFSM, as ações que conheço são de iniciativa de pessoas”. A fala sugere que existem algumas ações, embora não institucionais. A médias das respostas é de 3,03, com um desvio padrão de 1,2458, o que permite inferir que práticas neste sentido se fazem necessárias.

Dois respondentes sugeriram a utilização do lixo orgânico em “processos de compostagem ou vermicompostagem” (D22), para “produzir húmus e adubo orgânico” (A43), sendo citado inclusive os resíduos do Restaurante Universitário. Destaca-se que há duas composteiras no Campus, as quais no momento não estão funcionando. O fato de ações, mesmo que de iniciativa individual, não serem divulgadas e institucionalizadas, resulta em estagnação por falta de tempo ou mão-de-obra, ou duplicidade de projetos que poderiam ser unificados.

A necessidade de divulgação e sensibilização também se repete neste Eixo, voltadas a gestão de resíduos, conforme se pode acompanhar nas falas dos respondentes, destacadas no Quadro 8. Também se pode observar que todas as categorias citaram este como um fator importante. As falas remetem a palavras como conscientizar, sensibilizar, estimular, educar, treinar, divulgar e comunicar, todas relativas ao Eixo 4 da A4P, que destaca a sensibilização e capacitação como partes essenciais do processo de implementação de práticas socioambientais, conforme será aprofundado na sequência.

Quadro 8 - Eixo 2: divulgação, sensibilização e capacitação

Nº	Respostas à questão 19
01	“Pode até haver uma política institucional, mas ela não é divulgada para a comunidade acadêmica” (D10)
02	“É fundamental que a comunidade seja esclarecida quanto a correta separação” (D11)
03	“Separação mais eficiente dos lixos, treinamento dos terceirizados e conscientização dos servidores” (T19)
04	“São muito importantes e devem ser incentivadas em todos os espaços e com todos os segmentos profissionais, inclusive com vídeos institucionais e ações junto aos ingressantes dos cursos” (D20)
05	“Poderia haver um mural na recepção da UFSM/PM onde as ações fossem divulgadas. Até mesmo vídeos para serem passados nas TVs do Hall de entrada” (D22)
06	“Se pode melhorar, e divulgar mais as formas corretas para os descartes” (A23)
07	“Incentivar os acadêmicos, servidores público, docentes, terceirizados, à importância da coletas dos residuo em seus lugares adequados, estender esse conhecimento à comunidade palmeirense” (A24)
08	“O descarte também se dá com conscientização adequada a respeito da importância da utilização e manejo correta deste resíduos” (T31)
09	“Poderiam ser intensificadas estas ações, no que tange à eficiência da comunicação e sensibilização da comunidade. Há ações individuais de alguns laboratórios neste sentido” (D32)
10	“Deveria ser mais estimulado e deveria ser mostrado que há o destino correto do material que é separado. Isso estimularia as pessoas a separarem o lixo em casa e trazerem para a UFSM, pois sabem que o destino vai ser correto e adequado (não irá tudo para o lixão, tornando o trabalho de quem separa, inútil)” (D34)
11	“Promover discussões sobre o assunto com a comunidade acadêmica” (D35)
12	“Entendo que deveria ser realizada uma reestruturação e organização do sistema de descartes de resíduos, acompanhados de um trabalho educativo” (D40)
13	“Necessário e algo que é preciso ser incentivado com mais ênfase” (A48)
14	“Isso poderia ser mais divulgado” (D67)
15	“Maior divulgação e treinamento sobre como descartar resíduos” (D68)
16	“Realizar campanha e palestras sobre descarte de resíduos” (T76)
17	“Deveria ter no Campus mais informações a respeito de descarte, se é realizado e qual o local” (F85)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A Tabela 12 apresenta as respostas às questões relacionadas ao **Eixo 3 da A3P, qualidade de vida no ambiente de trabalho**. É válido destacar que as questões 23 e 24 foram disponibilizadas para todos os respondentes, por tratarem de uma visão do Campus como um todo. As questões 25, 26, 27, 28 e 29 (aberta) foram disponibilizadas apenas para os servidores docentes e técnico-administrativos, por tratarem de temas voltados ao ambiente de trabalho, promoção à saúde e ao desenvolvimento pessoal e profissional, ações que são de responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, voltadas apenas aos servidores.

A acessibilidade, para portadores de deficiência, no Campus, é um fator visto positivamente pela comunidade acadêmica, visto que 46,4% *concordam totalmente* com a afirmação de que o Campus é um local com acessibilidade, e 44% *concordam, com ressalvas*. Nenhuma pessoa *discorda totalmente* da afirmação, embora 3,6% *não soube responder*. A média da questão, 4,38, representa a visão positiva sobre a questão, aliada ao desvio padrão de 0,7171, que corrobora a pouca dispersão entre as respostas.

Tabela 12 - Eixo 3: qualidade de vida no ambiente de trabalho

Questão		Não sei responder	1) Discordo totalmente	2) Discordo, com ressalvas	3) Não concordo, nem discordo	4) Concordo, com ressalvas	5) Concordo totalmente	Total	Média	Desvio Padrão
23- Acessibilidade	Freq. absoluta	3	0	3	2	37	39	<b>84</b>	4,38	0,7171
	Freq. relativa	3,6%	0,0%	3,6%	2,4%	44,0%	46,4%	<b>100,0%</b>		
24- Segurança	Freq. absoluta	4	2	7	6	40	25	<b>84</b>	3,99	0,9872
	Freq. relativa	4,8%	2,4%	8,3%	7,1%	47,6%	29,8%	<b>100,0%</b>		
25- Promoção a saúde	Freq. absoluta	4	9	5	5	17	8	<b>48</b>	3,23	1,4283
	Freq. relativa	8,3%	18,8%	10,4%	10,4%	35,4%	16,7%	<b>100,0%</b>		
26- Ambiente agradável	Freq. absoluta	0	1	6	1	17	23	<b>48</b>	4,15	1,0914
	Freq. relativa	0,0%	2,1%	12,5%	2,1%	35,4%	47,9%	<b>100,0%</b>		
27- Desenvolvimento	Freq. absoluta	1	4	5	3	25	10	<b>48</b>	3,68	1,1815
	Freq. relativa	2,1%	8,3%	10,4%	6,3%	52,1%	20,8%	<b>100,0%</b>		
28- Integração	Freq. absoluta	1	10	12	1	19	5	<b>48</b>	2,94	1,4050
	Freq. relativa	2,1%	20,8%	25,0%	2,1%	39,6%	10,4%	<b>100,0%</b>		
<b>Total</b>	<b>Freq. absoluta</b>	<b>13</b>	<b>26</b>	<b>38</b>	<b>18</b>	<b>155</b>	<b>110</b>	<b>360</b>	<b>3,82</b>	<b>1,2056</b>
	<b>Freq. relativa</b>	<b>3,6%</b>	<b>7,2%</b>	<b>10,6%</b>	<b>5,0%</b>	<b>43,1%</b>	<b>30,6%</b>	<b>100,0%</b>		

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O Campus conta com alguns alunos com necessidades especiais, embora no Campus não haja um setor específico para acompanhamento destes, diferente do Campus Sede. No Campus, estes acadêmicos são atendidos pelos membros da Comissão de Acessibilidade. Não é possível identificar se estes acadêmicos responderam ao questionário.

No que tange à segurança do Campus, 47,6% *concordam com ressalvas*, e 29,8% *concordam totalmente* que o local é seguro. O Campus não conta com câmeras de segurança, que poderiam fornecer maior segurança. Em todos os turnos há vigilantes no Campus, e embora estes só tenham responsabilidade pelo patrimônio, e não pelas pessoas, de forma geral a comunidade se sente segura. A média da questão é de 3,99, e o desvio padrão 0,9872, apresentando pouca dispersão, e uma visão positiva sobre o tema, embora possam ser pensadas ações para melhorar esta média.

Com o objetivo de complementar as respostas das questões 25 a 28, a questão 29 era aberta, e questionava a opinião dos servidores sobre as ações para melhoria da qualidade de vida no trabalho. Dois docentes alegaram desconhecer ações realizadas neste sentido, o que pode ser conferido nas falas de D70 e D73, respectivamente: “não sei quais seriam essas ações” e “ainda não tive acesso as ações de QVT”, sendo que o segundo alegou que ingressou há pouco tempo na instituição.

Questionados sobre o ambiente de trabalho ser agradável, no que tange à localização, ergonomia, claridade e temperatura, 35,4% dos respondentes *concordam, com ressalvas* que o ambiente é agradável, enquanto 47,9% *concordam totalmente*. D04 comenta que “o ambiente de trabalho é agradável”, e consegue se “socializar com todos sem nenhum problema”, pensamento similar ao de D55, o qual comenta que “comparando com outras universidades, o ambiente de trabalho é muito bom”.

D77 coloca que “sempre haverá espaço para novos projetos que promovam, gradualmente, ações para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, sobretudo, em um ambiente institucional em desenvolvimento”. Por sua vez, D26 cita alguns dos fatores que fazem do ambiente um local adequado:

“Penso que a Instituição tem promovido ações com o objetivo de melhorar a qualidade de vida no trabalho, pois temos salas de trabalho com no máximo dois a três professores, com computadores individuais, um número razoável de impressoras; climatizadores em todas as salas, cortinas adequadas e iluminação adequada; salas de estudo e de reuniões espaçosas, com ar condicionado, cadeiras confortáveis, iluminação adequada. Os espaços coletivos, como cozinhas, banheiros, corredores e RU, são bem higienizados, iluminados adequadamente” (D26).

Nenhum servidor deixou de responder a esta questão, que apresentou uma média de 4,15. Entretanto, o desvio padrão de 1,0914 sugere uma leve dispersão, devido aos 12,5% que *discordam, com ressalvas*, da afirmação. Neste sentido, T66 comenta que “o ambiente de trabalho em termos de espaço físico, infraestrutura é adequado, contudo, em algumas situações o mobiliário não é adequado ergonomicamente”, similar à fala de D55, para quem

de “maneira geral, poderiam ser feitas melhoria dos ambientes de aula, com relação aos projetores e quadros”. D22 complementa colocando que “os problemas que existem se dão pela má construção das instalações do campus. Muitas com problemas na execução, como goteiras, etc.”.

Ainda que, de maneira geral, o ambiente de trabalho seja considerado agradável, a questão 25, que aborda a promoção de saúde dos trabalhadores, apresenta uma média menor, de 3,23, e maior dispersão nas respostas, com um desvio padrão de 1,4283. 35,4% dos respondentes optou pela opção “concordo, com ressalvas”, ao passo que as opções “discordo totalmente” e “concordo totalmente” foram as próximas mais escolhidas, correspondendo respectivamente a 18,8% e 16,7%, demonstrando a dispersão. Diversas respostas abertas sugerem ações neste sentido, como pode ser observado no Quadro 9.

O órgão responsável pelas ações de qualidade de vida é a Coordenadoria de Saúde e Qualidade de Vida do Servidor, vinculada à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP). As respostas abertas foram separadas objetivando mostrar que parte dos servidores sabem que existem ações, entretanto, estas se concentram no Campus de Santa Maria, onde os servidores daquele órgão ficam lotados. Conseqüentemente, os campi fora de sede, que não possuem um setor específico para tratar destes temas, ficam desatendidos, visto que a demanda, comparativamente à instituição como um todo, é menor e mais dispersa entre os tipos de ações que poderiam ser oferecidas.

No que concerne a ações para o desenvolvimento pessoal e profissional, 52,1% dos respondentes *concorda, com ressalvas* que existem estas ações, e destaca-se que 20,8% *concordam totalmente*. A média geral para a questão 27 é de 3,68, com um desvio padrão de 1,1815, demonstrando a leve dispersão, devido aos sujeitos que *discordam totalmente* e *discordam com ressalvas* que existem ações neste sentido.

Ações neste sentido são de responsabilidade do Núcleo de Educação e Desenvolvimento, também vinculado à PROGEP. Entretanto, neste item podem ter sido levados em consideração não apenas os cursos oferecidos pela PROGEP, mas também o fornecimento de diárias, passagens e inscrições para a participação em eventos externos.

Com relação às questões abertas, T47 destacou em sua fala, no Quadro 9, que estas ações também se concentram no Campus de Santa Maria. Com relação aos demais respondentes, não ficou explícito se referiam-se apenas às questões de saúde, ou também às questões de desenvolvimento pessoal e profissional, visto que a questão abordou “qualidade de vida” de forma ampla, no sentido de congregar todas as especificidades relacionadas às questões 23 a 28.

Quadro 9 - Eixo 3: demanda por ações para qualidade de vida dos servidores

<b>Demanda por ações de forma geral</b>	<b>Demanda por ações nos campi fora de sede</b>
“Não há atividades relevantes para citar” (T02)	“Poderiam ser descentralizadas. Vê-se muitas ações no campus sede, apenas” (D10)
“Estas ações precisam ser mais estimuladas” (D06)	
“Tais ações existem, mas ainda são pontuais” (D11)	“Aqui no campus a realidade é um pouco diferente. Não tem muitas ações de qualidade de vida” (D12)
“São ações de capilaridade limitada. Elas existem, mas são pouco conhecidas e pouco divulgadas para os profissionais” (D15)	
“Programas institucionais de qualidade de vida” (T19)	“No campus de PM faltam ações nesse sentido” (T29)
“São urgentes e fundamentais - não temos acesso às ações nesse sentido. Poderiam ser organizados grupos de caminhadas orientadas, atividades física, grupos de dança, prática de yoga ou de terapias alternativas como <i>reiki</i> ” (D20)	“A UFSM ainda carece de ações de integração, especialmente para os servidores, de todos os níveis, fora da sede” (D39)
“Enfim... penso que, além disso, o campus poderia oferecer aos seus servidores e estudantes atividades físicas laborais; constituir um grupo de teatro e um coral com estudantes, professores, TAES e pessoas da comunidade, pois acredito que essas atividades também contribuiriam para a melhoria da qualidade de vida de todos os participantes e dos espectadores” (D26)	“Essas ações de promoção à saúde e ao desenvolvimento pessoal e profissional estão mais concentradas na sede de Santa Maria. Há necessidade de ter aqui nesta sede um espaço destinado a isso” (T47)
“Ampliar ações coletivas de relaxamento e confraternização” (D21)	“Deveria ter ações fora do campus sede, pois tudo é ofertado em Santa Maria, sem beneficiar servidores dos demais campi. Poderia ter terapias alternativas, atividades físicas, oficina de promoção a saúde, terapia com psicólogo e demais profissionais, núcleos em cada campi com trabalho voltado ao servidor” (D51)
“Creio que poderíamos ter mais acesso à serviços para prevenir problemas como a Síndrome de Burnout. Além de mais ações para melhorar a qualidade de vida e a satisfação no trabalho” (D32)	
“Existem ações para tal, mas na prática muito distantes de serem efetivadas” (D38)	“A UFSM promove ações para melhoria da qualidade de vida no trabalho, mas essas ficam muitas vezes restritas ao campus sede. Muito em função, é claro, do número de servidores de cada campus” (T58)
“Existem iniciativas, mas como o campus ainda é novo está se desenvolvendo e, portanto, há sempre espaço para melhorias” (D52)	
“São poucas as iniciativas, como algumas palestras e eventos de integração” (D56)	“A UFSM possui ações voltadas à qualidade de vida no trabalho, contudo, a maioria são realizadas em Santa Maria, não abrangendo o Campus de Palmeira das Missões, dessa forma, os servidores ficam impossibilitados de participar de diversas atividades” (T66)
“Falta melhorias por parte da PROGEP” (D59)	
“Disponibilizar ações de promoção a saúde como: oficinas e atividades específicas” (T65)	“Tem ações, mas se compararmos com a sede, ainda poderíamos avançar muito nesse quesito” (D69)
“Oferecer mais palestras e oficinas” (D68)	“São realizadas em sua grande maioria no campus sede. Se são ações institucionais, devem ser padronizadas em todos os campi” (D74)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

D14 apresenta sua visão de que a desmotivação no ambiente de trabalho decorre da convivência com colegas que recebem o mesmo salário, mas são menos produtivos, como

pode ser conferido em sua fala: “o plano de carreira tabela os salários por cargo, não havendo nenhuma orientação para metas ou resultados. Sem remuneração por resultados, todos balizam seu trabalho pelo que os que menos contribuem. Não há como se ter qualquer qualidade de vida em um ambiente desmotivado e com uma equipe descompromissada”.

A desmotivação no trabalho também pode decorrer da falta de integração entre os servidores. Questionados sobre a existência de ações de integração, 39,6% *concordam, com ressalvas*, que estas existem. Entretanto, as opções “discordo totalmente” e “discordo, com ressalvas” contemplam respectivamente 20,8% e 25% das respostas, apresentando opiniões dispersas, o que se verifica no desvio padrão de 1,4050, bem como na média de 2,94, a menor do Eixo.

O respondente T50 é um dos que discordam da existência de integração, alegando que “não há integração nenhuma entre TAES [...] o que tem de bom como ambiente, direção, tem de ruim a relação com os colegas, tipo nem ligam, mal cumprimentam os outros”. Neste sentido, D34 coloca que a integração “inicia com a atuação de cada servidor, deixando de lado seus orgulhos, egos e ao não querer que seu colega de trabalho compre um briga que não é dele”. D09, D40 e T65 também citaram a necessidade de maior colaboração e integração entre os servidores.

Por sua vez, D46 coloca que qualidade de vida no trabalho “não significa somente boa estrutura física, mas, principalmente, ter um ambiente com lealdade e coletividade. Isso não se aprende em cursos de capacitação! Portanto, quando realizadas, são inúteis”. Esta visão complementa as opiniões anteriores, e destaca a necessidade de ações de integração entre os servidores. Apesar de D46 acreditar serem inúteis os cursos neste sentido, não diminui a importância do tema, e inclusive, reforça esta necessidade.

Os cursos de capacitação não, necessariamente, devem abordar integração, mas a própria capacitação na área de atuação, ou atividades de promoção a saúde, implicam na melhoria na qualidade de vida. A integração pode ser desenvolvida sob outras óticas, incentivando discussões sobre temas que são de interesses de todos ou de grupos específicos, permitindo o diálogo e espaços não-formais, para convivência. Neste sentido, D26 cita algumas ações realizadas no Campus PM:

“[...] Projetos, como Viva o Campus, aproximam alunos, professores e TAES, contribuindo para a melhoria das relações e possibilitam a produção de pertinência e identidade à instituição, o que é fundamental para a saúde mental de seus trabalhadores e para saúde da própria instituição. Atividades, como a presença da orquestra sinfônica, em Palmeira das Missões também me parece uma ação com esse objetivo”.

É válido destacar que as ações citadas por D26 são organizadas pela Direção ou servidores, que entendem a necessidade de realização destas, entretanto, não estando vinculados a um setor específico para tal, realizam estas atividades de forma voluntária e concomitante com o trabalho diário. Em contrapartida, no Campus de Santa Maria estas atividades são organizadas diretamente pela Pró-Reitoria de Extensão.

O **Eixo 4 da A3P, sensibilização e capacitação dos servidores**, foi abordado nas questões 20 e 21, a respeito da existência destas ações, sendo que as respostas podem ser verificadas na Tabela 13.

Tabela 13 - Eixo 4: sensibilização e capacitação dos servidores

Questão	20- Ações de sensibilização		21- Ações de capacitação		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Não sei responder	17	20,2%	30	35,7%	<b>47</b>	<b>28,0%</b>
1) Discordo totalmente	23	27,4%	26	31,0%	<b>49</b>	<b>29,2%</b>
2) Discordo, com ressalvas	23	27,4%	9	10,7%	<b>32</b>	<b>19,0%</b>
3) Não concordo, nem discordo	5	6,0%	9	10,7%	<b>14</b>	<b>8,3%</b>
4) Concordo, com ressalvas	14	16,7%	6	7,1%	<b>20</b>	<b>11,9%</b>
5) Concordo totalmente	2	2,4%	4	4,8%	<b>6</b>	<b>3,6%</b>
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>100,0%</b>	<b>84</b>	<b>100,0%</b>	<b>168</b>	<b>100%</b>
Média	2,24		2,13		<b>2,19</b>	
Desvio Padrão	1,2197		1,3324		<b>1,2670</b>	

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Com relação à existência de ações de sensibilização da comunidade acadêmica quanto a questões socioambientais (conscientização de uso; preservação do meio ambiente e instalações; economia de energia, água, combustível, etc.), tanto a opção “discordo totalmente” quanto a opção “discordo, com ressalvas” foram escolhidas por 27,4% dos respondentes. E, seguido destas, 20,2% *não soube responder*. A sensibilização aborda a conscientização e o conhecimento sobre os temas. A média geral, de 2,24, se mostra baixa para esta questão, apesar de 16,7% *concordar, com ressalvas*, de que estas ações são realizadas.

No que diz respeito a ações de capacitação, ou seja, treinamento e instrução sobre como se deve agir para que as ações se tornem eficientes, 35,7% dos respondentes alega *não saber responder*, enquanto 31% *discorda totalmente* que estas ações existem. Para esta questão, a média geral é 2,13, com um desvio padrão de 1,3324.



Os Quadros 6 e 8, embora fossem relacionados aos Eixos 1 e 2 da A3P, abordam a demanda de ações de divulgação, sensibilização e capacitação para com a comunidade acadêmica, tanto no sentido de saber da existência das ações, como de ser parte destas, corroborando com as respostas às questões 20 e 21. A questão 22, aberta, objetivou reunir maiores informações sobre a efetividade e abrangência das ações realizadas, bem como quem as realiza.

Vinte e três acadêmicos, seis técnico-administrativos, dezoito docentes, e sete funcionários terceirizados, totalizando cinquenta e quatro sujeitos, optaram por não responder a questão aberta, colocando que não tinham nada a declarar ou desconheciam o tema e ações neste sentido. Além destes, quatro servidores alegaram que não é realizada nenhuma ação. Entre estes, D11 coloca que “não são realizadas atividades de capacitação, as quais seriam fundamentais para a melhor separação dos resíduos e melhor aproveitamento dos recursos. Ressalta-se que tais ações deveriam ser desenvolvidas com toda a comunidade acadêmica”.

Em contraponto, cinco acadêmicos colocam que as ações são boas e devem ser mantidas. Entre estes, se destaca a fala de A41, de que “a maioria dos professores buscam orientar sobre a importância do uso consciente de produtos e também o desperdício de água e luz”, similar a fala de A78, de que as “propostas são bem trabalhadas em aulas pelos professores e também pela Visão Jr. e acadêmicos de biologia”. A41 também citou a caminhada realizada anualmente, para recolhimento de lixo na cidade.

Tanto A41 como A78 são acadêmicos do curso de administração e possuem de quatro a seis anos de vínculo com a UFSM, de forma que se infere que neste curso os professores abordaram questões socioambientais no contexto do ensino. O curso de Ciências Biológicas foi citado na fala de A78, bem como na de D15, quando comenta que “existem ações isoladas neste sentido (capacitação) especialmente no curso de Biologia”.

Além de D15, cerca de onze respondentes, entre docentes, TAE's e funcionários terceirizados, comentam que existem ações, porém estas são isoladas, de forma que possuem pouca abrangência. Estas falas podem ser conferidas no Quadro 10.

A Visão Júnior, empresa júnior do curso de Administração, foi citada por T65. De fato, como já citado, esta foi responsável pela distribuição de lixeiras nas salas para separação de lixo seco e orgânico, e lembretes espalhados pelo Campus no sentido de orientar para a economia de energia. A criação da Comissão de Gestão Ambiental foi citada por D32 e T66 como um ponto positivo, a partir da qual se acredita que as ações socioambientais serão mais efetivas.

Quadro 10 - Eixo 4: ações isoladas de sensibilização e capacitação

Nº	Respostas à questão 29
01	“As ações costumam ser pensadas pela equipe da Reitoria desconsiderando as particularidades do nosso Campus” (D20)
02	“Creio ter respondido nas questões acima*. Tenho notado a preocupação de uma comissão neste sentido e sinto que agora as ações serão incrementadas. Estou à disposição para qualquer tipo de colaboração neste sentido” (D32) *“Sei que existem ações individualizadas de alguns laboratórios neste sentido” (D32) *“Poderiam ser intensificadas estas ações, no que tange à eficiência da comunicação e sensibilização da comunidade. Há ações individuais de alguns laboratórios neste sentido” (D32)
03	“Poucas atividades realizadas” (T33)
04	“Penso que a abrangência em relação às atividades dessa natureza ainda é pequena” (D35)
05	“Percebi alguns cursos que tratam sobre a temática, mas não sei informar especificamente que efetivamente realiza no campus” (D38)
06	“Novamente afirmo que não existe nenhuma ação coletiva sustentável do campus, apenas ações esporádicas e de pequenos grupos” (D52)
07	“Visão Junior realizou algumas” (T65)
08	“Ainda são poucas as ações realizadas para conscientização ambiental, as que ocorreram até hoje foram provenientes de projetos de extensão, campanha para redução do desperdício de alimento no RU, mas foram ações isoladas. Destaca-se que no ano passado foi criada a Comissão Ambiental, contudo, a mesma ainda está em fase de estruturação. Seria necessário promover ações mais concretas que envolvessem toda a comunidade acadêmica” (T66)
09	“A ações existem, ainda que insuficientes, mas parece que a comunidade acadêmica ainda é pouco sensível a questão da sustentabilidade, sobretudo no que concerne ao uso de lixeiras e descarte do lixo. Quanto a realização, me recorro de um projeto de extensão, participação da Comissão Própria de avaliação no sentido auxiliar o pagamento de um bolsista” (D69)
10	“As atividades não são institucionais. Quando ocorrem são de grupos de extensão, ensino ou pesquisa” (D74)
11	“Na minha opinião deveria haver atividades que alcançassem todas as pessoas do Campus e não apenas alguns setores. E as ações deveriam ser mais divulgadas e principalmente feitas com mais afinco” (F85)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

As falas de D09, D14 e D59 remetem, respectivamente, à necessidade de envolvimento dos acadêmicos, o fato de “a maioria não se importar”, e de que “falta educação e engajamento de parte da comunidade acadêmica”. Entretanto, estas realizadas podem ser alteradas, por meio da sensibilização e capacitação, de forma que D68 sugere que as “atividades de conscientização devem ser apresentadas de modo intenso”, e D34 complementa que estas “são efetivas quando se mostram os benefícios das práticas socioambientais”.

T47 coloca que “as atividades de capacitação (treinamentos e cursos) são realizadas no campus de Santa Maria ou em outra localidade, o que dificulta nossa participação” e sugere que cursos de capacitação sejam oferecidos no Campus PM, complementadas com as atividades de sensibilização, que “devem ser periódicas visto a cultura do nosso povo de desperdício”. As falas de D22 e T31 são no sentido de sugerir que as ações “poderiam ser mais dinâmicas, processos que divulgassem sem tomar muito tempo do público” (D22), e que

“deve-se pensar em uma parceria estratégica entre comunicação, administração e direção dos campi para propor e concretizar ações de curto e longo prazo”.

O **Eixo 5 da A3P, contratações públicas sustentáveis**, foi abordado nas questões 30 e 31. Ambas foram aplicadas somente aos docentes e TAE's, visto que os acadêmicos e funcionários terceirizados não participam diretamente dos processos licitatórios ou convivem com os materiais e equipamentos adquiridos no dia a dia, podendo não ter um conhecimento aprofundado sobre a qualidade e características sustentáveis dos mesmos. As respostas à questão 30 são apresentadas na Tabela 14.

Tabela 14 - Eixo 5: itens adquiridos com características sustentáveis

Questão 30- Licitação sustentável	Não sei responder	1) Discordo totalmente	2) Discordo, com ressalvas	3) Não concordo, nem discordo	4) Concordo, com ressalvas	5) Concordo totalmente	Total
Frequência absoluta	20	5	9	6	6	2	<b>48</b>
Frequência relativa	41,7%	10,4%	18,8%	12,5%	12,5%	4,2%	<b>100,0%</b>
Média	2,56						
Desvio Padrão	1,6231						

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Questionados se perceberam mudança no padrão dos itens adquiridos nos processos licitatórios (serviços, material de consumo, equipamentos, etc.), no sentido de possuírem aspectos mais sustentáveis (maior durabilidade, menor consumo, redução do desperdício, logística reversa, etc.), mesmo a questão tendo sido aplicada somente aos servidores, 41,7% alegou *não saber responder*. Ao aprofundar a discussão, D15 comenta que “as licitações são ineficientes, tanto do ponto de vista de gerar economia, quanto do ponto de vista de agilidade”.

A questão da agilidade também foi citada por D47, para quem “a burocracia de maneira geral é um entrave no que se refere aos prazos de entrega do material”. Ainda, D47 coloca que não tem “conhecimento suficiente nessa área para avaliar com propriedade”, apesar de saber que “houve mudanças nos processos licitatórios”. O comentário de T65, de que “o grande problema [...] é a falta de conhecimento por parte do docente/técnico que descreve o produto”, é importante ser destacado.

O fato de a maior parte dos respondentes não saberem responder sobre a presença de características sustentáveis presentes nos produtos, pode decorrer do desconhecimento para identificação destas características, o que também interfere no momento de descreve-lo para compra, conforme coloca T65.

A segunda opção com mais respondentes foi “discordo totalmente”, com 18,8% das respostas. As falas apresentadas no Quadro 11 demonstram que os respondentes percebem produtos de baixa qualidade, o que, conseqüentemente, gera maior desperdício, descarte e consumo.

Quadro 11 - Eixo 5: baixa qualidade de produtos oriundos de licitação

01	“Por mais que os produtos e serviços originam de processos licitatórios, a qualidade deveria ser prezada, por exemplo papéis dos banheiros e sabonetes. A licitação da compra de computadores para sala de professores já foi aprovada, mas a empresa não entrega” (D04)
02	“Baixa qualidade, apresentam problemas muito cedo” (D22)
03	“Realmente poderiam ser mais duráveis” (D25)
04	“Geralmente de baixa qualidade e conseqüentemente pouca durabilidade. Ex: Borrachas, lápis, apontadores (desgastam o lápis e não apontam, danificando o místico) etc.” (T50)
05	“De má qualidade muitas vezes” (D59)
06	“Só tenho a acrescentar que muitos deles são de baixa qualidade” (D67)
07	“Muitos produtos são de baixa qualidade, gerando mais desperdício” (D68)
08	“Sabe-se que o sistema de licitação prevalece o menor preço, no entanto, muitas vezes, isso se torna em desperdício, uma vez que descartamos produtos praticamente novos. Um exemplo são as canetas para quadro branco, via de regra usa-se no máximo em uma aula e já tem-se que fazer o descarte. É muito plástico, muitas vezes não reciclado que é jogado no lixo, sem o devido custo-benefício” (D69)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Apesar de os respondentes concordarem com a baixa qualidade, dois comentários foram realizados como contraponto. D40 comenta que “os produtos adquiridos estão de acordo, salvo pequenas exceções”, e D60 coloca que os produtos “alteram entre alta qualidade e baixa qualidade. Não há padrão”. Infere-se que as opiniões contrárias decorram do tipo de atividade e produtos que cada docente utiliza.

Como forma de mitigar problemas pertinentes à aquisição de materiais no que tange à questão ambiental, o PLS possui objetivos voltados a ampliação das compras e consumo de produtos sustentáveis, implantação das compras públicas sustentáveis, e ampliação da aquisição de equipamentos ecologicamente eficientes. Portanto, ainda que ações estejam sendo realizadas no sentido de concretizar estes objetivos, o desconhecimento por parte dos servidores sugerem que estas ações precisam ser ampliadas e mais divulgadas.

É válido destacar a fala de alguns servidores no sentido de terem percebido avanços no que diz respeito à aquisição de materiais e serviços com orientação para a sustentabilidade.

D11, por exemplo, nota que “alguns produtos ou serviços começam a ser descritos considerando-se critérios sustentáveis”, similar ao comentário de D39, o qual comenta que “há, ainda em número reduzido, materiais "sustentáveis", o que já é um avanço significativo. É preciso, na medida do possível, ampliar a gama de materiais dessa natureza”. A fala de T58 indica que este percebeu “mudança na descrição de alguns itens, mas a mudança ainda parece pequena em relação ao universo de itens licitados”. Destaca-se a fala de T66 neste sentido:

“Tenho conhecimento que a UFSM já realiza processos licitatórios em que prioriza produtos sustentáveis, contudo, creio que isso não seja divulgado amplamente. Além disso, desconheço como é realizada a descrição destes itens, legislação que regulamenta a compra destes produtos, etc. Sei de alguns tipos de produtos adquiridos via pregão que tem foco na promoção da sustentabilidade, como exemplo: sacolas ecológicas - *Ecobags* (utilizadas em eventos da instituição), locação de impressoras, etc. Produtos do almoxarifado: papel reciclável, canetas feitas de material reciclável, etc.”.

Com base nestas falas, se pode inferir que algumas ações foram iniciadas no sentido de atender aos objetivos do PLS, entretanto, estas precisam ser divulgadas e ampliadas. Tanto o Eixo 5 como o Eixo 6 da A3P demandam ações de nível institucional, implementadas pelo setor responsável, a saber, DEMAPA e PROINFRA, respectivamente. Com relação ao **Eixo 6 – Construções sustentáveis**, a Tabela 15 apresenta as respostas.

O Eixo Construções Sustentáveis foi abordado no questionário por meio de questões que sugeriam ações concretas que poderiam fazer parte da infraestrutura predial do Campus, e serem de conhecimento da comunidade acadêmica, embora este eixo contemple também ações mais técnicas como a utilização de materiais recicláveis ou biodegradáveis nas construções, madeira proveniente de reflorestamento, ou mesmo processo de etiquetagem das edificações.

Além dos questionamentos sobre a existência de sistema de coleta de água da chuva ou reuso de água, sensores de presença para otimização do uso de energia elétrica, equipamentos de climatização de modelos que garantam eficiência energética, e o uso de energia solar, a questão 36 era aberta com o objetivo de instigar os respondentes a manifestarem opiniões acerca de aspectos pertinentes este Eixo.

Com relação à coleta de água da chuva e reuso de água, questão 32, 65,5% dos respondentes alegaram desconhecer a existência destas ações, ao passo que 17,9% *discordam totalmente* que elas existem. O desvio padrão é de 1,1736, o que, com relação à média, 1,68, demonstra como este fator poderia ser mais presente nas construções. Apenas quatro respondentes optaram pelas respostas “concordo com ressalvas” e “concordo totalmente”.

Tabela 15 - Eixo 6: construções sustentáveis

Questão		Não sei responder	1) Discordo totalmente	2) Discordo, com ressalvas	3) Não concordo, nem discordo	4) Concordo, com ressalvas	5) Concordo totalmente	Total	Média	Desvio Padrão
32- Coleta de água da chuva e reuso	Freq. absoluta	55	15	5	5	3	1	<b>84</b>	1,68	1,1736
	Freq. relativa	65,5%	17,9%	6,0%	6,0%	3,6%	1,2%	<b>100,0%</b>		
33- Sensores de presença	Freq. absoluta	36	26	5	4	11	2	<b>84</b>	2,21	1,4895
	Freq. relativa	42,9%	31,0%	6,0%	4,8%	13,1%	2,4%	<b>100,0%</b>		
34- Climatização	Freq. absoluta	12	6	7	7	31	21	<b>84</b>	4,21	1,7360
	Freq. relativa	14,3%	7,1%	8,3%	8,3%	36,9%	25,0%	<b>100,0%</b>		
35- Energia solar	Freq. absoluta	40	36	2	3	3	0	<b>84</b>	1,73	0,9487
	Freq. relativa	47,6%	42,9%	2,4%	3,6%	3,6%	0,0%	<b>100,0%</b>		
<b>Total</b>	<b>Freq. absoluta</b>	<b>143</b>	<b>83</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>48</b>	<b>24</b>	<b>336</b>	<b>2,54</b>	<b>1,5376</b>
	<b>Freq. relativa</b>	<b>42,6%</b>	<b>24,7%</b>	<b>5,7%</b>	<b>5,7%</b>	<b>14,3%</b>	<b>7,1%</b>	<b>100,0%</b>		

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

É importante destacar que alguns prédios do Campus foram planejados para que coletassem água da chuva, embora o setor responsável no Campus não soube precisar quantos, e, entre os prédios antigos, nenhum está com este sistema funcionando. Duas construções, inauguradas no ano de 2018, possuem o sistema apto, embora este não esteja em funcionamento por orientação dos responsáveis pela manutenção do prédio.

D11 foi o único a abordar esta questão, comentando que, “pelo que se sabe, o Campus possui sistema de coleta de água da chuva na Casa do Estudante, mas o mesmo não funciona”. Por sua vez, D67 sugere que “poderia haver aproveitamento da água de chuva para uso nas descargas nos banheiros”.

Em relação à economia de energia elétrica, os sensores de presença para otimização de energia elétrica existem nos banheiros de uso comum do Prédio Principal, embora em alguns momentos tenham apresentado problemas. Apesar de existirem, apenas 13,1% dos respondentes *concordaram, com ressalvas*, da afirmação. As ressalvas talvez sejam no sentido de que apenas os banheiros possuem, como comenta T58: “encontro-os apenas nos banheiros, o que representa apenas uma pequena parcela da área do campus”.

A64 comenta que “se existem, não funcionam”, e talvez esta fala explique o fato de 31% *discordar totalmente* que existam no Campus estes sensores, e 42,9% *não souberem responder*. O desvio padrão de 1,4895 se deve ao fato de os sensores existirem e funcionarem em alguns locais, e representa a diferença das percepções dos respondentes neste sentido. Ainda assim, a média de 2,21 remete a opção “discordo com ressalvas”, sugerindo que esta é uma adaptação que poderia se estender a outros locais.

No que tange aos equipamentos de climatização, questão 34, há cerca de dois anos todas as salas de aula foram equipadas com ares condicionados, após demanda levantada pela Comissão Própria de Avaliação. Estes equipamentos, licitados pelo DEMAPA, são adquiridos com os selos do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), que garantam eficiência energética, conforme um dos objetivos do PLS.

Considerando que 36,9% dos respondentes *concordam, com ressalvas*, e 25% *concordam totalmente* que estes equipamentos possuem eficiência energética, se entende que o conhecimento da comunidade acadêmica está de acordo com a realidade, e se reflete na média desta questão, de 4,21. Apesar de 14,3% alegarem *não saber responder*, este foi um percentual pequeno em relação as demais questões deste eixo. Entretanto, o desvio padrão de 1,7360 é considerável, o que se supõe que seja devido aos modelos mais antigos de ares condicionados, que não foram substituídos, ou demandam manutenção.

Corroboram estes percentuais a fala de T50, de que “falta modernização, só há nos climatizadores” e de T58, o qual comenta que “grande parte dos condicionadores de ar são novos, mas desconheço qualquer plano de manutenção dos mesmos”. É importante destacar que a manutenção preventiva garante a eficiência destes equipamentos. Não foi realizado levantamento da existência de planos de manutenção, embora este ponto deva ser destacado na elaboração de ações voltadas ao Campus PM.

Na questão 35, 47,6% dos respondentes não souberam responder sobre a existência de geração de energia solar no Campus, ao passo que 42,9% *discordam totalmente* da afirmação de que esta exista, o que representa a realidade do Campus, e reflete na média desta questão, de 1,73 e no desvio padrão de 0,9487. A energia elétrica é proveniente da Companhia Rio

Grande Energia, e não há outra forma de geração de energia no Campus. D67, D68, D69 e F86 sugerem que o Campus adote esta ação, embora D69 destaque que acredita ser “difícil que isso venha ocorrer em um horizonte de curto e médio prazo”.

De maneira geral, alguns respondentes concordam que a infraestrutura do Campus é boa, a exemplo de A18 e F84. A16, T19, A23 e D69 também citam a estrutura como boa, entretanto reforçam que há possibilidades de melhorias, embora não especifiquem quais poderiam ser estas. D15 corrobora estas opiniões, conforme se pode perceber em sua fala: “o campus possui uma ótima infraestrutura, do ponto de vista da quantidade dos espaços e da sua qualidade, estamos muito acima de outras instituições, entretanto, estes espaços não foram pensados ambientalmente”. Esta fala explica a média geral de 2,54 para este Eixo.

D55 comenta que “o ambiente natural do campus e seus entornos é exuberante e poderia ser mais utilizada em ações de educação ambiental. Elaborar um plano onde a sustentabilidade esteja planejada na construção futura das novas infraestruturas”. Conforme já colocado, a infraestrutura de maneira geral é de responsabilidade da PROINFRA, onde estão lotados os engenheiros civis que elaboram os projetos e acompanham as obras. Ainda que, de maneira geral, as adaptações na infraestrutura demandem interferência e supervisão, D32 comenta que:

“Há iniciativas isoladas dentro do campus, citando uma destas iniciativas: “no caso do laboratório o qual sou coordenadora, não tenho conseguido pessoal interessado em colaborar. Temos os seguintes projetos parados: minhocário e composteira de restos de alimentos, construções sustentáveis e coletor para água de chuva e seu reuso. Esta paralisação se deve por falta de pessoal interessado em colaborar”.

As ações isoladas não podem ser desconsideradas. Conforme já comentado, a importância de se institucionalizar e divulgar estas ações individuais implica, entre outros fatores, na questão de reunir interessados e possibilitar a continuidade aos projetos e ações iniciadas. A necessidade de divulgação destas ações foi citada por D06, D10 e D51. Por sua vez, alguns comentários foram no sentido de que o Campus não possui infraestrutura ambientalmente correta e sustentável, conforme se verifica no Quadro 12.

Analisando as afirmações, de maneira geral entende-se que o Campus poderia realizar adequações no sentido de melhor aproveitar, ou reaproveitar os recursos naturais. É válido reforçar, entretanto, que o Campus não possui um engenheiro civil para atuar neste sentido, de forma que as ações da Unidade devem ser no sentido de realizar as solicitações à PROINFRA.



Quadro 12 - Eixo 6: infraestrutura sustentável

Nº	Respostas à questão 36
01	“Os projetos parecem ser antigos, não se adequando as novas tendências arquitetônicas em termos de preservação ambiental, como sistemas de entrada de luz natural” (D22)
02	“Infraestrutura muito boa, sustentabilidade quase inexistente” (T33)
03	“Talvez adequar infraestrutura para melhorar sustentabilidade” (D35)
04	“Não tenho a percepção do campus com características sustentáveis” (D38)
05	“Pelo fato de ser um Campus novo, deveria, em sua concepção, ter sido projetado para melhor aproveitamento da água da chuva, reuso da água, geração de energia solar” (D39)
06	“Acredito que há deficiências quanto a este quesito. Dias de chuva é complicado circular no campus” (D40)
07	“Infraestrutura relativamente nova, mas com alguns prédios necessitando de reformas, já tive aula em salas com goteiras e sem ar condicionado” (A41)
08	“Ausência de alternativas sustentáveis” (A43)
09	“Temos tanto exemplo de sucesso, que na minha opinião, o nosso campus deixa a desejar nesse aspecto. Poderíamos implementar o uso de painéis solares, ou sistemas de biodigestor em parceria com produtores rurais para geração de energia elétrica, ou apenas de biogás para utilizar na cozinha do RU. Poderíamos implementar sistemas de captação de água da chuva e compostagem de resíduos orgânicos” (A44)
10	“Pouca ou nenhuma ação são realizadas” (T65)
11	“O Campus de Palmeira das Missões, apesar de possuir uma estrutura recente, não foi projetado pensando em sustentabilidade, pois muitas coisas poderiam ter sido melhor planejadas, não visualizo infraestrutura voltada à eficiência energética, por exemplo” (T66)
12	“Acho que não temos um campus sustentável” (D70)
13	“Não percebo nada de infraestrutura em relação a este aspecto” (D73)
14	“Creio que institucionalmente todas as obras deveriam ser pensadas com características sustentáveis. Não vejo nenhuma delas no campus” (D74)
15	“Pouca coisa existe nesse sentido” (T76)
16	“Na minha opinião precisa de melhorias para melhoria do Campus” (F83)
17	“Na minha opinião faltam ações para adquirir ações sustentáveis” (F85)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Os Eixos de contratações e construções sustentáveis demandam, em determinadas situações, análises técnicas, que não são de fácil compreensão para a comunidade acadêmica de forma geral, tanto no que tange a especificidades de equipamentos e projetos de construções, como no que tange a legislação relacionada às licitações, meio pelo qual todas as contratações devem ser realizadas. Este fato também faz com que os processos de mudança sejam morosos, devido aos trâmites processuais a serem observados, visto que os resultados de uma mudança podem demorar um ano para serem efetivados, ou ainda mais tempo quando se tratam de construções.

Após abordados os Eixos da A3P, a questão 37 foi realizada no sentido de compreender se, na visão dos respondentes, as ações de cunho socioambiental são importantes e devem ser adotadas pelas instituições. A média das respostas foi de 4,79, se aproximando da opção “concordo totalmente”, e o desvio padrão de 0,5764, sugerindo pouca dispersão. Foi realizado o Teste ANOVA no sentido de identificar se o perfil do respondente interfere na resposta à questão. Os resultados são apresentados na Tabela 16

Tabela 16 - Teste ANOVA: questão 37 X perfil dos respondentes

Fator / Perfil do respondente	Z	Sig.
Q40- Categoria	15,687	,000
Q41- Departamento (docentes)	1,071	,388
Q42- Curso (acadêmicos)	4,124	,007
Q43- Tempo de vínculo	2,064	,093
Q44- Sexo	2,971	,057
Q45- Faixa etária	1,469	,209
Q46- Renda	5,647	,000

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Considerando um intervalo de confiança de 95%, o Teste sugere que os fatores (perfil do respondente) cujo nível de significância foram menores que 0,05 influenciam nas respostas à questão 37. Desta forma, os fatores com significância foram a **categoria** do respondente, o **curso** ao qual os acadêmicos estão ligados, e a **renda** dos respondentes. As Tabelas 17, 18 e 19 apresentam, respectivamente, as respostas de forma mais detalhada.

Tabela 17 - Importância das ações socioambientais, visão por categoria

Categoria		Docentes	TAE's	Funcionários	Acadêmicos	Total
Não sei responder	Freq. absoluta	0	1	5	3	<b>9</b>
	Freq. relativa	0,0%	7,7%	62,5%	10,7%	<b>10,7%</b>
1) Discordo totalmente	Freq. absoluta	0	0	0	0	<b>0</b>
	Freq. relativa	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	<b>0,0%</b>
2) Discordo, com ressalvas	Freq. absoluta	0	0	1	0	<b>1</b>
	Freq. relativa	0,0%	0,0%	12,5%	0,0%	<b>1,2%</b>
3) Não concordo, nem concordo	Freq. absoluta	0	0	0	3	<b>3</b>
	Freq. relativa	0,0%	0,0%	0,0%	10,7%	<b>3,6%</b>
4) Concordo, com ressalvas	Freq. absoluta	3	1	0	3	<b>7</b>
	Freq. relativa	8,6%	7,7%	0,0%	10,7%	<b>8,3%</b>
5) Concordo totalmente	Freq. absoluta	32	11	2	19	<b>64</b>
	Freq. relativa	91,4%	84,6%	25,0%	67,9%	<b>76,2%</b>
<b>Total</b>	<b>Freq. absoluta</b>	<b>35</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>28</b>	<b>84</b>
	<b>Freq. relativa</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

De acordo com a Tabela 17, 91,4% dos docentes *concordam totalmente* com a importância das ações socioambientais, e que a instituição deve adotá-las. Entre os TAE's esta visão é a de 84,6% da categoria. Entre os acadêmicos, apesar de 67,9% também *concordar*

*totalmente*, as respostas dispersam entre as opções “não sei responder”, “não concordo, nem discordo” e “concordo com ressalvas” em frequências consideráveis. Se destaca o fato de que entre os funcionários terceirizados, 62,5% *não soube responder* a questão, e apenas dois *concordam totalmente* com a afirmativa, de forma que se evidencia a interferência da categoria das respostas, sendo estas destoantes em relação às demais.

A Tabela 18 apresenta a visão conforme o curso ao qual os acadêmicos estão vinculados. É válido salientar que a participação dos acadêmicos em alguns cursos foi relativamente baixa, tendo apenas um ou dois respondentes, nos casos dos cursos de Enfermagem, Zootecnia e Agronegócios, de maneira que não é possível fazer uma inferência significativa a partir desta característica de perfil.

Tabela 18 - Importância das ações socioambientais, visão dos acadêmicos

<b>Curso do acadêmico</b>	Não sei responder	1) Discordo totalmente	2) Discordo, com ressalvas	3) Não concordo, nem discordo	4) Concordo, com ressalvas	5) Concordo totalmente	<b>Total</b>
Graduação Administração					1	7	<b>8</b>
Grad. Ciências Biológicas						4	<b>4</b>
Grad. Ciências Econômicas	2			2	2	2	<b>8</b>
Graduação Enfermagem						2	<b>2</b>
Graduação Nutrição				1		3	<b>4</b>
Graduação Zootecnia	1						<b>1</b>
Mestrado Agronegócios						1	<b>1</b>
<b>Frequência absoluta</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>19</b>	<b>28</b>
<b>Frequência relativa</b>	<b>10,71%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,71%</b>	<b>10,71%</b>	<b>67,86%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

De forma geral, as respostas concentram-se na opção “concordo totalmente”. Os acadêmicos do curso de Ciências Econômicas, entretanto, dispersam suas respostas entre esta e as opções “Não sei responder”, “não concordo, nem discordo”, e “concordo, com ressalvas”.

Se pode visualizar na Tabela 19 como a renda dos respondentes interfere nas respostas a respeito da importância das ações socioambientais. Os sujeitos na faixa de até R\$937,00 demonstram *não saber responder* a questão, visto que esta opção foi escolhida por 40% dos respondentes desta faixa. Além destes, um sujeito *discorda, com ressalvas*, da afirmação.

Apenas 50% dos respondentes nesta faixa salarial *concordam totalmente* com a importância e implantação destas ações.

Tabela 19 - Importância das ações socioambientais, visão conforme a renda

Faixa de renda <i>per capita</i> mensal familiar		Até R\$ 937,00	De R\$ 937,01 a	De R\$ 1.874,01	De R\$ 2.811,01	De R\$ 3.748,01	Acima de R\$ 4.685,01	Total
			R\$ 1.874,00	a R\$ 2.811,00	a R\$ 3.748,00	a R\$ 4.685,00		
Não sei responder	Freq. absoluta	4	3	0	1	0	1	<b>9</b>
	Freq. relativa	40,0%	33,3%	0,0%	11,1%	0,0%	2,6%	<b>10,7%</b>
1) Discordo totalmente	Freq. absoluta	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
	Freq. relativa	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	<b>0,0%</b>
2) Discordo, com ressalvas	Freq. absoluta	1	0	0	0	0	0	<b>1</b>
	Freq. relativa	10,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	<b>1,2%</b>
3) Não concordo, nem discordo	Freq. absoluta	0	2	1	0	0	0	<b>3</b>
	Freq. relativa	0,0%	22,2%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	<b>3,6%</b>
4) Concordo, com ressalvas	Freq. absoluta	0	0	2	0	1	4	<b>7</b>
	Freq. relativa	0,0%	0,0%	22,2%	0,0%	12,5%	10,3%	<b>8,3%</b>
5) Concordo totalmente	Freq. absoluta	5	4	6	8	7	34	<b>64</b>
	Freq. relativa	50,0%	44,4%	66,7%	88,9%	87,5%	87,2%	<b>76,2%</b>
<b>Total</b>	Freq. absoluta	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>39</b>	<b>84</b>
	Freq. relativa	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Os respondentes cuja faixa salarial é de R\$ 937,01 a R\$ 1.874,00 apresentam respostas similares as anteriores, visto que 33,33% também *não souberam responder* a questão, enquanto 22,22% *não concordam nem discordam* da afirmativa. Nesta faixa salarial, apenas 44,4% dos respondentes *concordam totalmente* com a questão. Na faixa salarial de R\$ 1.874,01 a R\$ 2.811,00 se encontram os respondentes cujas respostas variam gradualmente de “não concordo, nem discordo” a “concordo totalmente”. Nesta faixa, 66,7% dos respondentes passa a *concordar totalmente* com a afirmação.

Nas três faixas salariais acima de R\$ 2.811,00, 88,9%, 87,5% e 87,2% das respostas, respectivamente, se concentram na opção “concordo totalmente”. O aumento gradual do entendimento de que as ações socioambientais são importantes e devem ser implantadas se apresenta, portanto, com evidências de ser influenciado pela renda dos respondentes da comunidade acadêmica no Campus PM.

A questão aberta 38 foi destinada a maiores explicações, por parte dos respondentes, sobre a efetividade ou falta de efetividade das ações socioambientais no Campus PM. Dos 84

sujeitos que responderam ao questionário, 45 não manifestaram opinião a respeito, alguns destes alegando desconhecer ações, ou a falta de divulgação destas. T02, D09, A16, T19, D52, D60, T65 e D73 comentam que as ações são poucas e pontuais, sendo citadas as relacionadas “ao lixo e energia elétrica” (D60).

A questão aberta 39, por sua vez, propunha que os respondentes fizessem sugestões de ações de cunho socioambiental que poderiam ou deveriam ser realizadas pelo Campus de Palmeira das Missões, sendo que 34 dos respondentes não realizaram comentários ou sugestões. As respostas são apresentadas na sequência, relacionando os comentários.

No que diz respeito a efetividade das ações realizadas, D73 destaca que “falta uma efetividade maior”, assim como D69 comenta que existem projetos de extensão neste sentido, “mas com efetividade, em termos de resultados, relativamente baixa”. D46 deixa explícito em sua opinião que as ações socioambientais são “pouco efetivas, pois essa é uma postura que tem a ver com a falta de educação”. Neste sentido, T47 faz uma sugestão:

“Sei de algumas ações de cunho socioambiental a nível de extensão. Talvez haja outras mas não estou à par. Quanto a efetividade delas, sei que como tudo em nosso país, no início funciona muito bem, mas com o tempo enfrenta alguns problemas como desinteresse, falta de verba, etc. Por isso sugiro ações mais pontuais, com pouco tempo de duração e efetivas, no sentido que possam mais tarde servirem de exemplo ou até mesmo ser dado continuidade pelos próprios beneficiados” (T47).

A existência de ações socioambientais por meio de projetos de extensão foi citada também por T31, que comentou sobre a importância de “cada vez mais pensar em expandir tais ações, ganhos para toda a sociedade”, e T66, que citou como exemplos o Visão Coletiva da Empresa Visão Júnior e Projeto Amigos do Futuro, entre outros. D32 também comentou que “há as ações extensivas de cunho social (viva criança, terapia do afeto etc.), cunho ambiental (monitoramento do rio macaco) e cunho socioambiental (educação financeira e ambiental nas escolas, carroceiros)” e complementou que, em relação à efetividade, tem “muita dificuldade em trabalhar com indicadores subjetivos de sucesso”.

A utilização de papel foi citada por D39 como sendo pouco efetiva, apesar de que, na visão de D06, “está sendo incentivado o consumo consciente de cartuchos e de papéis”. T66 complementa citando como positivo a “utilização de impressoras locadas nos Departamentos e Setores Administrativos, que permitem que vários usuários utilizem a mesma impressora”, no sistema de ilhas de impressão, conforme abordado previamente.

Dentre as sugestões de ações a serem implantadas, D39, T66 e D56 reforçam a necessidade do uso consciente das impressoras, citando como exemplos a “impressão frente e verso e uso de papel reciclado, para todo e qualquer tipo de impressão” (D39). O uso de papel

reciclado também foi citado por D56, e na visão de D11, inclusive, “memorandos poderiam ser expedidos indicando procedimentos que poderiam ser realizados com documentos digitais ou que poderiam ser impressos com folhas usadas”.

Os cartazes no sentido de desligar as luzes e utilização consciente do elevador foram lembrados por D34 e D74 como campanhas realizadas, apesar de F85 entender que ainda é necessário mais atenção para “utilização consciente do elevador”. A53 comentou sobre a presença de sensor de presença nos banheiros, embora não manifestou opinião sobre a efetividade destes.

Entre as sugestões de ações, D11 e A30 sugeriram a utilização de sensores de presença. Como já comentado previamente, hoje apenas alguns banheiros do Prédio Principal possuem este sistema. A proposta de implantação em outros locais deve ser avaliada, visto que, mesmo nos locais onde já tem, durante dias claros não há a necessidade de que as luzes sejam ligadas, devido a iluminação natural.

A iluminação natural foi citada como sugestão para os corredores, por A54, ao passo que T29 e D39 sugerem o uso de lâmpadas com eficiência energética. Ambas ações poderiam se complementar no que tange a iluminação, embora a iluminação natural demande alterações na estrutura que precisariam ser avaliadas pelo engenheiro civil, ou propostas para novas construções. D22 sugere a aquisição de “ar condicionados inverter que economizam até 40% de energia”. Vale destacar aqui a fala de um dos membros da Comissão do PLS:

“O inverter tem uma discussão aí que é questão dos engenheiros, [...] eles tem duas correntes, se o inverter realmente ele é mais econômico, até pode ser, mas parece que ele tem um desgaste maior, aí tem um lixo eletrônico mais cedo... então são conceitos, que a gente tem que chegar num consenso e dentro do que eles definem a gente coloca nas licitações” (PLS1, 2018).

A fala de PLS1 demonstra que já está se verificando a viabilidade e eficiência do inverter. O uso do ar condicionado também foi citado por A54, que ressaltou que “não há necessidade do ar condicionado ficar ligado a noite toda (o que aconteceu na nossa sala); não há necessidade de ligar o ar condicionado constantemente tendo ventiladores nas salas”, demonstrando que ainda é necessária a conscientização dos usuários destes.

A45 cita também que “não há necessidade de aparelho elétrico para secagem das mãos os quais foram instalados recentemente e, com certeza terão vida útil curtíssima por falta de manutenção no primeiro estrago”, demonstrando atenção tanto para o uso de energia quanto para a geração de resíduos. D06 comenta que “o consumo de energia elétrica também vem sendo observado. Os servidores tem demonstrado maior cuidado em relação a este aspecto”, ao passo que D39 entende que a economia de energia elétrica é “ainda pouco efetiva”.

Por sua vez, D11 relata sobre a necessidade de “mensuração e cobrança real da taxa de água e luz dos serviços terceirizados prestados”, visto que hoje a taxa cobrada é um valor simbólico, dada a inexistência de medidores de consumo específicos. Para o Restaurante Universitário existe um medidor de consumo de energia elétrica, entretanto, o engenheiro elétrico da UFSM não soube como interpretá-lo, conforme levantado pela Comissão Ambiental. A cobrança de um valor aproximado, e não real, sugere que a preocupação com a economia não seja vista como prioridade pelos terceirizados.

A utilização de energia solar fotovoltaica foi sugerida por D22, A23, A30, A43, A54 e D26, sendo que este último fez um comentário mais aprofundado, conforme segue:

“Como não tenho conhecimento acerca do uso de energia fotovoltaica no campus de PM, penso, caso isto não ocorra no campus, que é uma alternativa social e econômico ambiental. O uso de fontes alternativas de energia, microgeração (Resolução ANEEL 482/2012), proporciona que o setor público e privado passem a gerar sua própria energia. Com o avanço das tecnologias, a energia fotovoltaica tem se demonstrado, mais do que uma alternativa de sustentabilidade, alternativa que leva a economicidade. Em média, os sistemas fotovoltaicos têm uma vida útil de trinta anos, sendo que se pagam em 4 ou 5 anos, no máximo” (D26).

A microgeração permite produzir a própria energia, e em caso de excedente é possível fornecer para a rede. É necessário, entretanto, um estudo sobre os equipamentos e radiação solar no local a ser implantado. Segundo notícia veiculada pela UFSM (2018), este tipo de geração de energia vem sendo estudado pela a Comissão de Gestão Energética da instituição, criada no ano de 2017, entre outros projetos que vem sendo realizados neste sentido.

Com relação ao consumo de água, não foram citadas ações na questão 38, entretanto, como sugestões, A01, A23, A30, A37, D39 e A43 citaram o reaproveitamento da água da chuva para jardinagem, Horto Florestal, e limpeza. D11 destacou a necessidade de “conscientização das equipes de limpeza com relação ao uso racional da água (abolição das mangueiras)”; e A64 ressalta um fato importante quanto ao desperdício: “existem pelo menos 6 destiladores de água nos laboratórios do campus, o desperdício de água gerado é imenso, deveria ser estudado uma maneira de captar essa água e utilizar ela, na limpeza por exemplo”.

A maior parte das respostas à questão 38 foram sobre a coleta seletiva e resíduos. Entretanto, alguns comentários eram incompletos, no sentido de não permitir compreender se a opinião do sujeito era de que esta era uma ação efetiva ou que medidas precisam ser tomadas no sentido de melhorá-las. D06, por exemplo, comenta que “há separação adequada do lixo no campus”, e D26 comenta que “a coleta seletiva dos resíduos é uma das ações mais visíveis no campus de PM”.

Por sua vez, D11 coloca que “existem coletores para separação dos resíduos, mas não há o conhecimento por parte de muitos usuários com relação à correta separação”, opinião manifestada também por F85, de que os sujeitos da comunidade acadêmica “não separam o lixo corretamente”. As sugestões de D34, T66, F83 e F85 foram no sentido de realizar campanhas para a separação correta dos resíduos, e A78 destaca ainda a necessidade de “manutenção de lixeiras”.

A43 cita que existe a coleta de pilhas e baterias, porém “falta de recolhimento de descarte de eletrônicos, lâmpadas etc.”. Também já abordada previamente, a caminhada para recolhimento de lixo na cidade foi citada por A41 e A78 como ações efetivas, conforme se pode verificar nas respectivas falas: “a caminhada realizada para recolhimento de lixo na cidade, e também a importância da coleta seletiva, pois acredito que a universidade teve um papel importante na implementação na nossa cidade (direta ou indiretamente)” e “Programa de coleta de lixo da Visão Jr. Acredito que foi efetivo pois se integrou a comunidade palmeirense em forma de caminhada”.

No sentido de evitar desperdícios e reduzir os resíduos gerados, a “conscientização sobre a marcação das refeições no Restaurante Universitário” foi citada por D74 como uma das ações realizadas, sendo que T66 sugere a “continuidade das campanhas de redução do desperdício de alimentos no RU”. Estas campanhas de conscientização são organizadas pela Nutricionista responsável pelo RU e curso de Nutrição, visto que o agendamento não comparecido gera tanto desperdício financeiro por parte da UFSM, como desperdício dos alimentos que foram preparados conforme a demanda.

Já abordado como sugestão no Eixo 2, a realização de compostagem aproveitando os resíduos do RU e lancheria também foi sugerida por A24, T65 e A44. Com relação aos resíduos secos e recicláveis, D09 sugere “apoiar a organização social e produtiva dos agentes envolvidos com a questão do lixo no município”, de acordo com a sugestão de D51 de realizar “parceria com a associação de catadores do município”.

A sugestão de D56 também é neste sentido, colocando que o “lixo e material que pode ser reciclado deveria ser doados a catadores de lixo ou empresas que realmente reciclam”. Conforme já abordado previamente, a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do município está em período de incubação pela Incubadora Social da UFSM, objetivando se organizar e estruturar como tal.

Outras ações que implicam na redução e reutilização de resíduos foram citados na questão 38, como o “recolhimento de óleo de frituras fabricação de sabão caseiro” (T76), a “reutilização de pneus como floreiras plantio de Árvores” (T76), e a “decoreção do campus,



com materiais recicláveis”, que na visão de D21 “mantém a beleza do ambiente e favorece a socialização nos espaços onde se encontram”.

No que se refere a sugestões de melhorias do ambiente externo e coletivo, D67 comenta que estes estão sendo adequados, “porém faltam mais bancos, espaços cobertos, pergolados, arborização para tornar os ambientes melhores”. D40, A43, D60 e D67 comentam sobre a necessidade de “mais espaços verdes” e “arborização” no Campus. T76 sugere, ainda, a “produção de mudas de flores”.

D67 relata a necessidade de cobertura contra a chuva, e D75 sobre a necessidade de “acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência, por exemplo para viabilizar-lhes o acessos aos prédios, bloquinhos, etc.”, pois a “acessibilidade ainda incipiente para pessoas portadoras de deficiência”. Apesar de os prédios serem construídos com alguns critérios que permitem acesso facilitado, a ligação entre estes carece de estrutura neste sentido. As calçadas não possuem piso tátil, e o acesso a alguns prédios e blocos se dão por ruas de calçamento e sem sinalização. As adaptações neste sentido são necessárias, visto que o Campus já conta com acadêmicos cadeirantes e portadores de outras necessidades que demandam adaptações.

A sugestão de D56, de “melhor planejamento de novas construções”, pode ser tanto no sentido de adaptações de acessibilidade como de sustentabilidade. Por fim, foram citadas ações positivas já realizadas no Campus, como a “aquisição do bicicletário” (D12), campanhas de “doação de sangue” (A41), e a criação da Comissão Ambiental (D59 e T66). No mesmo sentido da doação de sangue, A41 sugere “desenvolver alguma ação no sentido de conscientizar a população acadêmica quanto a doação de órgãos” devido a “resistência sobre o assunto por parte dos familiares”.

De maneira geral, a maior parte das sugestões foi no sentido de realizar campanhas educativas e divulgação de informações sobre as ações realizadas. O Quadro 13 apresenta algumas das falas neste sentido. Diante das sugestões, se entende que, apesar de a questão da preservação e conservação ambiental, reciclagem e reaproveitamento de resíduos, uso consciente dos recursos naturais e discussões neste sentido serem de fácil acesso, a comunidade ainda carece de informações e capacitação para atuar neste sentido, e se percebe a necessidade de, constantemente, realizar a sensibilização conjunta, visto que ações isoladas influenciam, mas ações conjuntas potencializam os resultados.

É válido destacar a fala de D69, no que se refere às IFES: “deveríamos ser eficazes em termos das ações em prol da sustentabilidade sobretudo, porque que é um ambiente que reúne pessoas com um perfil educacional mais elevado, que supostamente, deveria ter uma consciência e conhecimento dos efeitos perversos da insustentabilidade mais elevados”.

Quadro 13 - Sugestões de ações de conscientização e campanhas educativas

Nº	Respostas à questão 39
01	“Todas citadas neste estudo são relevantes, se são desenvolvidas devem ser mais divulgadas na comunidade acadêmica. Se não são realizadas, poderiam ser desenvolvidas” (D10)
02	“Educação Ambiental, poderia ser promovido pelo Curso de Biologia” (D12)
03	“Uma proposta boa seria a criação de um comitê socioambiental local no campus para elaborar e colocar em práticas ações para o uso consciente e eliminação de desperdícios” (D13)
04	“Fortalecer discussões entre docentes, discentes e TAE’s” (D35)
05	“Estímulo da consciência individual e em grupo quanto ao uso de recursos” (D38)
06	“[...] palestras educativas para escolas públicas etc.” (A43)
07	“Uma palestra diferenciada, elaborada para causar impacto na comunidade, de modo que todos se sintam responsáveis pelos problemas socioambientais. Elaborar também textos muito curtos e apenas frases de efeito que sejam sempre colocadas no início de qualquer palestra ou reunião de pessoas da comunidade enfatizando que a responsabilidade é de todos e de cada um individualmente” (T38)
08	“Sim, ações efetivas envolvendo toda a comunidade acadêmica na realização das ações. Ex: Uma hora de um determinado dia parar e revisar todo o campus juntando lixos que porventura tenham espalhados. Tipo, plantar árvores em conjunto com os cursos etc...” (T50)
09	“Creio que poderia ser realizado um curso ou palestra que fizesse as pessoas pensarem sobre suas ações. Pois no dia a dia não nos damos conta do impacto de nossas ações no meio ambiente. - Campanha para utilizar canecas ao invés de copos de plástico” (T66)
10	“Intensificar as campanhas junto aos alunos, e poderia ser ações feitas pelos professores mesmo, quem sabe em uma periodicidade cada mês, cada dois meses. Pelo menos no que se refere à lixo e luz” (D69)
11	“O campus poderia organizar-se a fim de ter disciplinas integradas sobre o assunto. Além disso, como é um assunto muito relevante, poderia estar inserido nos PPC’s e em eventos institucionais dos Cursos. Dentro do plano de Gestão da Direção e dos Departamento também deveria estar incluso” (D74)
12	“Tenho convicção que palestras, minicursos e a pluralização de sugestões (via cartazes) pode melhorar o comportamento dos trabalhadores e a efetividade das ações socioambientais, contudo, desde que cheguei não percebi a realização de tais atividades” (D77)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Ainda no que diz respeito às sugestões da comunidade acadêmica, D73 comenta que “deve haver um plano socioambiental para o campus. Se já tem, deve ser publicizado a todos já no momento do ingresso na IES”, no mesmo sentido do que sugere D52, de o Campus “ter uma política básica diretriz para todas as ações seguirem um padrão e representarem de maneira uniforme a coletividade do campus”. D32 destaca, porém, que antes de serem definidas ações, “um diagnóstico preciso seria necessário”. O diagnóstico neste sentido é apresentado na seção seguinte.

Abordados nesta seção, o conhecimento e as opiniões da comunidade acadêmica são de extrema relevância no sentido de delinear ações socioambientais a serem desenvolvidas no Campus PM. No sentido de correlacionar os fatores/questões abordados no questionário, visando aprofundar o entendimento destes, na seção seguinte os fatores/questões são classificados em componentes, após realizada análise fatorial.

### 5.2.1.1 Fatores e Componentes que explicam o questionário

Com o objetivo de compreender as questões que melhor explicam o questionário, esta seção aborda os fatores elencados, após realizada análise fatorial, conforme descrito no Método da Pesquisa. Objetivando aumentar o poder de explicação dos componentes, foram retiradas algumas variáveis da análise, buscando uma melhor associação entre estas.

Como se pode verificar na Tabela 20, o teste de KMO resultou em um índice de 0,809, sendo este o grau de intercorrelação entre as variáveis e adequação da análise fatorial, o que se pode considerar ‘admirável’, segundo Hair et al. (2009). É possível, portanto, inferir que os fatores podem descrever satisfatoriamente as variações dos dados. Por sua vez, o teste de esfericidade de Barlett apresentou um índice de 0,00, e, sendo menor que 0,05, indica relação suficiente entre os indicadores para aplicação da análise fatorial, conforme determinam Corrar, Paulo e Dias Filho (2011).

Tabela 20 - Testes de adequação das fatoriais a amostra

Teste de KMO	0,809
Teste de Esfericidade de Bartlett	0,000

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Foi utilizado como método de extração a Análise de Componente Principal, e método de rotação Varimax, com Normalização de Kaiser, sendo a rotação convergida em 5 interações. A variância total explicada cumulada resultou em 65,397%. A Tabela 21 apresenta a matriz componente rotativa resultante das interações.

Os fatores que explicam o **Componente 1** são aqueles relacionados ao **consumo de recursos naturais**, Eixo 1 da A3P, consistindo nas questões que buscavam compreender o conhecimento da comunidade acadêmica sobre a existência de ações institucionais no sentido promover o uso consciente de água, cartuchos e toners, copos plásticos, deslocamento de pessoal e energia elétrica, e, complementarmente, a questão 20, que diz respeito as ações de sensibilização neste sentido realizadas no Campus PM serem suficientes.

Tabela 21 - Matriz componente rotativa

Fatores	Componentes		
	1	2	3
Q6 - No Campus PM, são realizadas ações institucionais no sentido promover o uso consciente (redução e/ou opção mais sustentável) de ÁGUA	,736		
Q7 - No Campus PM, são realizadas ações institucionais no sentido promover o uso consciente (redução e/ou opção mais sustentável) de CARTUCHOS E TONERS	,791		
Q8 - No Campus PM, são realizadas ações institucionais no sentido promover o uso consciente (redução e/ou opção mais sustentável) de COPOS PLÁSTICOS	,885		
Q9 - No Campus PM, são realizadas ações institucionais no sentido promover o uso consciente (redução e/ou opção mais sustentável) de DESLOCAMENTO DE PESSOAL	,677		
Q10 - No Campus PM, são realizadas ações institucionais no sentido promover o uso consciente (redução e/ou opção mais sustentável) de ENERGIA ELÉTRICA	,642		,387
Q12 - No Campus PM, são realizadas ações institucionais no sentido promover o uso consciente (redução e/ou opção mais sustentável) de PAPEIS	,665		
Q16 - Os resíduos recicláveis são destinados à associações de catadores ou similares (Coleta Seletiva Solidária)		,758	
Q20 - No Campus PM, são suficientes as atividades realizadas de sensibilização da comunidade acadêmica quanto a questões socioambientais (conscientização de uso; preservação do meio ambiente e instalações; economia de energia, água, combustível, etc.)	,701		,306
Q24 - O Campus pode ser considerado um local seguro			,748
Q32 - O Campus PM possui sistema de coleta de água da chuva ou reuso de água		,902	
Q35 - O Campus PM faz uso de energia solar		,862	
Q37 - As ações de cunho socioambiental são importantes e devem ser adotadas pelas instituições			,790

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Destoam na Tabela 22 as respostas “discordo totalmente” e “discordo, com ressalvas” à questão 20, o que permite inferir que ou as ações não existem, ou não estão sendo bem trabalhadas, e a comunidade acadêmica sente esta necessidade. As respostas à questão 20 corroboram as respostas às questões 06 a 12, em que a maior parte dos respondentes alegam desconhecer ações, ou discordam que as mesmas existem, conforme descrito na seção anterior.

Tabela 22 - Questão 20: suficiência das ações de sensibilização socioambiental

	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Não sei responder	17	20,2%		
1) Discordo totalmente	23	27,4%		
2) Discordo, com ressalvas	23	27,4%		
3) Não concordo, nem discordo	5	6,0%	2,24	1,2197
4) Concordo, com ressalvas	14	16,7%		
5) Concordo totalmente	2	2,4%		
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O **Componente 2**, conforme pode ser visualizado na Tabela 23, explica os fatores relacionados a **ações socioambientais específicas**, que poderiam ser implantadas no Campus. Este Componente reúne as questões “16 - Os resíduos recicláveis são destinados à associações de catadores ou similares (Coleta Seletiva Solidária)”, pertencente ao Eixo 2 da A3P - Gerenciamento de resíduos sólidos, e “32 - O Campus PM possui sistema de coleta de água da chuva ou reuso de água” e “35 - O Campus PM faz uso de energia solar”, pertencentes ao Eixo 6 - Construções sustentáveis.

Tabela 23 - Questões do Componente 2

		<b>Q16 - Coleta Seletiva Solidária</b>	<b>Q32 - Coleta de água da chuva</b>	<b>Q35 - Energia solar</b>	<b>Total</b>
Não sei responder	Freq. absoluta	55	55	40	<b>150</b>
	Freq. relativa	65,48%	65,48%	47,62%	<b>59,52%</b>
1) Discordo totalmente	Freq. absoluta	10	15	36	<b>61</b>
	Freq. relativa	11,90%	17,86%	42,86%	<b>24,21%</b>
2) Discordo, com ressalvas	Freq. absoluta	3	5	2	<b>10</b>
	Freq. relativa	3,57%	5,95%	2,38%	<b>3,97%</b>
3) Não concordo, nem discordo	Freq. absoluta	6	5	3	<b>14</b>
	Freq. relativa	7,14%	5,95%	3,57%	<b>5,56%</b>
4) Concordo, com ressalvas	Freq. absoluta	8	3	3	<b>14</b>
	Freq. relativa	9,52%	3,57%	3,57%	<b>5,56%</b>
5) Concordo totalmente	Freq. absoluta	2	1	0	<b>3</b>
	Freq. relativa	2,38%	1,19%	0,00%	<b>1,19%</b>
<b>Média</b>		<b>2,62</b>	<b>1,97</b>	<b>1,39</b>	
<b>Desvio Padrão</b>		<b>1,3993</b>	<b>1,2096</b>	<b>0,8948</b>	

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

É perceptível que significativa parte das respostas, nas três questões, concentram-se na opção “Não sei responder”, sendo 47,62% na questão sobre a energia solar, e 65,48% nas questões sobre Coleta Seletiva Solidária e coleta de água da chuva e reuso de água, conforme

apresentado na Tabela 23 e aprofundados na seção anterior. Denota-se que este Componente explica o questionário no sentido de que estas ações, se praticadas, possuem relevância no sentido de caracterizar o Campus como adepto de ações ambientalmente corretas e sustentáveis.

O Componente 3, como se visualiza na Tabela 24, se explica pelas questões “24 - O Campus pode ser considerado um local seguro” e “37 - As ações de cunho socioambiental são importantes e devem ser adotadas pelas instituições”. Ambos aspectos relacionam-se à imagem do Campus, e como esta é percebida pelo respondente.

Tabela 24 - Questões do Componente 3

		Q24 – O Campus é um local seguro	Q37 - Importância das ações socioambientais	Total
Não sei responder	Freq. absoluta	4	9	13
	Freq. relativa	4,76%	10,71%	7,74%
1) Discordo totalmente	Freq. absoluta	2	0	2
	Freq. relativa	2,38%	0,00%	1,19%
2) Discordo, com ressalvas	Freq. absoluta	7	1	8
	Freq. relativa	8,33%	1,19%	4,76%
3) Não concordo, nem concordo	Freq. absoluta	6	3	9
	Freq. relativa	7,14%	3,57%	5,36%
4) Concordo, com ressalvas	Freq. absoluta	40	7	47
	Freq. relativa	47,62%	8,33%	27,98%
5) Concordo totalmente	Freq. absoluta	25	64	89
	Freq. relativa	29,76%	76,19%	52,98%
<b>Média</b>		4,80	5,27	
<b>Desvio Padrão</b>		1,2874	1,5857	

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Enquanto na questão 24 as respostas se concentram nas opções “concordo, com ressalvas” e “concordo totalmente”, respectivamente com 47,62% e 29,76% das respostas; na questão 37, 76,19% das respostas se concentram na opção “concordo totalmente”. A UFSM reúne servidores, funcionários terceirizados, e acadêmicos, que, *à priori*, passam significativa parte do dia no Campus, e o vínculo tende a se manter por alguns anos, tanto no caso dos acadêmicos, em torno de 4 ou 5 anos, como dos trabalhadores, normalmente por ainda mais tempo.

A imagem do Campus, portanto, tem relevância para a comunidade acadêmica, no sentido de conviverem em uma Instituição que, além de garantir segurança, se mostra preocupada com o respeito às pessoas e ao meio ambiente. Considerando as diferentes

abordagens das questões que compõem este Componente, realizou-se a análise por conglomerados, objetivando procurar entender como se agrupariam os respondentes (casos) em vista das questões que formam o Componente 3.

Neste sentido, rodou-se o sistema, com as variáveis pertinentes às questões 24 (o Campus pode ser considerado um local seguro) e 37 (as ações de cunho socioambiental são importantes e devem ser adotadas pelas instituições), contingenciado pelo limite de 3 *clusters*. Este limite pode ser definido pelo pesquisador, como asseveram Hair Jr. et al. (2009). A tabela 25 mostra como os respondentes se dividem entre os conglomerados (*clusters*).

Tabela 25 - Casos estratificados em seus respectivos aglomerados

	<b>Cluster 1</b>	<b>Cluster 2</b>	<b>Cluster 3</b>
<b>Casos/ respondentes</b>	1, 15, 17, 67, 77, 78, 79, 80, 81, 82	2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 76, 84	8, 9, 10, 20, 33, 38, 50, 56, 57, 62, 63, 70, 75, 83

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Destaca-se que o processo de aglomeração observou classificação de *Clusters* Hierárquicos. Como destaca Malhotra (2006), a aglomeração hierárquica estabelece uma hierarquia entre os agrupamentos. Para se entender como essa hierarquia se definiu, rodou-se a ANOVA com a finalidade de comparar as médias das duas variáveis nos 3 grupos. Subjacente a esse processo, há uma hipótese nula de que não há diferenças entre as médias dos grupos (HAIR JR et al., 2009). Na Tabela 26 apresentam-se as médias dos agrupamentos pelas variáveis utilizadas para essa estratificação.

Tabela 26 - Médias das variáveis por Cluster

<b>Questão</b>	<b>Cluster</b>	<b>Casos</b>	<b>Média</b>
24- O Campus pode ser considerado um local seguro	1	10	3,70
	2	60	5,37
	3	14	3,14
	<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>4,80</b>
37- As ações de cunho socioambiental são importantes e devem ser adotadas pelas instituições	1	10	1,20
	2	60	5,83
	3	14	5,79
	<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>5,27</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No *Cluster 1*, a questão 24 apresenta média de 3,70, a qual se caracteriza pela alternativa de resposta “não concordo, nem discordo”; e para a questão 37, neste *cluster* a média é de 1,20, correspondente ao “Não sei responder”. Depreende-se que os casos agrupados neste *cluster* são sujeitos que não têm um entendimento claro em termos de o Campus ser um local seguro e também acerca de se as Instituições devem empreender ações de cunho socioambiental. Para trabalhar aspectos socioambientais com esse público, talvez a iniciativa mais adequada seja de inicialmente apresentar os benefícios que estas podem trazer, às pessoas e ao meio ambiente.

No *Cluster 2*, composto por 60 respondentes, a questão 24 apresentou uma média de 5,37, aproximando-se da alternativa “concordo, com ressalvas”. Já, a questão 37 teve uma média de 5,83, aproximando-se da alternativa “concordo totalmente. Esta sutil diferença, mesmo os respondentes se agrupando num mesmo *cluster*, sugere que, especialmente sobre o ambiente do Campus, seria necessário trabalhar aspectos que permitissem a esse público-alvo ter uma percepção de maior segurança nesse espaço, entretanto, sem deixar de abordar as práticas socioambientais.

O *Cluster 3*, que reúne 14 respondentes, na questão 24 teve média de 3,14, ficando próxima à alternativa “discordo, com ressalvas”, sendo que na questão 37 a média foi de 5,79, aproximando-se da alternativa “concordo totalmente”. Neste *cluster* se percebe a presença de sujeitos que veem a importância da adoção de iniciativas socioambientais pelas organizações, no entanto possuem uma visão crítica sobre o Campus ser considerado um local seguro, *discordando em parte* desta afirmação. Para estes sujeitos, se fazem necessárias ações para compreender que fatores transmitem insegurança no Campus, direcionando as ações para sanar estes.

Com o objetivo de melhor compreender e relacionar as respostas dos questionários com a realidade socioambiental do Campus PM, para posterior delineamento de ações que intervenham positivamente neste sentido, a Comissão de Gestão Ambiental do Campus PM realizou um diagnóstico, conforme o que propõe a A3P, que se apresenta na sequência.

### 5.3 DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO CAMPUS PM

Pretende-se, nesta seção, apresentar um breve diagnóstico da situação ambiental do Campus de Palmeira das Missões, em atendimento ao objetivo “c) *realizar um diagnóstico socioambiental do Campus PM, conforme o que propõe o MMA (2017a), junto à Comissão de Gestão Ambiental do Campus*”. O diagnóstico foi realizado pela referida Comissão, da qual a



autora é membro. As discussões foram registradas nas atas das reuniões, e o levantamento dos dados para o diagnóstico consta em planilha, sendo que foi realizado com base na metodologia proposta pela A3P.

O Campus PM não possui, até a presente data, um Plano de Gestão Ambiental, de forma que carece de ações neste sentido. A existência do PLS pode ser entendida como o Plano de Gestão Ambiental institucional, cujas ações são abrangentes, entretanto, não abordam especificidades dos campi, de forma que as ações de sensibilização e capacitação concentram-se no Campus de Santa Maria, com menos iniciativas institucionais nos campi fora de sede.

Isto se deve, principalmente, ao fato de os membros das Comissões do PLS e de Planejamento Ambiental (COMPLANA) serem servidores lotados no Campus sede, além de a diversidade de áreas de atuação dos docentes neste Campus ser maior, de forma que se permite maior integração de diferentes ações sustentáveis, elaboradas e executadas por diferentes sujeitos da comunidade acadêmica.

Ressalta-se, ainda, o fato de este trabalho ser de responsabilidade de Comissões, e não um setor administrativo, fato que faz com que as atividades dos setores de lotação dos servidores sejam realizadas com prioridade, em detrimento das ações ambientais, conforme foi verificado na fala dos membros da Comissão do PLS.

Muitas ações ambientais realizadas nos campi são isoladas e voluntárias, conforme é destacado no PDI 2016-2026 e nas respostas aos questionários da Comunidade Acadêmica do Campus PM, corroborando, ainda, o que colocam Esteves e Falcoski (2012). Reforça-se, portanto, a necessidade de um canal de comunicação único, no sentido de divulgar todas as ações e permitir que os executores atuem em conjunto, e viabilizando a continuidade das ações. Neste sentido foi criado o UMA – UFSM Sustentável ([ufsm.br/uma](http://ufsm.br/uma)), com o objetivo de centralizar informações e divulgar ações ambientais realizadas na UFSM.

O levantamento realizado por meio do questionário, na seção anterior, demonstra que a comunidade acadêmica de Palmeira das Missões, de forma geral, carece de informações e não possui conhecimento das ações socioambientais realizadas pelo Campus, bem como sugere ações que poderiam ser realizadas neste sentido. A proposta de criar um Plano de Gestão Ambiental para o Campus PM visa a uma atuação específica junto à realidade local, por meio de ações e interações com a comunidade acadêmica de forma contínua.

Para atuar neste sentido, foi aprovada pelo Conselho do Campus no ano de 2017 a criação de uma Comissão de Gestão Ambiental (CGA). A elaboração deste Plano se dá por meio da metodologia proposta pela A3P, e são tomados, como base, os objetivos do PLS,

buscando consonância com a proposta institucional e direcionando as ações à comunidade acadêmica de Palmeira das Missões. Os dados necessários ao diagnóstico socioambiental do Campus foram levantados em conjunto e discutidos em reuniões pela Comissão de Gestão Ambiental, no período de agosto a outubro do ano de 2017, relativos aos anos de 2016 e 2017 (até a data da coleta).

O Campus PM se localiza na entrada sul da cidade, em uma área de 70 hectares, cercado por propriedades rurais, empreendimentos privados, e a Avenida Independência, que dá acesso ao Campus. Partes da divisa do território do Campus se dão por córregos, devidamente protegidos pelas Áreas de Preservação Permanente. Não há um relatório técnico sobre as espécies de fauna e flora do Campus. O Horto Florestal, que se localiza em faixa de terra contínua à área do Campus, está em fase de transição, visto que era parte da Prefeitura Municipal, e articula-se a cedência da área para a UFSM, objetivando futuramente implantar um Jardim Botânico neste espaço.

Conforme consta no PDI 2016-2016 (UFSM, 2016b), dentre os campi da UFSM, apenas o de Cachoeira do Sul foi licenciado corretamente. Os campi de Frederico Westphalen e Palmeira das Missões não possuem licenciamento ambiental, e o Campus de Santa Maria está em processo de licenciamento desde o ano de 2014, processo coordenado pelo Setor de Planejamento Ambiental da PROINFRA. O órgão responsável por licenciar, fiscalizar e autuar é a FEPAM-RS.

Com relação ao **Eixo 1, uso racional dos recursos naturais e bens públicos**, verificou-se que o abastecimento de água do Campus PM se dá por meio de poço artesiano. Um medidor permite conferir a quantidade de água consumida. Entretanto, para tal seria necessário um acompanhamento contínuo e anotação das informações, ação que não é realizada atualmente. Sendo assim, se desconhece a quantidade de água consumida no Campus.

A PROINFRA realiza com frequência semestral testes de potabilidade da água, repassados ao Setor de Infraestrutura do Campus PM. Estes testes não são divulgados para a Comunidade Acadêmica, embora possam ser solicitados. No que diz respeito a destinação dos rejeitos, todos os prédios contam com sistema de esgoto e fossa.

A energia elétrica do Campus é fornecida pela Rio Grande Energia (RGE). Entre setembro de 2016 e agosto de 2017, o consumo de energia elétrica do Campus foi de 434.311.429 KwH, totalizando um gasto de R\$ 321.838,81, informações retiradas diretamente das contas emitidas pela RGE.

Assim como no Campus de Santa Maria, os prédios não possuem medidores individuais, não sendo possível identificar a origem do consumo de forma detalhada. Isto se aplica inclusive aos locais de uso das empresas terceirizadas, como a Lancheria e o Restaurante Universitário, que possuem prédios próprios e se cobra um valor estimado mensal referente à energia elétrica, e a empresa de cópias reprográficas, que se localiza em uma sala no Prédio Principal.

O Relatório SIE “5.4.3.35 – Consumo por Unidades – Detalhado”, permite verificar o consumo dos materiais adquiridos por meio do Almoxarifado, e o Relatório SIE “2.3.9.25 – Itens Empenhados por Gestora e Período”, permite verificar o consumo dos itens adquiridos por meio de empenhos, ambos possibilitando a identificação das subunidades consumidoras. As solicitações são realizadas no SIE por Departamento (para os docentes) ou pela Direção (setores administrativos).

Este levantamento inicial identificou o consumo total do Campus (não estratificando por fonte de consumo) de alguns itens que podem ser foco de ações de conscientização para mudança no padrão de consumo, conforme se verifica na Tabela 27. Reforça-se que o consumo do ano de 2017 foi levantado até o final do mês de outubro.

No ano de 2016, o consumo total foi de 228.350 folhas de papel, destes, apenas 17,52% foram papéis reciclados. No ano de 2017, o consumo total foi de 202.261 folhas, sendo que o papel reciclado correspondeu a 24,47% deste total, aumentando em relação ao ano anterior. Se percebe também um aumento no consumo de papel de forma geral, visto que a média mensal no ano de 2016 foi de 19.029 folhas, enquanto no ano seguinte a média mensal foi de 20.226 folhas.

Se percebe, ainda, que o custo do papel reciclado é menor, com relação aos demais. É válido destacar que o papel timbrado é o mais caro, o que pode ter elevado o valor dos papéis não reciclados. Os valores dos produtos do Almoxarifado variam conforme a quantidade em estoque e a quantidade comprada, de forma que há variação nos preços sempre que há uma nova compra. Por este motivo, as pequenas variações de preço não foram levadas em consideração neste primeiro momento.

Embora a UFSM não possua uma determinação de que os documentos oficiais devam ser impressos em folha timbrada, há servidores que têm este entendimento, inclusive com relação às provas. Não há orientação formal sobre o tema, de forma que fica a critério dos servidores a utilização de cada tipo de papel.

Tabela 27 - Consumo de recursos da Unidade (2016 a out. 2017)

Item	Ano de consumo	Quantidade consumida	Unidade	Gasto (R\$)	Fonte dos dados	Critério sustentável/ Observações
Papel reciclado	2016	40.000	Folha	R\$ 857,25	Relatório SIE 5.4.3.35	Sim
	2017	49.500		R\$ 1.063,50		
Papel branco, timbrado, e colorido	2016	188.350	Folha	R\$ 5.027,78	Relatório SIE 5.4.3.35	Não
	2017	152.761		R\$ 4.607,98		
Toner - impressoras Campus	2016	24 (+6)	Unidade	R\$ 3.349,96	Relatório SIE 5.4.3.35 e 2.3.9.25	Sim, alguns modelos reciclados, e alguns é possível recarregar. 2016: 12 novos, 12 reciclados, e 6 recargas. 2017: 15 novos e 18 reciclados
	2017	33		R\$ 2.200,14		
Toner - impressoras locadas	2016	33	Unidade	-	Site da empresa	Sim. Contrato anual de R\$1.718,99 para cada impressora, para 1.500 cópias/mês. Contempla substituições de toner e manutenção.
	2017	30				
Cópias impressoras locadas	2016	207.682	Cópias	-	Site da empresa	Sim, sistema de ilhas de impressão, opção frente-verso (2016: 17,57%, 2017: 23,8% das vezes)
	2017	106.976				
Copos plásticos	2016	5.800	Unidade	R\$ 129,09	Relatório SIE 5.4.3.35	Não
	2017	11.300		R\$ 230,46		
Copos biodegradáveis	2016	1.100	Unidade	R\$ 179,00	Relatório SIE 5.4.3.35	Sim
	2017	200		R\$ 23,00		
Marcadores de quadro branco	2016	231	Unidade	R\$ 577,52	Relatório SIE 5.4.3.35	Não
	2017	0		-		
Marcadores recarregáveis	2016	33	Unidade	R\$ 97,35	Relatório SIE 5.4.3.35	Sim
	2017	304		R\$ 822,42		
Envelopes	2016	2.385	Unidade	R\$ 329,63	Relatório SIE 5.4.3.35	Não
	2017	2.082		R\$ 268,09		
Lâmpadas	2016	460	Unidade	R\$ 2.979,98	Relatório SIE 5.4.3.35	Parcialmente. 2016: 370 fluorescentes, 70 de vapor de sódio, 20 ecológicas. 2017: 102 fluorescentes, 5 de vapor de sódio
	2017	107		R\$ 546,94		
Gás de cozinha	2016	3.386	Kg	R\$ 19.675,00	Relatório SIE, RU e Sulclean	Não. Consumo médio: UFSM: 68 kg/ano. RU: 2.160kg/ano. Cozinha servidores: 78kg/ano. Lancheria: 1.080kg/ano.
	2017	1.693		R\$ 10.118,00		
Gasolina veículos	2016	11.096	Litros	R\$ 53.787,34	Setor de Infraestrutura	Não.
	2017	6.891		R\$ 26.466,87		
Óleo - manutenção veículos	2016	30	Litros	R\$ 2.121,00	Setor de Infraestrutura	Não
	2017	23		R\$ 1.809,68		
Pneus - manutenção veículos	2016	8	Litros	R\$ 2.593,00	Setor de Infraestrutura	Não.
	2017	10		R\$ 3.724,00		

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Ao final do ano de 2015 foram adquiridas as primeiras impressoras locadas, visando sua utilização no sistema de ilhas. O contrato com a empresa terceirizada prevê a reposição do toner sempre que necessário, e manutenção das impressoras, sem custo adicional. Estas impressoras permitem impressão frente e verso e discriminam informações como a quantidade de cópias realizadas. Esta ação foi decorrente do PLS.

O objetivo inicial era que não fossem mais compradas impressoras pela Instituição, reduzindo assim os resíduos gerados, tanto o equipamento quanto os cartuchos e toners, visto que há uma significativa variedade de marcas e modelos, o que dificulta inclusive a licitação destes itens. Houve, entretanto, resistência por parte de servidores, que preferem ter impressoras individuais em suas salas, conforme ressaltado por PLS5, membro da Comissão do PLS. Este fato se repete no Campus de Palmeira das Missões

Atualmente existem oito impressoras locadas no Campus PM, sendo quatro para setores administrativos e quatro para os departamentos (sendo que Administração e Ciências Econômicas utilizam em conjunto). Se percebe uma diminuição no número de cópias nas impressoras locadas no ano de 2017 em relação ao ano anterior. Entretanto, não é possível quantificar as cópias das impressoras patrimoniadas que se localizam nas salas, de forma que não há como saber se esta redução do número de impressões aconteceu de fato, ou se os servidores estão optando por utilizar impressoras individuais ou, ainda, o serviço de cópias reprográficas.

O que se pode perceber neste sentido, é que o número de toners adquiridos para as impressoras individuais aumentou de 2016 para 2017, com uma média, respectivamente, de 2,5 para 3,3 toners por mês. Alguns modelos de toners, entretanto, são encaminhados para recarga via Almoxarifado, sem serem identificados como compras, o que deixa este levantamento, de certa forma, impreciso. É necessário um controle neste sentido. Um ponto positivo com relação a este tema, é que as impressões em modo frente e verso aumentaram de um ano para outro nas impressoras locadas, correspondendo a 17,57% em 2016 e 23,8% em 2017.

Com relação ao consumo de copos descartáveis, se verifica que além de a quantidade adquirida ter quase duplicado de 2016 para 2017, o percentual de copos biodegradáveis adquiridos por ano reduziu consideravelmente. Pelo que se levantou nas reuniões, a quantidade adquirida no ano de 2016 foi para a realização de uma semana acadêmica, o que não se repetiu no ano seguinte.

Se destaca, com relação aos copos descartáveis, que a opção biodegradável chega a ser mais de quatro vezes mais cara com relação aos copos plásticos. Por ser uma considerável

diferença de preço, e os recursos do Campus serem limitados e cada vez mais escassos, em decorrência da situação econômica nacional, a opção pela aquisição de copos biodegradáveis tende a ser de difícil conscientização. O que se tem são iniciativas do curso de Ciências Biológicas, que em suas semanas acadêmicas disponibilizam um copo de acrílico aos inscritos, o que se mostra uma alternativa viável e mais sustentável.

O Campus não conta com copos de acrílico ou de vidro em grandes quantidades, que seriam uma alternativa sustentável, o que também se aplicaria para utensílios como pratos, colheres e garfos plásticos descartáveis, que embora no ano de 2016 não tenha sido verificada a compra destes, no ano de 2017 se verificou a compra de 640 pratos, 250 garfos e 900 colheres plásticas.

Por sua vez, os marcadores de quadro branco são disponibilizados atualmente apenas no modelo recarregável. Esta ação se deve a uma iniciativa do DEMAPA. Por este motivo, no ano de 2017 não houve aquisição dos modelos não recarregáveis. No ano de 2017, por iniciativa do Campus de Palmeira das Missões, foi adquirida uma grande quantidade de marcadores de quadro branco para disponibilidade nos estojos das salas de aula, sendo que antes estes eram comprados pelos docentes ou ficavam nas próprias salas de aula.

É importante destacar que, apesar de o marcador ser recarregável, não há a tinta ou cartucho para recarga disponível no Almoxarifado, o que faz com que, mesmo sendo de modelos recarregáveis, estes sejam descartados. Não foi possível verificar se esta falta de disponibilidade da tinta foi por problemas licitatórios que não permitiram a compra, ou se houve uma compra pelo Almoxarifado e o estoque acabou, embora durante todo o ano, não houve aquisição deste item por parte do Campus PM.

As primeiras salas de aula construídas contavam com quadro negro. Hoje, todas as salas de aula possuem quadros brancos, sendo que em algumas foram mantidos os quadros negros. As discussões das reuniões levam ao entendimento de que os quadros brancos geram maior resíduo, tanto por parte dos marcadores, quando comparados ao giz, como pelo próprio quadro branco, que com o tempo precisa ser substituído devido a apresentar marcas que não apagam. Isto se deve tanto à utilização de marcadores impróprios, como à limpeza realizada com álcool ou outro produto abrasivo. O Prédio Novo, inaugurado em 2018, apresenta os quadros brancos de vidro, opção mais sustentável e que não é prejudicada por produtos abrasivos.

O consumo de envelopes também é passível de ação de conscientização. Se verifica uma média de em torno de 198 envelopes por mês no ano de 2016 e 208 no ano de 2017. Esta quantidade é o equivalente a cerca de 20 envelopes por ano por servidor. Foram considerados

neste levantamento todos os modelos de envelopes. Alguns servidores utilizam os envelopes para enviar documentos, por meio do malote, para outros campi.

É válido destacar que uma das maiores fontes de consumo de envelopes são os concursos e seleções públicas para docente, visto que a Resolução que normatiza este processo prevê que cada avaliador utilize um envelope por candidato para cada prova realizada, de forma que cada envelope é lacrado com apenas uma ficha de avaliação, sendo descartado após a divulgação do resultado. Portanto, supondo que um concurso para professor, cuja comissão avaliadora é composta por três docentes, tenha cinco candidatos em cada uma das quatro provas (escrita, títulos, defesa de produção intelectual e didática), serão utilizados, no mínimo, 60 envelopes.

As lâmpadas nos prédios do Campus PM são, em sua maioria, nos modelos tubulares fluorescentes. Nas áreas externas, são utilizadas as de vapor de sódio. Para ambos os casos há alternativas mais sustentáveis e ambientalmente corretas. Se verifica a aquisição de 20 lâmpadas econômicas compactas (consideradas ecológicas na descrição do Almojarifado) no ano de 2016, porém, diante da quantidade total adquirida, de 460 unidades, este valor não é significativo. Conforme relatado na entrevista por PLS1 e PLS5, membros da Comissão do PLS, a Comissão de Eficiência Energética determinou recentemente que só devem ser adquiridas lâmpadas *led*, o que já se verifica como um importante avanço neste sentido.

O gás de cozinha adquirido pelo Campus é destinado a alguns laboratórios de ensino e pesquisa, sendo a principal fonte de consumo o Laboratório de Técnica e Dietética do Departamento de Alimentos e Nutrição, com um consumo médio de 68Kg por ano. O gás consumido pelas empresas terceirizadas é adquirido por estas, sendo que o consumo médio anual do Restaurante Universitário é de 2.160Kg, e da Lancheria, de 1.080Kg. Outra fonte de consumo é a cozinha dos servidores, e para este local o gás é adquirido pelos próprios usuários, tendo um consumo médio de 78Kg por ano, porém, após a aquisição da ‘quentinha’, equipamento elétrico que disponibiliza água quente para o chimarrão, o consumo do gás na cozinha dos servidores tende a diminuir.

O Setor de Infraestrutura é responsável pela gestão dos veículos, sendo realizado controle de gastos com combustível, pneus e óleos, bem como a quilometragem percorrida, sendo possível levantar as médias de consumo por veículo. O Campus PM conta com cinco veículos para deslocamento, a saber: uma Ranger, uma Spin, e três Paratis, todos a gasolina. Se verifica na tabela 27 uma diminuição nos gastos com combustível e óleo para manutenção, considerando os anos de 2016 e 2017.

As viagens são constantes, tanto para as aulas práticas dos cursos da área da saúde, cujos campos de prática se localizam em cidades próximas, como para as reuniões de comissões e conselhos, realizadas no Campus de Santa Maria, entre outras eventuais necessidades. Sempre que possível, o Setor busca conciliar as viagens com diferentes objetivos, visando otimizar a utilização dos veículos, embora se verifique que alguns usuários têm certa resistência com relação aos horários de saída ou retorno, quando há necessidade de adaptação para esta otimização.

Apenas os motoristas, terceirizados, podem dirigir os veículos, salvo exceções devidamente justificadas. Este fator por vezes prejudica a otimização dos veículos, quando há atividades em turnos diferentes, visto que, conforme legislação trabalhista, os motoristas não podem trabalhar mais de oito horas corridas, considerando desde o horário de saída até a chegada, o que para cidades distantes é um complicador.

No que tange ao **Eixo 2, gerenciamento de resíduos sólidos**, a cidade de Palmeira das Missões iniciou a coleta seletiva no mês de junho de 2017. No Campus, encontram-se nas salas e corredores, em geral, duas lixeiras, identificadas para lixo seco e orgânico, por ação do projeto Visão Coletiva, conforme já relatado. Entretanto, nem todas as salas possuem duas lixeiras e, às vezes, os sacos de lixo ficam sobre a identificação das mesmas, o que acarreta na mistura de alguns resíduos. Além disso, a coleta seletiva municipal exige a separação em três lixeiras, seco, úmido e rejeitos. O Campus conta também com contêineres para que a empresa recolha os resíduos.

A coleta por parte do município se dá por empresa terceirizada, em dias diferentes para lixos seco, e úmido e rejeitos, conforme o bairro. O próprio município vem enfrentando alguns problemas na coleta, devido à população, por vezes, desconhecer como realizar a separação correta, pois há casos em que não há separação, casos de disposição nos dias errados, e ainda a mistura de resíduos que tem coleta separada (lâmpadas, pilhas, isopores, galhos, eletrodomésticos, óleo) junto aos demais, como evidenciado por Maturana (2018) em matéria de jornal de circulação local.

Este problema, pelo que se verifica nas manifestações registradas nos questionários, também ocorre no Campus PM. Vale destacar aqui a responsabilidade compartilhada, determinada na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, que institui a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos para todos os membros da cadeia, cujo objetivo é de que se promova o aproveitamento dos resíduos, reduza a geração destes e os danos ambientais, incentive boas práticas de responsabilidade socioambiental, entre outros.



Destaca-se que é perceptível o desconhecimento por parte da comunidade acadêmica de forma geral, sobre a forma correta de separação, conforme relatos na seção anterior. Os funcionários terceirizados, responsáveis pela limpeza e recolhimento dos resíduos nas salas, também carecem de capacitação neste sentido.

Os materiais de conscientização utilizados no Campus sede não se aplicam ao município de Palmeira das Missões, visto que aquela cidade possui empresas que reciclam determinados itens, o que não se repete nesta cidade, implicando em diferentes separações e destinações conforme o município. Ainda, o Campus PM conta com contêineres nas cores vermelha e cinza, diferentes das cores utilizadas no Campus Santa Maria e respectivo material de conscientização.

A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Palmeira Verde, única associação desta natureza no município, é constituída por catadores que atuam de forma predominantemente individual, visto que a Associação não possui sede para recebimento, armazenamento e triagem dos resíduos. Pretende-se que, após o período incubação pela Incubadora Social da UFSM, a Associação esteja preparada para atuar como tal, podendo recolher os resíduos recicláveis gerados pelo Campus PM, em atendimento ao Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

No que tange aos resíduos orgânicos, o Campus conta com duas composteiras, uma destinada a carcaças de animais, e outra para resíduos orgânicos, ambas iniciativas de uma mesma docente. Entretanto, encontram-se paradas, conforme relato na seção anterior, por falta de pessoal para colaborar.

Com relação aos resíduos químicos e biológicos, a coleta é realizada por empresa terceirizada, sendo o contrato abrangente a todos os campi da UFSM. As coletas, realizadas sem cronograma previamente definido, são comunicadas com breve antecedência, sendo que os servidores responsáveis por cada laboratório devem quantificar e informar à servidora responsável, os resíduos a serem recolhidos. As embalagens de armazenamento são fornecidas pela empresa terceirizada.

Alguns produtos químicos têm o uso controlado pelo Exército, sendo que cada Unidade possui o respectivo responsável por esse controle dentro da Instituição, para posteriormente repassar as informações de uso. Entretanto, as compras destes produtos não vem automaticamente ao conhecimento deste responsável, de forma que se carece de um protocolo neste sentido. Assim como no Campus de Santa Maria, não há uma Central de Gerenciamento de Resíduos.

A UFSM possui protocolo para desfazimento de eletroeletrônicos e mobiliário, embora se priorize sempre o conserto dos itens, conforme informações do Setor de Patrimônio. A Divisão de Patrimônio da UFSM (DIPAT), com relação ao conserto, orienta para a utilização do Decreto 99.658/90, que em seu artigo 3º define que a classificação de item "recuperável" seria quando o orçamento de conserto é de até 50% do valor de mercado do item, visto que acima disso verifica-se a questão do conserto antieconômico, embora seja analisado caso a caso.

No caso dos Eletroeletrônicos, constatada necessidade de conserto, o Núcleo de Tecnologia da Informação do Campus encaminha o equipamento ao Laboratório de Manutenção em Informática (LAMI) no Campus Santa Maria. Se constatado como antieconômico ou inviável o conserto, por item obsoleto, é encaminhado para baixa patrimonial. A Comissão de Baixa Patrimonial do Campus PM emite o Termo de Exame e Averiguação de Material, e o descarte do item fica a cargo da DIPAT.

Com relação aos mobiliários, um servidor terceirizado é quem verifica a possibilidade de conserto, e também segue a orientação quanto à classificação como conserto antieconômico ou inviável. A Comissão de Baixa Patrimonial do Campus PM é quem emite o Termo de Exame e Averiguação de Material, entretanto, o descarte destes itens ainda não possui protocolo definido, ficando os itens acumulados até o momento, embora não se tenha levantado o local de descarte. Conforme o Setor de Patrimônio, para evitar grandes acúmulos, se busca ao máximo o conserto de móveis e equipamentos.

No que tange ao **Eixo 3, qualidade de vida no ambiente de trabalho**, com relação às questões físicas do Campus PM, as estruturas são relativamente novas, visto que os prédios mais antigos possuem cerca de 10 anos, e outros ainda estão em construção. No entanto, se verificam problemas com infiltrações e goteiras, cedência de lajes, entre outros problemas estruturais decorrentes de má construção, que implicam em gastos para manutenção e concertos. Por outro lado, de forma geral, os ambientes são iluminados e arejados, com móveis em bom estado, cortinas e ar condicionado na maior parte das salas, proporcionando um ambiente agradável, o que já se abordou na seção anterior.

Os prédios do Campus PM, assim como a maioria dos demais da instituição, não contam com Plano de Prevenção Contra Incêndios. Se carece, também, de medidas de segurança em alguns laboratórios, como protocolos para casos de emergência, EPIs, EPCs e algumas adaptações físicas neste sentido. Contudo, o Campus PM pode ser considerado um local seguro de forma geral, como verificado anteriormente através do questionário, com

áreas verdes e de lazer, campo de futebol e quadra de vôlei de areia, e quiosques para integração dos acadêmicos e servidores.

A acessibilidade dos prédios, individualmente, é parcialmente adequada, apresentando elevador, banheiros adaptados, alguns setores administrativos com indicação em braile, rampas e acesso fácil a todas as salas. Entretanto, o ambiente externo deixa a desejar, visto que não há piso tátil nas calçadas, e não há calçadas ligando todos os prédios, sendo o acesso por meio de ruas de calçamento, à exceção dos Prédio Principal e Prédio FINEP.

Apesar disso, as calçadas são lisas, relativamente uniformes, sem desníveis ou obstáculos que possam dificultar o deslocamento. Os Prédios Principal e Finep, onde se localizam os setores administrativos e salas de aula, contam com duas vagas para portadores de deficiência em frente à porta de acesso. Vale destacar o fato de que uma das vagas não pode ser ocupada, devido a contar com um poste no local de acesso.

Ações de promoção à saúde e capacitação profissional são de responsabilidade da PROGEP. Se percebe, entretanto, que a maioria das ações neste sentido se concentram no Campus Santa Maria, devido ao número reduzido de servidores nos campi fora de sede, quando comparado ao número de servidores na sede. Alguns exemplos de ações de promoção à saúde realizadas no Campus Santa Maria são caminhadas orientadas, oficinas de yoga e pilates, disponibilidade de serviço odontológico grátis, entre outras.

Cursos de capacitação profissional, que abordam desde línguas estrangeiras até uso de *softwares*, também têm pouca oferta, e por vezes são realizados em apenas um turno por mais de um dia seguido, exigindo que os servidores dos campi fora de sede pernoitem em Santa Maria e fiquem um turno sem atividades, deixando o setor de lotação desassistido. A concentração de cursos e palestras em um mesmo dia, ou realização por videoconferência, poderia facilitar a adesão por parte dos servidores dos campi fora de sede. É frequente, também, que os setores que marcam reuniões institucionais não utilizem a videoconferência, mesmo sendo solicitado, exigindo o deslocamento dos servidores dos campi fora de sede.

O Viva o Campus, projeto que visa trazer a comunidade local para o Campus, proporcionando atividades de cultura e lazer, teve três edições no Campus de Palmeira das Missões, entretanto, ocorreram por iniciativa de alguns servidores do Campus que optaram por organizar o evento mesmo que acumulando com as atividades do setor, sendo que no Campus Santa Maria as atividades são organizadas pela PRE.

**O Eixo 4, sensibilização e capacitação dos servidores** é um dos que mais demandam ações, conforme constatado na seção anterior, junto da necessidade de divulgação das informações referentes às ações ambientais realizadas. Dentre as necessidades de

sensibilização verificadas pela Comissão de Gestão Ambiental, se entende que de forma geral são necessárias ações no sentido de conscientizar para a economia dos recursos naturais, sendo que estas se aplicariam a toda a comunidade acadêmica, abordando os itens do questionário relacionados ao Eixo 1, em conjunto ou em ações focando cada item.

Também se faz necessária, a toda a comunidade acadêmica do Campus PM, capacitação e sensibilização a respeito da separação correta dos resíduos. Neste sentido, os funcionários terceirizados responsáveis pela limpeza devem ser foco de capacitação específica, visto que estes são os atores cuja ação tem implicações significativas para a eficiência da coleta seletiva. No que tange a compras, por parte dos servidores, cabe uma capacitação no sentido de como descrever corretamente os produtos que se deseja comprar, com critérios sustentáveis e garantindo melhor qualidade dos produtos adquiridos por meio das licitações.

É necessário também um trabalho conjunto ao setor de divulgação institucional, tendo em vista a necessidade constante de reforçar a importância da colaboração de todos os sujeitos da comunidade acadêmica para que as ações socioambientais sejam eficientes.

Com relação ao **Eixo 5, contratações públicas sustentáveis**, as compras e contratações públicas na UFSM ficam sob responsabilidade do Demapa. Para a compra de um produto ou serviço, é necessário que este seja descrito detalhadamente. Quando se trata de produtos de uso comum, como mobiliários e eletrônicos, a descrição é realizada pelo DEMAPA; os produtos de expediente diário são disponibilizados pelo Almojarifado; e, aqueles produtos não contemplados pelo Demapa e Almojarifado, devem ser descritos pelo próprio servidor que tem interesse em adquiri-lo, o que pode variar de materiais simples de consumo até equipamentos complexos.

Além de descrever o item, é necessário providenciar a pesquisa de três preços do valor de mercado, encaminhar ao Demapa para licitação, e então o produto ficar disponível para compra do interessado. Entre a solicitação e a disponibilidade do item para compra, conciliando com a disponibilidade financeira do setor para adquirir o item, este processo pode demorar cerca de um ano.

Se percebem iniciativas no sentido de incluir critérios sustentáveis na descrição de produtos e serviços, algumas decorrentes do PLS, por parte do Demapa, a exemplo das compras compartilhadas, contratos para locação de impressoras a serem utilizadas em ilhas e com opção de impressão frente e verso, exigência de etiquetas de conservação de energia para ares condicionados, entre outros, principalmente nos produtos e serviços cujas descrições são realizadas pelo próprio setor, padronizados para a Instituição.

Para os produtos disponíveis no almoxarifado, o servidor consegue verificar, na lista de itens, se os mesmos se classificam ou não como *sustentáveis*. Esta classificação permite quantificar a quantidade de itens sustentáveis e não sustentáveis adquiridos. Para os empenhos, entretanto, não há esta classificação, sendo que os critérios precisariam ser observados na própria descrição do item, o que dificulta a quantificação das aquisições de produtos sustentáveis.

Com o objetivo de levantar as aquisições do Campus PM, a Tabela 28 apresenta alguns produtos adquiridos nos anos de 2016 e 2017 (até outubro). Este levantamento se faz importante para comparação posterior com a quantidade de desfazimentos realizados. Os dados foram oriundos do Relatório SIE 2.3.9.25.

Tabela 28 - Aquisições do Campus PM (2016 a out. 2017)

Ano	Item	Quantidade comprada	Unidade	Gasto (R\$)
2016	Impressoras	0	Unidade	-
	CPUs e monitores	14	Unidade	R\$ 41.065,00
	Ar condicionado	6	Unidade	R\$ 6.924,00
	Carteiras escolares (classe+cadeira)	0	Conjunto	-
	Mesas (administrativo)	19	Unidade	R\$ 10.728,75
	Armários e similares	46	Unidade	R\$ 19.053,55
2017	Impressoras	0	Unidade	-
	CPUs e Monitores	23	Unidade	R\$ 53.807,00
	Ar condicionado	14	Unidade	R\$ 29.049,96
	Carteiras escolares (classe+cadeira)	344	Conjunto	R\$ 143.807,10
	Mesas (administrativo)	7	Unidade	R\$ 3.000,90
	Armários e similares	14	Unidade	R\$ 5.425,49

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Não é possível, apenas com estes dados, fazer uma análise da vida útil dos bens adquiridos. Se faz necessário o conhecimento dos dados de desfazimento do Campus PM no que tange a móveis e eletroeletrônicos, os quais ainda não foram verificados pela Comissão de Gestão Ambiental. Se verifica que, para o Campus PM, não foram adquiridas impressoras nos últimos anos. Se destaca este como um ponto positivo resultante de ação do PLS. A relevante aquisição de carteiras escolares no ano de 2017 deve-se ao fato de o Prédio Novo de salas de aula ter sido mobiliado na época.

De forma geral, o orçamento para aquisição de material permanente vem reduzindo nos últimos anos, o que faz com que estes sejam aplicados em itens que sempre são necessários, como computadores, mesmo que no momento da compra não tenha destinação específica. A questão orçamentária implica também nas impressoras, visto que a aquisição

destas demandaria recursos da rubrica de material permanente, enquanto os recursos para locação são oriundos da rubrica de serviços de terceiros, recursos estes que são menos escassos.

Com relação aos contratos de serviços de terceiros, foram levantados os contratos com a Sulclean, separados em limpeza, vigilância, manutenção e motoristas; Restaurante Universitário, lancheria, impressoras locadas, empresa coletora de resíduos químicos e biológicos, serviços de transporte coletivo, entre outros, geralmente relacionados a manutenção. Nem todos os contratos foram localizados neste primeiro momento, visto que alguns não possuíam cópias arquivadas no Campus PM.

No contrato com a lancheria, identificaram-se apenas duas cláusulas relevantes no que tange à sustentabilidade: a cláusula primeira, subcláusula primeira, especifica que a empresa deve “fornecer medidor de energia elétrica para leitura mensal do consumo de energia elétrica”; e a cláusula nona, subcláusula segunda, “Do Recolhimento Do Lixo”, coloca que a empresa “deverá manter recipientes adequados ao recolhimento seletivo do lixo [...]”. Ambas cláusulas não são cumpridas atualmente. O contrato com o Restaurante Universitário prevê, neste sentido:

“6.23. Adotar boas práticas de otimização de recursos/ redução de desperdícios/menor poluição, tais como:  
6.23.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;  
6.23.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;  
6.23.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;  
6.23.4. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição e reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;  
3.51. Recolher os resíduos e destinar em locais indicados pela fiscalização do Campus Palmeira das Missões;  
3.52. Providenciar destino para as sobras de alimentos;  
3.13. Preferencialmente 30% dos gêneros alimentícios providos da Agricultura Familiar.”

A aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar nem sempre é possível, visto que é necessária adequação por parte dos produtores, para que estes possam fornecer os alimentos. Quanto aos demais itens do contrato, em destaque, a atuação do curso de Nutrição e a supervisão da Nutricionista responsável são fatores que implicam positivamente na execução destas práticas, o que contribui para que as mesmas sejam cumpridas.

O Campus PM conta com oito impressoras terceirizadas, que tem um custo anual de R\$1.718,99 para 1.500 cópias/mês, conforme Relatório “5.5.99.03.28 Extratos de Contratos

ou Registros de uma Unidade Administrativa”, sendo que este contrato contempla manutenção das impressoras e substituição dos toners sempre que necessário, diminuindo a quantidade de resíduos gerados pela UFSM neste sentido.

Se observa, porém, uma má distribuição destas, nos casos em que salas vizinhas possuem impressoras locadas, enquanto alguns servidores precisam se deslocar para outro prédio para utilizar a de seu respectivo departamento, o que faz com que as impressoras patrimoniadas ainda sejam utilizadas. Há também, impressoras que ultrapassam o limite de cópias estipuladas no contrato, enquanto outras utilizam menos da metade das cópias contratadas. Essas informações podem ser verificadas nos relatórios mensais encaminhados à terceirizada.

O contrato com a empresa de transportes coletivos se faz necessário pois o Campus PM não conta com ônibus para as viagens acadêmicas, assim como o Campus de Frederico Westphalen. A utilização de um ônibus institucional pelos campi fora de sede implica em arcar com o deslocamento destes de Santa Maria até Palmeira das Missões, além da cidade de destino, o que torna este serviço oneroso para o solicitante.

O contrato com empresa terceirizada contempla veículos com 15, 20 e 44 lugares, e, para distâncias inferiores a 791 quilômetros, torna-se a opção mais vantajosa. No ano de 2016, este serviço foi contratado para um total de 12.439km, para viagens acadêmicas, correspondendo a R\$56.388,71. No ano de 2017, a quantidade de quilômetros contratados reduziu para 7.991km, o equivalente a R\$31.740,68. Os valores variam conforme o tamanho do veículo, e dobram para percursos em estrada de chão.

No que diz respeito ao **Eixo 6, construções públicas sustentáveis**, as construções na UFSM são de responsabilidade da PROINFRA, e alterações estruturais demandam autorização e acompanhamento dos engenheiros lotados neste setor. A Instrução Normativa 01/2010 – MPOG e o Decreto 7.746/2012 citam critérios sustentáveis a serem adotados nas construções públicas. Em relação aos equipamentos de climatização, como já citado, são disponibilizados, pelo Demapa, aqueles com etiqueta de eficiência de energia elétrica.

A automação da iluminação se verifica apenas em alguns banheiros no Campus PM, e eventualmente o sensor apresenta falhas. As lâmpadas ainda são predominantemente fluorescentes, entretanto, com a definição do Demapa e da Comissão de Eficiência Energética, de aquisição apenas de modelos *led*, espera-se que esta realidade em breve seja modificada. O uso de energia solar ainda não é amplamente utilizado na UFSM, sendo que estudos vem sendo realizados neste sentido.

As torneiras, em geral, são dos modelos de pressão, que visam a economia de água. Entretanto, verificou-se que, após estragarem, algumas foram substituídas pelos modelos convencionais. Se faz necessária uma revisão e manutenção constante do sistema hidráulico em geral, a exemplo da pressão e tempo do jato das torneiras, bem como das descargas dos banheiros, que constantemente encontram-se com vazamentos. Neste sentido, o Campus PM carece de um canal de comunicação para que os problemas verificados possam ser informados imediatamente por qualquer membro da comunidade acadêmica.

A captação de água da chuva, embora contemplada nos projetos de algumas das construções, não é utilizada devido a problemas estruturais, como a cedência de lajes, o que faz com que estes sistemas sejam inutilizados em alguns casos. O Prédio Novo e um laboratório, entregues no ano de 2018, possuem este sistema disponível, embora não estejam em funcionamento devido à orientação dos responsáveis pela manutenção. Os destiladores de água também poderiam ser foco de atenção no sentido de reutilizar a água que atualmente é desperdiçada.

As questões técnicas de materiais utilizados na construção e etiquetagem de edifícios não são de conhecimento dos membros da Comissão de Gestão Ambiental e da autora desta pesquisa até o momento, bem como não podem ser executadas a nível de Unidade, visto que a PROINFRA é responsável, de forma que não foram abordados neste primeiro levantamento.

Os dados apresentados, aliados às respostas da comunidade acadêmica nos questionários, bem como às informações levantadas em entrevistas com os membros da Comissão Gestora do PLS e o próprio Plano, desencadearam uma proposta de discussão de um Plano de Gestão Ambiental para o Campus de Palmeira das Missões, que já se encontra em fase de elaboração pela Comissão de Gestão Ambiental deste Campus. A seguir, apresentam-se sugestões de ações, considerando-se as informações apresentadas nesta pesquisa.

#### 5.4 SUGESTÕES DE AÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DO CAMPUS PM

Esta seção visa atender ao objetivo “*d) propor ações para a elaboração de um Plano de Gestão Socioambiental para o Campus PM*”, e foi elaborada com base nos levantamentos realizados e apresentados nas seções anteriores. Embora a UFSM não possua uma política de gestão ambiental clara, como consta no PDI 2016-2026 (UFSM, 2016b), este documento traz as diretrizes que devem ser observadas, e o PLS 2016-2018, por sua vez, é o documento que



se equivale a um plano de gestão ambiental institucional. Estes documentos, portanto, devem ser levados em consideração na definição das ações voltadas ao Campus PM.

Destaca-se inicialmente a necessidade de comunicação entre a Comissão de Gestão Ambiental do Campus PM com a COMPLANA e Comissão Gestora do PLS, no sentido de haver um alinhamento das definições relacionadas à gestão ambiental na Instituição. Esta comunicação pode se dar por meio de representatividade do Campus PM na COMPLANA. O UMA também deve ser utilizado como canal de comunicação institucional, com o objetivo de divulgar as ações realizadas no Campus PM, entretanto, ações locais de divulgação, sensibilização e capacitação se fazem necessárias, para atingir diretamente a comunidade acadêmica da Unidade.

A análise de Gazzoni (2014) apresentou algumas dificuldades encontradas no processo de elaboração do PLS, como a extensão territorial do campus (de Santa Maria), o curto prazo de tempo para desenvolvimento do processo, a falta de apoio das Direções e da Reitoria, e ainda a conscientização das pessoas e a falta de tempo destas para discutir ações e planejar rotinas. Todos estes fatores novamente se confirmaram nas entrevistas desta pesquisa na seção 5.1, bem como corroboram o que colocam Jabbour e Jabbour (2013), sobre a resistência à mudança e não visualização do tema com a devida importância.

Além da extensão territorial do campus sede, deve ser considerada a distância dos demais campi. A proposta de elaboração de um Plano com ações específicas para o Campus PM vem justamente neste sentido, visto que, conforme se verificou nos questionários, a comunidade acadêmica deste Campus não percebe as ações realizadas no Campus sede, além de 75% dos respondentes não saberem responder se a UFSM possui um PLS. Se sugere, portanto, que as ações de sensibilização sejam realizadas a nível de Unidade, por meio de subcomissões, vinculados à COMPLANA, ou ainda, por meio de projetos vinculados a um programa institucional neste sentido, embora este não exista atualmente.

Conforme os relatos apresentados na seção 5.1, se verificou a dificuldade na definição de indicadores para monitoramento e avaliação de algumas ações do PLS. Neste sentido, se destaca a importância de definir indicadores possíveis de serem verificados ou quantificados. No momento da definição destes, deve também ser definido de onde serão retirados os dados para mensuração, quais relatórios, documentos ou setores contêm estas informações de forma clara e acessível.

Para o que não for possível mensurar ou definir um indicador adequado, sugere-se que a ação seja no sentido de estudar ou providenciar os meios para viabilizar esta mensuração, a

fim de que nos planos subsequentes este indicador possa ser utilizado. Ainda, é importante verificar previamente com o CPD a possibilidade de criação de relatórios específicos.

A colaboração de todos os setores para a implementação das ações se faz essencial, no sentido de viabilizar as ações, com o entendimento de sua importância. Se verifica na seção 5.1 que a prioridade de atendimento aos objetivos do PLS se dá muitas vezes em função dos membros da Comissão, nos setores em que atuam. O objetivo é de que sejam institucionalizadas as práticas socioambientais, devendo ser evitada a personificação e a sobrecarga aos membros da Comissão.

A sensibilização, portanto, deve ser inicialmente para os gestores, no sentido de que não vejam estas ações como uma obrigação, mas sim como um benefício para a instituição, como colocam Jabbour e Jabbour (2013). Exemplos práticos, demonstrações de viabilidade financeira e de redução de gastos a longo prazo são alguns dos pontos mais importantes de serem destacados aos gestores. No que diz respeito a orçamento, uma das dificuldades elencadas nas entrevistas, embora venham ocorrendo cortes e diminuição dos orçamentos para as IES, muitas ações independem de recursos financeiros, e ainda podem levar à economia, como as campanhas para redução e uso consciente dos recursos naturais.

A sugestão, no caso de restrição orçamentária para as ações socioambientais, é em um primeiro momento implantar iniciativas que não demandam recursos. Ainda, é válido que seja estipulada uma política de incentivo, em que os recursos economizados retornem ao setor que gerou a economia, para que seja aplicado em outras ações socioambientais, podendo ser constituído desta maneira um fundo específico para este fim. Ressalta-se aqui a colocação de Seiffert (2011), no sentido de que as práticas ambientais não estão relacionadas, em longo prazo, com custos elevados.

Em um segundo momento, a sensibilização deve ser voltada aos setores responsáveis pela implementação das ações. Neste sentido, se faz necessário um diálogo prévio entre as partes, que deve abordar a definição das metas e indicadores para cada ação, discutindo-se a viabilidade de execução e monitoramento destas. Com as ações determinadas em nível de Unidade, o diálogo tende a ser facilitado, e deve ser contínuo, mesmo após a definição das ações, no sentido de auxiliar no monitoramento.

Uma das dificuldades citadas na seção 5.1 foi a identificação dos projetos voltados à questão ambiental, possibilitando identificar pesquisas e atores que podem colaborar no desenvolvimento de estudos e ações institucionais, inclusive permitindo unir pesquisas similares que possam ser realizadas por diferentes pesquisadores. A exigência de vinculação dos projetos e empenhos aos objetivos estratégicos do PDI 2016-2026 permitirá a

identificação destes projetos, quando vinculados ao objetivo ‘Gestão Ambiental’. Infelizmente esta vinculação só é realizada a partir do PDI atual, dificultando a identificação de projetos que já estavam registrados.

No que diz respeito ao **uso racional dos recursos naturais e bens públicos** (eixo 1), podem ser abordadas as diretrizes do PDI 2016-2026 de “eficiência energética e energias alternativas” e “sustentabilidade hídrica, proteção, uso eficiente e reuso”, bem como os objetivos do PLS conforme apresentado no Quadro 4. Objetivos estes cujos resultados, de forma geral, não foram identificados na visão da comunidade acadêmica.

A média das questões do questionário relacionadas a este eixo é de 3,01, correspondente à opção “não concordo, nem discordo”, de forma que a comunidade acadêmica do Campus PM sugere que faltam ações no sentido de promover o uso consciente de: água, cartuchos e toners, copos plásticos, deslocamento de pessoal, energia elétrica, material de limpeza, e papéis. A maior parte das ações existentes citadas foram relacionadas ao uso consciente de energia elétrica, entretanto, realizada por meio de campanha do projeto Visão Coletiva, entre os anos de 2013 e 2015.

É interessante que a longo prazo se consiga medir o consumo de energia elétrica por prédio. Este estudo vem sendo realizado para o Campus sede, e demanda recursos financeiros para a implementação. Sugere-se, para um primeiro momento, o cumprimento do contrato com as empresas terceirizadas, cujos consumos deveriam ser medidos em separado, para ser cobrado um valor referente ao real consumo destas, incentivando assim o uso consciente na energia elétrica.

Atualmente, já se pode verificar a disponibilidade de lâmpadas de led para aquisição, que no momento do diagnóstico ainda não se encontravam disponíveis. Esta ação foi destacada nas entrevistas da seção 5.1, como sendo uma iniciativa da Comissão de Eficiência Energética, sendo que o resultado positivo da aquisição deve ser ampliado, de forma que as substituições das atuais lâmpadas fluorescentes devem ser sempre pelos modelos mais econômicos, até que todas as lâmpadas fluorescentes, ao fim de sua vida útil, sejam substituídas.

A configuração dos computadores e monitores para que sejam suspensos após alguns minutos ociosos, proposta no PLS 2016-2018, é válida e pode ser replicada no Campus PM. Esta ação pode se dar por meio de um tutorial simples encaminhado aos servidores, e conferência por parte do Setor de Tecnologia da Informação. Com relação a energia elétrica, é importante que se busque sempre reduzir o consumo, por meio do uso consciente.

Se mostra essencial o estabelecimento de um meio de aferir o consumo de água no Campus PM, oriunda dos poços artesianos, bem como de, posteriormente, permitir a aferição por prédio ou setor externo. Com relação à qualidade da água, a divulgação do resultado dos testes de potabilidade pode trazer uma boa imagem ao Campus, e pode ser utilizada no incentivo à redução da compra de água mineral e do uso de bombonas, que além de custo, geram resíduos.

Assim como em relação à energia elétrica, o consumo de água também poderia ser controlado em separado pelas empresas terceirizadas, com o mesmo objetivo de se ter uma cobrança justa e orientando para o uso consciente. Se faz necessário também o levantamento da demanda por água destilada no Campus, no sentido de centralizar a produção, ou implantar um sistema que permita o reaproveitamento desta água, que é oriunda da torneira, potável, entretanto no processo de destilação gera elevado desperdício, sendo que poderia ser reaproveitada para usos menos nobres.

O consumo de papéis é um fator que merece atenção, em face ao aumento do consumo, ainda que possa ser destacado positivamente o aumento relativo de papel reciclado. Embora conste no PLS uma ação no sentido de orientar para a impressão de informações internas em papel reciclado, esta não pode ser constatada. Neste sentido, pode ser realizada esta orientação a partir da Direção do Campus.

A orientação para a utilização de frente e verso das folhas das impressões também é importante no sentido de reduzir o consumo de papel. As impressoras locadas, disponibilizadas para registro em decorrência da previsão no PLS, preveem a possibilidade de impressão frente e verso, embora os percentuais de impressões com esta configuração ainda sejam modestos, se fazendo necessária uma sensibilização neste sentido. A configuração para impressão em modo econômico nos documentos que não necessitam ser arquivados por longo prazo também podem ser orientada.

Embora a substituição dos toners esteja contemplada nos contratos de locação, é importante que seja realizada a sensibilização não apenas no sentido de reduzir custos, mas também de reduzir o consumo, e conseqüentemente postergar a geração dos resíduos. A localização das impressoras locadas, conforme constatado pela Comissão de Gestão Ambiental, deve ser repensada, no sentido de atender servidores próximos entre si, e não conforme sua lotação oficial, disponibilizando-as de maneira otimizada. Também é válida uma sensibilização no sentido de que seja priorizada a utilização das impressoras locadas, em detrimento das patrimoniadas.

Conforme a fala de alguns acadêmicos no sentido de que se fazem necessárias muitas cópias para as aulas, de material disponibilizado pelos professores, se sugerem ações no sentido de incentivar a utilização do Moodle por parte dos docentes, por meio do qual os materiais podem ser acessados pelos alunos em via digital. A proposta de uma cláusula no contrato da empresa terceirizada de cópias, para que disponibilize folhas recicladas e dê prioridade ao uso destas quando autorizadas pelo usuário, pode contribuir neste sentido. Ainda, vale destacar que alterações nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e Manual de Dissertações e Teses (MDT) podem ser realizadas, não exigindo a entrega em via física das cópias de relatórios e trabalhos finais, deixando a critério do docente o recebimento em via impressa ou digital.

O PLS 2016-2018 não possui ação voltada ao uso de envelopes. Estes poderiam ser dispensados na maioria dos casos, visto que é necessário identificar no envelope o remetente, o destinatário e o assunto, ou seja, os documentos poderiam ser enviados sem envelope, sendo dobrados de maneira que as informações necessárias ficassem disponíveis. Apenas os casos de informações confidenciais demandam realmente o uso destes internamente. Também se percebe a iniciativa de alguns servidores no sentido de reaproveitar os envelopes, rasurando-os e utilizando grampos para fecha-los. Com relação ao uso de envelopes nos concursos e seleções públicas, atualmente é exigência das resoluções específica para estes processos. O uso destes poderia ser substituído por uma urna, em que fossem dispostas as fichas de avaliação e seria aberta somente no ato da divulgação do resultado.

O uso de copos plásticos descartáveis, bem como de pratos e talheres plásticos, teve considerável aumento de consumo entre 2016 e 2017. Propõe-se ampliar a proposta do curso de Ciências Biológicas, para que os eventos realizados disponibilizem a aquisição de copos permanentes. Para uso institucional, a proposta do PLS se dá no sentido de disponibilizar utensílios permanentes, embora estes não tenham sido verificados no Campus PM.

Considerando que a aquisição destes demanda recursos financeiros, para um primeiro momento se pode sugerir que os servidores tragam seus próprios utensílios. A médio prazo, a Instituição pode realizar a aquisição de copos reutilizáveis para os eventos, bem como de canecas, pratos e talheres, estes últimos podendo ser disponibilizados na cozinha ou quiosques para integração.

No que diz respeito ao uso de marcadores de quadro branco, estes também não são abordados no PLS, embora se tenha verificado que a partir do ano de 2017 apenas marcadores recarregáveis foram disponibilizados para aquisição. Porém, não foram verificados as tintas ou cartuchos para a recarga, o que resulta em descarte dos mesmos quando a tinta se acaba.

Neste sentido se faz importante o registro de preço destas tintas ou cartuchos, compatíveis com o modelo de marcador disponível. Ainda, sugere-se a substituição gradual dos quadros brancos por lousas de vidro, que possuem maior durabilidade e são menos suscetíveis a materiais abrasivos de limpeza.

Os serviços relacionados ao transporte, como manutenção, troca de óleo e pneus, são realizados em oficinas, de forma que cabe a estas o descarte dos resíduos, embora a destinação não seja de conhecimento do setor responsável pelos veículos. As ações de otimização de viagens já são realizadas, de modo que se sugere apenas a manutenção destas práticas, visando sempre a economia dos recursos financeiros bem como evitando o desgaste dos veículos e a emissão de poluentes. A videoconferência na realização de reuniões também deve ser incentivada no Campus sede, visto há evidências de resistências neste sentido.

As diretrizes do PDI de “Destinação de resíduos” e “Esgotos e efluentes” podem ser abordadas no que diz respeito ao **gerenciamento de resíduos sólidos** (eixo 2), sendo que se sugere ser trabalhado inicialmente a partir da coleta seletiva, visto que esta já é realizada pela cidade. Porém, segundo as respostas aos questionários, a separação não é realizada adequadamente no Campus PM. A média das respostas dos questionários neste Eixo é de 3,44, próxima a opção “não concordo, nem discordo”, sugerindo a necessidade de se adequar à PNRS, principalmente no que diz respeito à responsabilidade compartilhada.

Se faz necessário o mapeamento do processo de destinação dos resíduos, identificando responsáveis, períodos de recolhimento, locais de descarte, gargalos e correções necessárias, tanto dos resíduos comuns como dos perigosos, infectantes, químicos, biológicos, e outros. A elaboração de material didático também se faz necessária, para orientação quanto aos tipos de resíduos que devem ser colocados em cada lixeira, bem como a manutenção e adequação da distribuição das lixeiras, possivelmente sendo necessária a aquisição de mais unidades, visto que atualmente nem todas as salas possuem as duas lixeiras, e a coleta seletiva prevê três tipos de descarte de resíduos comuns.

Além da possibilidade de descarte de pilhas e baterias, sendo ponto de coleta da Prefeitura, podem ser buscadas outras parcerias para que os resíduos especiais sejam coletados e adequadamente destinados a partir do Campus PM. A destinação final dos resíduos comuns também é de desconhecimento de significativo número de respondentes, o que torna necessária uma sensibilização neste sentido, que pode, além da comunidade acadêmica, se estender para à comunidade local. Com relação aos relatos de descartes inadequados na área externa no Campus, é necessário que se identifique os responsáveis, para que a destinação correta seja dada.

No que tange aos resíduos químicos, assim como consta no PLS, se reforça a necessidade de um procedimento operacional padrão ou protocolo para a aquisição e distribuição destes, bem como a implantação de um sistema de trocas e disponibilidade de produtos que estejam com data de vencimento próximas, com vistas a evitar o descarte desnecessário. É de ciência da Comissão de Gestão Ambiental que o Setor de Planejamento Ambiental da PROINFRA vem desenvolvendo ações de capacitação de servidores no que diz respeito a manutenção e descarte correto destes produtos.

No que diz respeito a coleta seletiva solidária, após o Campus estar separando corretamente os resíduos, pretende-se que estes possam ser destinados à Associação de Catadores. A Incubadora Social vem desenvolvendo ações para estruturar a Associação, de forma a se adequar ao Decreto nº 5.940/2006. De imediato, a possibilidade seria de disponibilizar o local para que realizem a coleta individualmente. O descarte de documentos oficiais e com informações sigilosas, que hoje muitas vezes se dá através da queima, poderia ser destinado aos catadores após passarem por uma picotadora de papel, evitando a queima e contribuindo para a coleta seletiva solidária.

Assim como consta no PLS 2016-2018, se faz necessário quantificar os resíduos descartados. Este levantamento permitiria identificar a quantidade total de resíduos gerada, a quantidade destinada a reciclagem, a quantidade de resíduos orgânicos utilizados em composteiras, bem como deve incentivar para a constante redução no consumo e geração de resíduos. Esta ação, entretanto, demanda aplicação de recursos financeiros.

A **qualidade de vida no ambiente de trabalho** (eixo 3) é pouco abordada no PLS, visto que foca apenas em eventos de sensibilização e conscientização. A média de 3,82 nas respostas aos questionários aproxima-se da opção “concordo com ressalvas”, de forma que há uma visão positiva sobre o tema por parte da comunidade acadêmica do Campus PM, entretanto, com vistas a melhorias.

No que se refere à segurança do Campus, embora a avaliação tenha uma média próxima da opção “concordo, com ressalvas”, vale destacar que na análise dos *clusters* foram identificados sujeitos que possuem uma visão negativa com relação a este fator, de forma que ele precisa ser abordado. Decorrente do diagnóstico da Comissão, levantou-se a necessidade da existência de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, ou similar, no sentido de auxiliar na identificação de riscos e na elaboração de protocolos de segurança e boas práticas, principalmente nos laboratórios, visto que alguns não possuem ou precisam ser atualizados.

Para as áreas externas, se fazem necessárias adaptações no que se refere à acessibilidade para portadores de deficiência, entre os prédios e blocos. As calçadas aos

moldes das do campus sede seriam uma alternativa, visto que além de ligarem os prédios facilitando o acesso aos pedestres, bem como o cruzamento das ruas, também são utilizadas como ciclovias, incentivando o uso de bicicletas, que hoje também não têm um espaço próprio para circulação dentro do Campus.

Com relação aos cursos de capacitação, qualificação, e ações de promoção à saúde, estes foram fatores salientados pelos respondentes como se concentrando no Campus sede. Deve haver, por parte dos promotores, maior disponibilidade de cursos de maneira concentrada, em turnos e dias corridos, bem como na modalidade de ensino à distância ou por meio de videoconferência, sendo que este último precisa ser incentivado no Campus sede. As ações de promoção a saúde devem ser pensadas para todos os campi

A integração entre os servidores foi o fator que apresentou menor média neste eixo, correspondente à opção “não concordo, nem discordo”. Se destaca, portanto, a necessidade de promoção de atividades informais neste sentido, que poderiam ser realizadas no quiosque ou nos setores, por intermédio das chefias. Reuniões de trabalho entre os setores permitem aliar o trabalho formal com a integração, com espaços para diálogo e compartilhamento de informações. Comemorações informais de datas comemorativas também contribuem neste sentido.

As ações de promoção a saúde podem vir a intervir positivamente na integração dos servidores, visto que propiciam a reunião dos destes em momentos de lazer. Estas ações precisam ser intermediadas pela PROGEP. O projeto Viva o Campus também objetiva, entre outros fatores, a integração. Este, por sua vez, é organizado pela PRE, com atividades no Campus sede. Deve ser reforçado a estas Pró-Reitorias que estas ações precisam ser replicadas em todos os campi da UFSM.

As ações de **contratações públicas sustentáveis** (eixo 5) também são diretrizes do PDI 2016-2026, e no PLS envolvem em geral a quantificação e mensuração de critérios em produtos e serviços, embora, conforme relato das entrevistas, é um dos temas em que mais as ações avançam, devido a membros da Comissão fazerem parte deste setor. Manutenções preventivas devem ser observadas como ações sustentáveis, visto que evitam desgastes e descarte de equipamento, aumentando sua vida útil.

Para permitir a quantificação dos empenhos de itens sustentáveis, se faz necessária a classificação dos itens como ‘sustentáveis’ ou ‘não sustentáveis’, a exemplo do que é realizado com os produtos do Almoxarifado, que apresenta esta informação no relatório de itens disponíveis para compra. Algumas falas nos questionários remetem a percepção de critérios que já foram adotados. Ainda assim, a questão sobre a percepção destes critérios teve



média de 2,56 por parte dos servidores do Campus PM, possivelmente, devido à baixa qualidade dos produtos adquiridos, ou pelo desconhecimento de quais seriam os critérios sustentáveis.

Para o processo licitatório se faz importante que os produtos e serviços sejam descritos com o maior número de detalhes possível, abordando os critérios sustentáveis conforme Instrução Normativa 01/2010 – MPOG e no Decreto 7.746/2012, objetivando a compra ou contratação de itens de qualidade, com maior ciclo de vida, mais econômicos e oriundos de empresas ambientalmente responsáveis.

Reforça-se aqui a colocação de Carvalho e Sousa (2013), de que o setor público é o maior consumidor de bens e serviços no mercado brasileiro. Considerando a quantidade e variedade de produtos e serviços, cuja licitação é solicitada por servidores de diversas áreas, as iniciativas para aumento dos critérios sustentáveis ainda na fase de descrição dos produtos, por parte de cada servidor, permitiriam ampliar a gama de produtos sustentáveis adquiridos pela UFSM. Visando orientar os servidores neste sentido, pode ser elaborado e disponibilizado um *checklist* de critérios sustentáveis que poderiam ser adotados, no período de registro de preço.

Ao encontro do que propõe Alves (2016), cabe ao Governo incentivar e pressionar a cadeia de suprimentos, exigindo a adoção de critérios sustentáveis. Uma descrição detalhada deve contemplar garantias, manual de uso, utilização de material reciclado ou reutilizado, selo de economia de energia, logística reversa para peças e resíduos que não devem ser destinados ao lixo comum, economia no consumo de recursos naturais, entre outras características, que variam conforme o produto ou serviço.

Os contratos de prestação de serviços também deve ser revisados, tanto no sentido de fazer cumprir as cláusulas atuais, a exemplo da separação dos resíduos e medição do consumo de energia elétrica e água, como no sentido de incluir cláusulas que hoje não constam, a exemplo de adoção de folhas recicláveis pelo setor de cópias, exigência de aprovação nos testes de emissão de gases pelos veículos locados, entre outras.

As **construções públicas sustentáveis** (eixo 6) se relacionam diretamente à diretriz de “edificações com responsabilidade ambiental” do PDI 2016-2016. A média para este eixo, nos questionários, é de 2,54, entre as ações “discordo, com ressalvas” e “não concordo nem discordo”, sendo que a melhor avaliação se deu a respeito dos climatizadores. As manutenções preventivas nas construções também são ações essenciais para que as construções sejam sustentáveis.

No questionário, verificou-se o desconhecimento de planos de manutenção dos ares condicionados, bem como problemas nos sensores de presença. A Comissão de Gestão Ambiental levantou a necessidade de manutenção das caixas d'água e do sistema hidráulico em geral, tendo em vista os frequentes vazamentos nas torneiras e descargas dos banheiros. Embora não fizesse parte do diagnóstico proposto pela A3P, o levantamento dos planos de manutenção se faz importante, com vistas à economia de energia e garantia de um ar de qualidade, ou evitando o desperdício de recursos naturais, por exemplo.

Com relação à utilização de lâmpadas de led, em detrimento das fluorescentes, acredita-se que a partir da disponibilidade destas no Almojarifado, a tendência seja que haja uma substituição gradual. Já com relação aos sistemas de coleta de água da chuva para reuso, se faz necessário um esclarecimento dos motivos pelos quais estes não estão em funcionamento nos prédios em que foram previstos.

O eixo 4, **sensibilização e capacitação dos servidores**, permeia todos os demais. Vale destacar que o PLS 2016-2018 aborda este eixo nas ações pontuais relacionadas a cada objetivo, e no PDI 2016-2026 se verifica na diretriz “educação ambiental”. Nos questionários, para verificar a existência destas ações no Campus PM, a média das respostas foi de 2,19, o correspondente à opção “discordo, com ressalvas”. Se verificou ainda que, independente da categoria dos respondentes, há pouco conhecimento sobre a A3P e PLS, embora a questão sobre a importância da implantação de ações socioambientais tenha uma média de 4,79, próxima da opção “concordo totalmente”.

Considerando o reconhecimento da importância destas ações por parte da comunidade acadêmica, e a visão de que poucas destas existem, se pressupõe um ambiente favorável para a implantação de ações socioambientais. Este eixo pode ser trabalhado sem a demanda de recursos financeiros imediatos, e é essencial para que as ações tenham resultado. Conforme já ressaltado, é importante que os gestores e setores responsáveis pela implementação das práticas trabalhem em sintonia, tornando as ações institucionais, e não individuais.

Sugere-se que as ações de sensibilização e conscientização sejam organizadas conforme o público alvo, propostas pela Comissão de Gestão Ambiental e executadas por esta em conjunto com a Assessoria de Comunicação. A comunidade acadêmica deve ser público das ações de sensibilização para o uso consciente dos recursos naturais e bens públicos, que podem ser norteadas com foco na redução do consumo de energia elétrica e água, substituição do papel branco pelo reciclado, redução do consumo de copos, pratos, talheres, garrafas e canudos plásticos e descartáveis, bem como na separação correta dos resíduos. Esta

sensibilização pode se dar por meio de intervenções nos eventos institucionais, rápidas e dinâmicas, e campanhas nas mídias sociais.

Para os servidores, a sensibilização pode ter como foco a aquisição e utilização de produtos sustentáveis disponíveis no almoxarifado, uso de mensagens eletrônicas na comunicação interna, guarda de documentação de modo digital, utilização do Moodle, dispensa de envelopes para correspondências internas não sigilosas ou o reaproveitamento destes, sendo que as ações podem ser orientadas por meio de e-mails, campanhas nas mídias sociais, e ainda através das reuniões de trabalho. Para os funcionários terceirizados, o foco deve ser a sensibilização dos vigilantes para conferência e desligamento das luzes acesas ao final do expediente noturno, e, dos responsáveis pela limpeza, em forma de oficina participativa, para definições conjuntas sobre o uso consciente da água.

No que diz respeito à capacitação, a Comissão de Gestão Ambiental demanda conhecimento específico sobre a correta separação dos resíduos, principalmente com relação às especificidades da coleta municipal, sendo que deve ser realizada junto à empresa responsável pela coleta; bem como se faz necessário aprofundar conhecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e legislações correlatas. Neste mesmo sentido, os funcionários terceirizados responsáveis pela limpeza também demandam capacitação, que deve ser constante.

A implantação de um meio de comunicação online para ocorrências de manutenção, como lâmpadas com defeito ou acesas continuamente, vazamento de água, equipamentos e móveis para conserto, equipamentos e móveis para troca ou doação, e vencimento de reagentes que podem ser compartilhados, vem a colaborar para a redução do consumo e reutilização de itens, e permitindo que a participação de todos nos processos de prevenção e correção. Ainda, as ações isoladas devem ser elencadas e divulgadas nas mídias institucionais, de maneira a permitir a colaboração e continuidade destas.

Outros fatores demandam capacitação da Comissão de Gestão Ambiental, como as contratações e construções públicas sustentáveis, pois, ainda que estas sejam prioritariamente responsabilidade do DEMAPA e da PROINFRA, respectivamente, o conhecimento permite melhor acompanhamento e sugestão de propostas de melhorias no que tange a aspectos socioambientais.

A Agenda 21 já recomendava, na época, reformas no ensino superior para que estivessem voltadas ao desenvolvimento sustentável (MMA, 2004). O PDI 2016-2026 reconhece que “as tentativas de que os cursos, em suas reformas curriculares, coloquem disciplinas que foquem na gestão e na destinação de resíduos gerados no exercício da

profissão tem tido resposta pequena e ainda sem avaliação correta”. Embora os cursos do Campus PM contemplem disciplinas relacionadas a gestão ambiental e sustentabilidade, algumas destas são ofertadas como Disciplina Complementar de Graduação, não sendo obrigatórias.

É importante que se faça uma revisão nos PPCs, de forma que a educação ambiental esteja presente, não necessariamente em forma de disciplina, mas de forma transversal e multidisciplinar, nas ementas e programas das disciplinas, indo ao encontro do que propõe Pereira (2016), de preparar o aluno para o mercado de trabalho, tendo como diferencial o conhecimento para propor soluções inovadoras e sustentáveis na área de atuação. Vale reforçar, ainda, o que colocam Piccoli et al. (2016) e Araújo et al. (2014), de que a educação ambiental é ferramenta por meio da qual se constroem valores e competências voltados para a conservação do meio ambiente, sendo essencial para estimular as práticas ambientais.

Duas diretrizes do PDI 2016-2026, “licenciamento ambiental” e “proteção, recuperação e revitalização de áreas verdes”, tangenciam os eixos da A3P, bem como não são verificados no PLS 2016-2018, embora sejam de fundamental importância e precisem ser abordadas. As áreas externas foram citadas nos questionários, com a sugestão de ampliar as áreas verdes e arborização, se mostrando um ponto importante para aliar a qualidade de vida, o embelezamento, e a preservação da flora e fauna.

Com relação ao licenciamento ambiental, o Campus PM já se encontra irregular devido a ausência de licenciamento. Este processo é moroso e oneroso para a Instituição, a exemplo do que vem sendo realizado no Campus sede para as adaptações e levantamento de documentos necessários. O que se sugere, neste sentido, é que sejam verificadas as demandas que podem ser atendidas por meio de pesquisas ou ações corretivas, e estas sejam orientadas pelo setor responsável, aos moldes do que vem sendo realizado no Campus sede, de modo a antecipar o processo.

A segunda diretriz, embora abordada na primeira, pode ser trabalhada especialmente pelos cursos de Zootecnia e Ciências Biológicas, para que se verifiquem as espécies de flora e fauna presentes, bem como o cumprimento das legislações para proteção e recuperação, unindo a teoria e a prática, e colaborando para o levantamento de informações para o licenciamento ambiental, e assim como sugerido pela UNESCO (2005), interligando o ensino e a prática.

O Quadro 14 identifica os fatores para os quais devem ser direcionadas as ações do Plano de Gestão Ambiental do Campus PM, conforme apresentado nesta seção.

Quadro 14 - Direcionamento das ações para o Plano de Gestão Socioambiental do Campus PM

(continua)

<b>DIFICULDADES E FATORES A SEREM MELHORADOS</b>	<b>DIRECIONAMENTO DAS AÇÕES</b>
Extensão territorial (Gazzoni, 2014) e entre os campi (PLS 2)	Ações a nível de Unidade, por meio de subcomissões vinculadas a COMPLANA, ou projetos vinculados a um programa institucional.
Falta de pessoal, trabalho em Comissão e ausência de um setor administrativo para atuar na questão ambiental (PLS1, PLS2, PLS4, PLS5, PLS6)	A criação de um setor específico, ou responsável pela temática ambiental e pelo PLS, deve ser por meio da demanda apresentada pelas Comissões à Reitoria. Atualmente, a possibilidade é de contar com a colaboração dos diferentes setores, nas ações relacionadas às suas atribuições.
Colaboração e condições dos setores responsáveis, para atender e executar as ações. (PLS2, PLS4, PLS5)	Discutir previamente a definição das metas, indicadores e viabilidades de monitoramento. Exemplos de sucesso, demonstração de viabilidade financeira ao longo do tempo e benefícios.
Orçamento (PLS1, PLS2, PLS3, PLS5, PLS6)	Iniciar com as ações sem custo, e propor que a economia de recursos retorne para a Unidade que economizou, para aplicações nos objetivos que possuem custo. Estudos de viabilidade em conjunto com o setor responsável por determinada ação.
Dificuldade na definição de metas e indicadores, e consequente monitoramento (PLS2, PLS4)	Diagnóstico prévio, permitindo comparar situação atual e futura. Constatar possibilidade de verificação/ mensuração, e identificar a fonte dos dados, precisa e acessível. Verificar com CPD possibilidade de relatórios necessários para cruzamento de dados. Para o que não for possível definir indicador, colocar como meta a viabilização deste, para uso futuro.
Identificação de projetos realizados de forma isolada (PLS1, PLS5, Quadro 10)	Solicitar ao GAP a relação de projetos em andamento vinculados ao Desafio de Gestão Ambiental do PDI 2016-2026.
Ausência de licenciamento ambiental no Campus PM (PDI 2016-2026)	Tendo em vista o processo de licenciamento do Campus sede, definir o que pode ser encaminhado previamente nos demais campi.
<b>EIXO 1</b>	
Cobrança de valor aproximado de energia elétrica das empresas terceirizadas (levantamento CGA)	Cumprimento do contrato, visando inclusive incentivar o uso consciente destes recursos.
Lâmpadas prioritariamente fluorescentes (Tabela 27)	Havendo lâmpadas de led disponíveis, adquirir apenas deste modelo. Para as que não forem compatíveis com as necessidades, solicitar a realização de licitação.
Ausência de controle do consumo de água (levantamento CGA)	Realizar o controle, registrando o consumo mensal.
Desperdício no processo de destilação de água (A64)	Levantar o consumo e centralizar as produções. Onde centralizar, buscar as adaptações que permitam o reaproveitamento da mesma, para limpeza e outros usos similares.
Aumento no consumo de papel (Tabela 27)	Contato com a Direção do Campus, de onde deve sair a orientação para suprimir a necessidade de memorando para comunicações internas, e para o que for necessário, utilizar papel reciclado e impressão em frente e verso.
Pouco uso da opção frente e verso nas impressões (Tabela 27)	Disponibilizar tutorial para configurar os computadores para que as impressões sejam no modelo frente e verso. Configuração para economia de toner para as impressões que não precisem ser arquivadas.
Priorizar o uso das impressoras locadas em detrimento das patrimoniadas (levantamento CGA)	Redistribuição das impressoras locadas, por proximidade de servidores. Solicitar justificativa para aquisição de novas impressoras.

(continuação)

Material para aula disponibilizado no setor de cópias (A42, A44)	Incentivar o uso do Moodle que permite a postagem de material digital. Permitir a entrega de vias digitais das versões preliminares dos trabalhos finais de curso, e sugerir as alterações necessárias nos PPCs e MDT.
Consumo de envelopes (Tabela 27)	Orientar para o envio de documentos pelo malote sem a necessidade de uso de envelopes, bem como incentivar o reaproveitamento dos mesmos. Sugerir alteração nas resoluções dos concursos e seleções públicas, permitindo o uso de urnas ao invés dos envelopes.
Aumento no consumo de copos, pratos e talheres plásticos descartáveis (Tabela 27)	Proibir a aquisição de copos plásticos descartáveis para eventos institucionais, devendo os organizadores disponibilizarem a compra de copos permanentes conforme demanda, ou incentivar que tragam de casa. Disponibilizar copos permanentes para uso nos eventos. Disponibilizar canecas, pratos e utensílios permanentes para uso comum dos servidores
Ausência de tinta para recarga de marcadores de quadro branco (levantamento CGA)	Providenciar o registro de preço, viabilizando a recarga dos marcadores de modelo recarregável
Quadros brancos que ficam com manchas e não apagam corretamente (levantamento CGA, D55)	Substituição pelas lousas de vidro.
Necessidade de otimização na utilização dos veículos (T19, D60, F88)	Manter a busca pela otimização das viagens. Solicitar que as reuniões no Campus sede sejam realizadas por videoconferência, bem como palestras e cursos de capacitação.
Falta de padronização no processo de compra de reagentes, de modo que o servidor responsável por estes não tem conhecimento da compra (levantamento CGA)	Definição de um protocolo para aquisição de reagentes.
<b>EIXO 2</b>	
Desconhecimento da destinação dos pneus e óleo dos veículos (levantamento CGA, Tabela 27)	Solicitar informações a respeito da destinação destes nas oficinas. Definir que deve ser dada a destinação ambientalmente adequada.
Desconhecimento do processo de destinação dos resíduos comuns (Tabela 11, D34)	Mapeamento do processo, da geração a destinação final, para todos os tipos de resíduos, permitindo as correções e adequações necessárias, bem como a divulgação da informação.
Desconhecimento da destinação de resíduos especiais e perigosos (Tabela 11, D38, D39, D56, T66)	Buscar parcerias para o Campus ser ponto de coleta de resíduos que hoje não são coletados pela prefeitura, ou são tratados como rejeitos. Divulgação da destinação dada pela empresa que coleta os resíduos comuns.
Ausência de um sistema de trocas e compartilhamento, para evitar o descarte e propiciar o reaproveitamento (Tabela 11)	Implantação de um sistema de trocas e cedência de reagentes e outros produtos que seriam descartados ou não possuem serventia.
Ausência de coleta seletiva solidária (Tabela 11, levantamento CGA)	Aquisição de uma picotadora de papel, para destinar os documentos oficiais e sigilosos descartados. Por meio da Incubadora Social, auxiliar na adequação da Associação ao Decreto nº 5.940/2006.
Desconhecimento da quantidade de resíduos gerada (levantamento CGA)	Aquisição de uma balança que permita quantificar os resíduos, de todos os tipos.
<b>EIXO 3</b>	
Segurança no Campus (Tabela 12, Cluster 3)	Identificar os motivos que remetem a percepção de pouca segurança no Campus.
Segurança nos laboratórios (levantamento CGA)	Criação de uma comissão interna de prevenção de acidentes.
Necessidade de adaptação das áreas externas no que tange a acessibilidade (Tabela 12)	Adaptações nas áreas externas: calçadas, vias e ligações entre os prédios.
Ausência de ações de promoção a saúde (Tabela 12, Quadro 9)	Apresentar a demanda à PROGEP, para que sejam realizadas ações no Campus PM.

(continuação)

Poucos cursos de capacitação organizados pela PROGEP (Tabela 12, Quadro 9)	Realização destes de forma concentrada, na modalidade a distância ou permitir a videoconferência. Aumentar a oferta no Campus PM.
Pouca integração dos servidores (Tabela 12, D34, T50)	Ações de promoção a saúde (PROGEP) e Viva o Campus (PRE) poderiam colaborar neste sentido. Maior frequência de ações para integração dos setores, promovidas pelas chefias, como reuniões de trabalho e comemorativas.
<b>EIXO 4</b>	
Ausência de conscientização para o uso consciente de recursos (PLS1, PLS5, Tabela 10, Quadro 6, Quadro 8, Tabela 13); pouco conhecimento sobre o PLS e A3P (Tabelas 6, 7, 8 e 9); separação e destinação incorreta dos resíduos, principalmente comuns (Tabela 11, T02, D11, A44, T47, A64, T66, F85, Quadro 7); aumento no consumo de copos e outros utensílios plásticos descartáveis (Tabela 27)	Sensibilização, voltada à comunidade acadêmica, através de intervenções nos eventos institucionais, e campanhas nas mídias sociais: divulgação do PLS, bem como do Plano de Gestão Ambiental do Campus quando elaborado; material informativo para destinação dos resíduos corretamente; uso consciente do recursos naturais, especialmente água e energia elétrica; utilização de copos e utensílios não descartáveis, incentivar que os servidores tragam suas canecas e copos permanentes de casa.
Aquisição de produtos não sustentáveis no Almoxarifado é maior, mesmo para os que tem opção sustentável (Tabela 27); necessidade de melhoria nas descrições dos produtos e serviços para que contemplem características sustentáveis (Tabela 14, T65, Quadro 11); aumento no consumo de papel, pouca utilização da opção frente e verso nas impressões (Tabela 27); consumo elevado de envelopes; (Tabela 27)	Sensibilização, voltada aos servidores, através de e-mail, campanhas nas mídias sociais, e reuniões: observação de itens sustentáveis no Almoxarifado, optando pela compra destes quando há alternativa; divulgação de critérios sustentáveis que podem ser solicitados no momento dos registros de preço; uso de mensagens eletrônicas para comunicação interna; guarda de documentos de modo digital, sem necessidade de cópias físicas; uso de papel preferencialmente reciclado, e priorizar a utilização do Moodle no caso dos docentes; impressões no modo frente e verso; reaproveitamento de envelopes, utilizados somente nos casos em que realmente se fizer necessário.
Utilização de mangueiras na limpeza de áreas externas (D11)	Sensibilização, voltada aos funcionários terceirizados, através de reuniões de trabalho: conferência de luzes acesas ao final do expediente; uso consciente da água
Separação e destinação incorreta dos resíduos, principalmente comuns (Tabela 11, T02, D11, A44, T47, A64, T66, F85, Quadro 7)	Capacitação, voltada à Comissão de Gestão Ambiental: legislações relacionadas às compras e contratações sustentáveis; PNRS e legislações correlatas; separação dos resíduos conforme se dá a coleta municipal, junto a empresa responsável.
Separação e destinação incorreta dos resíduos, principalmente comuns (Tabela 11, T02, D11, A44, T47, A64, T66, F85, Quadro 7)	Capacitação, voltada aos funcionários terceirizados responsáveis pela limpeza: separação dos resíduos conforme se dá a coleta municipal.
Pequena inserção da gestão ambiental de forma interdisciplinar em todos os cursos (PDI 2016-2026)	Revisão dos PPCs dos cursos, de forma a inserir interdisciplinarmente a questão socioambiental.
<b>EIXO 5</b>	
Falta de percepção das características sustentáveis nos itens adquiridos (Tabela 14) e dificuldade de identificar e quantificar produtos sustentáveis empenhados (levantamento CGA)	Inserção da informação, se o item é ou não sustentável, nos relatórios de compra, sendo necessário contato com Demapa e CPD.
Descrição inadequada dos produtos nos registros de preço (Tabela 14, T65, Quadro 11)	Elaboração de <i>checklist</i> com critérios sustentáveis, baseados na Instrução Normativa 01/2010 – MPOG e no Decreto 7.746/2012, para divulgação no período de registro de preço
Ausência de separação adequada dos resíduos e medição de energia elétrica e água nos locais utilizados por empresa terceirizada (levantamento CGA)	Revisão dos contratos com empresas terceirizadas, no sentido de fazê-los cumprir, bem como sugerir a inclusão de critérios sustentáveis

(continuação)

Manutenções preventivas não identificadas (levantamento CGA, A45, T58, A78)	Levantamento de necessidades de conserto de equipamentos, e descrição de serviços de manutenção preventiva e corretiva.
<b>EIXO 6</b>	
Maior parte das compras são lâmpadas fluorescentes (Tabela 27)	Substituição gradual das lâmpadas fluorescentes pelos modelos de led.
Não funcionamento dos sistemas de coleta de água da chuva (Tabela 15, levantamento CGA)	Identificar, junto a PROINFRA, os motivos pelos quais os sistemas não estão em funcionamento, viabilizando-os.
Sensores de presença que não funcionam (Tabela 15, A64), descargas e torneiras com vazamento (levantamento CGA)	Levantamento de necessidades de conserto de equipamentos, e descrição de serviços de manutenção preventiva. Implantação de um meio de comunicação online para ocorrências de manutenção.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

As propostas dizem respeito aos dados levantados nesta pesquisa. As discussões da Comissão Ambiental estão sendo realizadas, e após a definição das metas e indicadores, sugere-se que a proposta seja levada para discussão com os gestores, e posteriormente com a comunidade acadêmica, de forma a elaborar um Plano conjunto, indo ao encontro do que propõe Alves (2016, p. 83), de que “o envolvimento dos empregados nos aspectos socioambientais da organização podem elevar sua motivação no ambiente de trabalho, contribuindo para a melhoria generalizada do clima organizacional da empresa”, e, conseqüentemente, para maior adesão às ações propostas.

Considerando que se verificaram poucos comentários nos questionários a respeito da existência ou dos trabalhos que a Comissão vem realizando, a divulgação dos trabalhos durante a elaboração proporcionará um levantamento mais específico sobre as ações individuais, e a integração destas à proposta institucional, no sentido do que coloca Figueiró (2017, p. 159), de que “é necessária a ação coletiva coordenando esforços interdependentes, na qual o contexto social exerce papel essencial. Deste modo, a aprendizagem coletiva pode atingir novos indivíduos (isoladamente ou em grupos) e gerar novos comportamentos”. Na seqüência, são apresentadas as conclusões decorrentes desta pesquisa.



## 6. CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo demonstrar a importância e viabilidade da implantação de práticas socioambientais em uma IES pública, através da proposta de ações para a implantação da A3P no Campus de Palmeira das Missões da UFSM. Para atingir este objetivo, por meio de entrevistas e análise documental foram identificadas as principais dificuldades de execução do Plano de Logística Sustentável da UFSM, bem como a relação entre os objetivos deste e os eixos da A3P, conforme objetivo específico “a”, como se observa na seção 5.1.

A seção 5.2 apresenta um levantamento do conhecimento da comunidade acadêmica sobre as ações socioambientais realizadas no Campus PM, conforme objetivo “b”, tendo este levantamento sido realizado por meio de questionário, com perguntas fechadas e abertas. O objetivo específico “c”, de realizar um diagnóstico socioambiental da unidade de pesquisa, com base na metodologia proposta pela A3P, se apresenta na seção 5.3. Os dados oriundos destes levantamentos permitiram atingir o objetivo específico “d”, que consiste na proposta de ações para a elaboração de um Plano de Gestão Socioambiental para o Campus PM, conforme se observa na seção 5.4, e apresentado no Quadro 14.

Ainda na etapa de projeto, esta pesquisa desencadeou as discussões sobre o tema no Campus, bem como a criação da Comissão de Gestão Ambiental. Salienta-se que as discussões para a elaboração do Plano de Gestão Ambiental para o Campus PM estão sendo realizadas, e a Comissão está em fase de definição objetivos, metas e indicadores.

O levantamento das informações a partir dos questionários e entrevistas vêm a complementar os dados do diagnóstico socioambiental. Se sugere que, em relação às IFES, especialmente as que possuem campus em áreas com vegetação, o diagnóstico socioambiental deva contemplar, além dos eixos propostos da A3P, as questões relacionadas ao licenciamento ambiental, bem como de proteção e recuperação das áreas verdes e fontes hídricas, visando também atender a Lei nº 9.638/81 (PNMA).

A proposta de adesão formal à A3P foi encaminhada ao MMA, e está em trâmites. A A3P pode ser utilizada como metodologia, mesmo sem a adesão formal. Neste sentido, retoma-se a colocação de um dos membros do PLS, de que não há, por parte do Governo, uma real cobrança dos resultados, sendo que este fator implica negativamente na compreensão e colaboração para o cumprimento das metas por parte dos gestores e servidores.

Esta colocação vem ao encontro do que propõe Braga (2010), de que umas das deficiências da aplicação das normas ambientais brasileiras é a baixa qualidade das regras que

disciplinam o processo administrativo, pois embora o autor se refira ao CONAMA, se assemelha à realidade apresentada no que diz respeito ao PLS e a A3P. Neste sentido, se percebe a necessidade de que a adoção de práticas ambientalmente corretas sejam exigências, ao mesmo tempo que o Governo deve incentivar, facilitar e viabilizar estas.

Espera-se que a adoção das práticas socioambientais colabore para o desenvolvimento sustentável do Campus e da Instituição, reduzindo, eliminando e compensando danos ambientais, com vistas à melhoria da relação entre a instituição e o meio ambiente, conforme o que propõem Barbieri (2011), Jabbour e Jabbour (2013) e Luiz et al. (2013), acarretando na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Reforça-se o papel das IFES de interligar o ensino e a prática, atuando na formação de opinião e demonstrando a importância, viabilidade e benefícios da gestão ambientalmente correta.

Como limitações para a presente pesquisa, destaca-se o baixo percentual de retorno dos questionários, principalmente por parte dos acadêmicos, tendo em vista a aplicação do mesmo no período de férias. Destaca-se também o fato de que o curto período de tempo para o desenvolvimento da pesquisa não permitiu que se acompanhasse todo o processo de elaboração do Plano de Gestão Socioambiental do Campus PM. A proposta das ações à comunidade acadêmica possivelmente desencadeará discussões mais aprofundadas, que serão levadas em consideração na elaboração do Plano, embora não puderam ser aproveitadas para esta pesquisa.

Para estudos futuros, com relação a esta mesma unidade de pesquisa, sugere-se que o questionário seja reaplicado em médio e longo prazo, bem como sejam avaliados os dados históricos a partir da data desta pesquisa, no sentido de se verificar a implementação e eficiência das ações propostas. O tema é atual e pertinente, de forma que a pesquisa também pode ser aplicada em outros órgãos públicos, inclusive os demais campi da UFSM, com o mesmo objetivo. Ainda, sugere-se um estudo similar em instituições privadas, de forma a evidenciar se se encontram as mesmas dificuldades.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ricardo Ribeiro. **Administração Verde: O caminho sem volta da sustentabilidade ambiental nas organizações**. 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

ARAÚJO, Ádria de Azevedo; et al. O sistema de gestão ambiental como impulsor da educação ambiental: um estudo de caso em uma empresa do polo industrial de Manaus (PIM) a partir da percepção de seus colaboradores. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 13, n. 4, p. 3580-3590, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/14169/pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: <<http://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502141667>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo, vol. 12, n. 3, p. 51-82, Edição Especial. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a04v12n3.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2010.

BARROS, Dalmo Arantes; et al. Breve análise dos instrumentos da política de gestão ambiental brasileira. **Política & Sociedade**. Florianópolis, vol. 11, n. 22, p. 155-179, 2012. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2012v11n22p155>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 set. 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm)>. Acesso em: 16 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 16 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 1993, republicado em 6 jul. 1994 e retificado em 6 jul. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm)>. Acesso em: 16 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 out.

2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm)>. Acesso em: 16 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 ago. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em: 16 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Edição extra e retificado em 24.12.2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm)>. Acesso em: 16 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 jun. 2012. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm)>. Acesso em: 16 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 nov. 2012. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/141112\\_IN10.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/141112_IN10.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2018.

BRASIL, Avanne Costa; et al. Modelo A3P: uma proposta de implantação de práticas socioambientais à Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (MA) em conformidade com a Agenda Ambiental na Administração Pública. **Revista Ceuma Perspectivas**: Cohama, v. 30, n. 2, p. 76-86, ago-dez. 2017. Disponível em: <<http://www.ceuma.br/portalderevistas/index.php/RCCP/article/view/103>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

BRAGA, André de Castro Oliveira Pereira. **Normas abertas e regras no licenciamento ambiental**. 2010. 132 p. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento)-Escola de

Direito de São Paulo, São Paulo. 2010. Disponível em:  
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8375>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro)**. Agenda 21 - Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de Publicações, 1995. 472p. Disponível em:  
<<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

CAMARGO, Lilian Sanches. **Práticas socioambientais em uma Instituição de Ensino Superior estadual do Paraná**. 2017. 76 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade)-Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/3598>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CARVALHO, Denis Barros de; SOUSA, Evangelina da Silva. Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Licitações Sustentáveis: Um Estudo no Restaurante Universitário da Universidade Federal do Piauí. In: XIII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas, 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114753>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria. **Análise multivariada: para cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

ELKINGTON, John. Enter the Triple Bottom Line. In: HENRIQUES, Adrian; RICHARDSON, Julie (edit.). **The Triple Bottom Line: Does it all add up? Assessing the Sustainability of Business and CSR**. London, Sterling: Earthscan, 2004. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=bZbb2Y7YGvMC&lpq=PP1&hl=pt-BR&pg=PPLS5#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

ESTEVES, Juliana Cardoso; FALCOSKI, Luiz Antonio Nigro. Planejamento, Projeto e Gestão Ambiental d Espaço Universitário. **Actas do VII Congreso de Medio Ambiente AUGM**. La Plata, maio 2012. Disponível em:  
<<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/26879>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FIQUEIRÓ, Paola Schmitt. Teorias e técnicas. In: PALMA, Lisiane Celia; NASCIMENTO, Luis Felipe; ALVES, Nilo Barcelos (Org.). **Educação para a sustentabilidade: bases epistemológicas, teorias e exemplos na área de Administração**. Canoas: IFRS - Campus Canoas, 2017. 172p. Disponível em:  
<[https://www.researchgate.net/profile/Luis\\_Nascimento9/publication/321709003\\_Educacao\\_](https://www.researchgate.net/profile/Luis_Nascimento9/publication/321709003_Educacao_)

para\_a\_Sustentabilidade\_-\_Bases\_epistemologicas\_teorias\_e\_exemplos\_na\_area\_de\_Administracao/links/5a2c39f5a6fdccfbfbf873442/Educacao-para-a-Sustentabilidade-Bases-epistemologicas-teorias-e-exemplos-na-area-de-Administracao.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

FLORES, Graziela Machado. **Proposta de Capacitação em Gestão Ambiental para Servidores de uma Instituição Federal de Ensino Superior**. 2016. 109 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/4766>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

FREITAS, Cláudio Luiz de; BORGERT, Altair; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Agenda Ambiental na Administração Pública: uma análise da aderência de uma IFES às diretrizes propostas pela A3P. **Revista Gestão Universitária na América Latina**. In: XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2011, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30355118.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

GAZZONI, Fernando. **A utilização do Plano de Logística Sustentável como ferramenta de gestão: um olhar dos servidores da Universidade Federal de Santa Maria**. 2014. 95 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/4726>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed., 12.reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

HAIR JR., Joseph F.; et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR JR., Joseph F. **Análise multivariada de dados**. 6. ed, Porto Alegre: Bookman, 2009.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopes de Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. **Gestão Ambiental nas organizações: fundamentos e tendências**. Livro digital. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <<http://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477227/pages/0>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antônio de Almeida. Governança ambiental e economia verde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1469-1478, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012000600011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000600011)>. Acesso em: 28 jan. 2018.

KRUGER, Silvana Dalmutt; et al. Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior: Uma Análise da Aderência de uma Instituição de Ensino Superior Comunitária aos Objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). **Revista Gestão Universitária na América Latina**. V.4, N. 3, P.44-62. Florianópolis, set/dez. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3193/319327512004/>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

LUIZ, Lilian Campagnin; PFITSCHER, Elisete Dahmer; ROSA, Fabricia Silva da. Plano de Gestão de Logística Sustentável: proposição de Ações e Indicadores Socioambientais para Avaliar o Desempenho nos Órgãos Públicos Federais. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, n. Ed. Especial, p. 8-27, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/39848>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

LUIZ, Lilian Campagnin; et al. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**: Viçosa, v. 5, n. 2, p. 54-62, abr-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/issue/view/48#UzLKnfldWVM>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

MATURANA, Marisinha. Coleta seletiva: índice de reciclagem melhora, mas ainda é baixo. **Tribuna da Produção**, Palmeira das Missões, 23 fev.2018.

MELO, Caroline de Sousa Martins. **Ações desenvolvidas no Ministério Público do Rio Grande do Norte à luz dos cinco eixos temáticos da agenda ambiental na administração pública – A3P**. 2013. 90f. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2013. Disponível em <<https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/757>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Agenda 21 Brasileira**. Brasília. [200-]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Agenda 21 brasileira**: ações prioritárias. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 158 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. Cartilha. 5.ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/cartilha%20completa%20A3P\\_.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/cartilha%20completa%20A3P_.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Planos de Gestão de Logística Sustentável**. Brasília. [2012?]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/destaques/item/8975-planos-de-gest%C3%A3o-de-log%C3%ADstica-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Como implantar a A3P**. Cartilha. 3.ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/Cartilha%20Intermediaria%20-%20Como%20Implantar%20a%20A3P%20-%203%20edicao.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Passo a passo para implantar a A3P - Segundo passo: elaborar diagnóstico**. Brasília. 2017a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/legislacao/item/9167#2--passo>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Construções sustentáveis.** Brasília. 2017b. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/10317-eixos-tem%C3%A1ticos-constru%C3%A7%C3%B5es-sustent%C3%A1veis>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Projeto 3E.** Brasília. 2017c. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/10577-p-r-o-j-e-t-o-3e>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Eixos Temáticos.** Brasília. 2017d. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Rede A3P.** Brasília. 2017e. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/rede-a3p>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **A3P em Números.** Brasília. 2018a. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/a3p-em-numeros>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Parceiros com Termo de Adesão.** Brasília. 2018b. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/parceiros>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

NANTKE, Hans-Jürgen. Indicadores de sustentabilidade e instrumentos para a implementação das metas do Rio de Janeiro na Alemanha. In: HOFMEISTER, Wilhelm (Ed.). **Rio + 10 = Joanesburgo – Rumos para o Desenvolvimento Sustentável.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates, nº 25, p. 97-116, maio de 2002. Disponível em <[http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_14607-1522-5-30.pdf?080910184445](http://www.kas.de/wf/doc/kas_14607-1522-5-30.pdf?080910184445)>. Acesso em: 30 jan. 2018.

NASCIMENTO, Luis Felipe. **Gestão ambiental e sustentabilidade.** 2.ed. [Brasília]: CAPES: UAB, 2012.

NETO, Renato Rezende. **Compras Públicas Sustentáveis: aplicação da Agenda Ambiental da Administração Pública nos pregões municipais.** 2017. 88 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública)-Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2017. Disponível em <<https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1127>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>>. Acesso em 20 fev. 2018.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Rio+20.** United Nations Conference on Sustainable Development. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <<http://undocs.org/A/CONF.216/L.1>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

PEREIRA, Cristina Alves. **Proposta de Ações Sustentáveis para o Colégio Pedro II com base no Modelo da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).** 2016. 145 p.



Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/3953>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

PICCOLI, Andrezza de Souza; et al. A Educação Ambiental como estratégia de mobilização social para o enfrentamento da escassez de água. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 797-808, Mar. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000300797&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000300797&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

PITANGA, Ângelo Francklin. Crise da modernidade, educação ambiental, educação para o desenvolvimento sustentável e educação em química verde: (re)pensando paradigmas. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p.141-159, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epec/v18n3/1983-2117-epec-18-03-00141.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book Metodologia do Trabalho Cientifico.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

RODRIGUES, Maria Ivoneide Vital. **Os princípios da governança e as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável: a experiência do Programa Selo Município Verde no estado do Ceará**. 2014. 213 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)-Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Fortaleza, 2014. Disponível em <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14639>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=EvoPLS4GwUmg4C&printsec=frontcover&dq=SACHS,+++Ignacy.++Caminhos+++para+++o+++desenvolvimento+++sustent%C3%A1vel&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi-\\_trp6NvRAhVKjpAKHVfAs4Q6AEINDAA#v=onepage&q=dimens%C3%B5es&f=false](https://books.google.com.br/books?id=EvoPLS4GwUmg4C&printsec=frontcover&dq=SACHS,+++Ignacy.++Caminhos+++para+++o+++desenvolvimento+++sustent%C3%A1vel&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi-_trp6NvRAhVKjpAKHVfAs4Q6AEINDAA#v=onepage&q=dimens%C3%B5es&f=false)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SACHS, Ignacy. Experiências internacionais de um cientista inquieto: entrevista com Ignacy Sachs. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 353-372, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000300023](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300023)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SANTOS, Allan Silveira dos; et al. Simulações de impactos setoriais sobre a distribuição de renda e o crescimento econômico: evidências para o Brasil. In: **41º Encontro Nacional de Economia**, 2013, Foz do Iguaçu. Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Disponível em: <[https://www.anpec.org.br/encontro/2013/files\\_I/i6-ffc64e75100084cb1cd00ddd55f0f9b4.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i6-ffc64e75100084cb1cd00ddd55f0f9b4.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2018.

SANTOS, Jocimara Karoline Rodrigues dos. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): um estudo de caso no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe**. 2017. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Secretariado

Executivo)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/6902>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

UFSM. **Histórico**. Santa Maria, [201-]. Disponível em <<http://coral.ufsm.br/palmeira/index.php/institucional/historico>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Plano de Gestão de Logística Sustentável 2013-2015**. Santa Maria, 2013. Disponível em <<http://site.ufsm.br/ufsm/documentos-oficiais-diversos>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Plano de Gestão de Logística Sustentável 2016-2018**. Santa Maria, 2016a. Disponível em <<http://site.ufsm.br/ufsm/documentos-oficiais-diversos>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026**. Santa Maria, 2016b. Disponível em <<http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/arquivos/0510013d-1d91-47d4-bf67-1e3120598fa6.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **UFSM desenvolve projeto de eficiência energética junto com a CPFL e RGE Sul**, 2018. Disponível em <<http://site.ufsm.br/noticias/exibir/ufsm-desenvolve-projeto-de-eficiencia-energetica-j>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação**. Brasília: UNESCO, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf> >. Acesso em 20 jan. 2018.

VARGAS, Everton Vera. Introdução: Parcerias entre Brasil e Alemanha para o desenvolvimento sustentável. In: HOFMEISTER, Wilhelm (Ed.). **Rio + 10 = Joanesburgo – Rumos para o Desenvolvimento Sustentável**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates, nº 25, p. 11-15, maio de 2002. Disponível em <[http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_14607-1522-5-30.pdf?080910184445](http://www.kas.de/wf/doc/kas_14607-1522-5-30.pdf?080910184445)>. Acesso em: 30 jan. 2018.

VIEGAS, Socorro de Fátima Souza da Silva, et al. Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: estudo da adesão e ação em uma universidade pública. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 7-28, jul./dez. 2015. Disponível em <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/40425/agenda-ambiental-na-administracao-publica-a3p--estudo-da-adesao-e-acao-em-uma-universidade-publica-/>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

## **APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: QUESTIONÁRIO PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA DO CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA FORMULÁRIO ONLINE**

Título do estudo: Agenda Ambiental Na Administração Pública (A3P): Proposta para a implementação de medidas socioambientais no Campus de Palmeira das Missões da Universidade Federal de Santa Maria.

Pesquisador responsável: Luis Carlos Zucatto

Instituição: UFSM/Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas

Telefone e endereço postal completo: (55) 3742-8827. UFSM - Campus de Palmeira das Missões. Avenida Independência, 3751, Bairro Vista Alegre. Prédio Principal, sala 109. CEP 98.300-000, Palmeira das Missões - RS.

Local da coleta de dados: Campus de Palmeira das Missões / UFSM

Eu, Luis Carlos Zucatto, responsável pela pesquisa “Agenda Ambiental Na Administração Pública (A3P): Proposta para a implementação de medidas socioambientais no Campus de Palmeira das Missões da Universidade Federal de Santa Maria”, o(a) convido a participar como voluntário(a) deste estudo.

Esta pesquisa pretende propor um projeto-piloto para implementação da A3P no Campus de Palmeira das Missões. Acreditamos que ela seja importante porque a inserção de práticas socioambientais em uma instituição de ensino promove consciência ambiental e a qualidade de vida no ambiente de trabalho, influencia positivamente a cadeia de suprimentos, e demonstra a viabilidade de se exercer uma gestão ambientalmente correta, servindo de exemplo à comunidade acadêmica e à sociedade. Para sua realização será feito o seguinte: levantamento de dados através de questionários, entrevistas gravadas em áudio e posteriormente transcritas, pesquisa documental e bibliográfica. Os dados quantitativos serão analisados estatisticamente (distribuições de frequência, análise de variância e análise de conglomerados), e os dados qualitativos por meio da análise de conteúdo. Sua participação constará de responder ao questionário proposto, para levantamento de informações.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos aos participantes: a participação na pesquisa poderá gerar cansaço, constrangimento ou desconforto pelo tempo gasto respondendo ao questionário. Para reduzir tais riscos, o participante poderá agendar para responder ao questionário em outro momento, que lhe seja mais conveniente. Também, há de se considerar que o mesmo poderá desistir de sua participação a qualquer momento, sem prejuízo. Os benefícios que esperamos como estudo são: implementar na gestão do Campus de Palmeira das Missões práticas socioambientais, e

sua colaboração será no sentido de contribuir com sua visão sobre as medidas atuais ou que precisam ser implementadas.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, poderá entrar em contato pelo telefone (55) 99926-1337, pelo e-mail luiszucatto@gmail.com, ou entrar em contato com o Conselho de Ética em Pesquisa pelo telefone (55) 3220-9362. Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, recomendamos que pare imediatamente de responder ao questionário, e você terá direito à assistência gratuita que será prestada pelos serviços públicos de saúde mais próximos. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Não há previsão de dispêndio financeiro de sua parte para a sua participação na pesquisa, e, caso haja, serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Os dados da pesquisa em arquivo (físico ou digital) ficarão sob guarda do pesquisador responsável por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

1 - Autorização (TCLE):

Concordo

Não concordo

--

2 - Tenho conhecimento sobre o Plano de Logística Sustentável: objetivo, diretrizes, abordagens, etc.

Não sei responder

Não concordo, nem discordo

Discordo totalmente

Concordo, com ressalvas

Discordo, com ressalvas

Concordo totalmente

3 - A UFSM possui um Plano de Logística Sustentável?

Sim, possui

Não possui

Não tenho certeza

4 - Tenho conhecimento sobre Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): objetivo, diretrizes, abordagens, etc.

Não sei responder

Não concordo, nem discordo

Discordo totalmente

Concordo, com ressalvas

Discordo, com ressalvas

Concordo totalmente

5 - A UFSM é adepta à A3P?

Sim, é

Não é

Não tenho certeza

6 - No Campus PM, são realizadas ações institucionais no sentido promover o uso consciente (redução e/ou opção mais sustentável) de ÁGUA:

Não sei responder

Não concordo, nem discordo

Discordo totalmente

Concordo, com ressalvas

Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

7 - No Campus PM, são realizadas ações institucionais no sentido promover o uso consciente (redução e/ou opção mais sustentável) de CARTUCHOS E TONERS:

Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

8 - No Campus PM, são realizadas ações institucionais no sentido promover o uso consciente (redução e/ou opção mais sustentável) de COPOS PLÁSTICOS:

Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

9 - No Campus PM, são realizadas ações institucionais no sentido promover o uso consciente (redução e/ou opção mais sustentável) de DESLOCAMENTO DE PESSOAL:

Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

10 - No Campus PM, são realizadas ações institucionais no sentido promover o uso consciente (redução e/ou opção mais sustentável) de ENERGIA ELÉTRICA:

Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

11 - No Campus PM, são realizadas ações institucionais no sentido promover o uso consciente (redução e/ou opção mais sustentável) de MATERIAL DE LIMPEZA:

Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

12 - No Campus PM, são realizadas ações institucionais no sentido promover o uso consciente (redução e/ou opção mais sustentável) de PAPEIS:

Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

13 - Poderia dar mais detalhes sobre os itens das Questões de 6 a 12, ou citar outro item/serviço que poderia ter seu uso de forma mais consciente? \_\_\_\_\_

14 - No Campus PM, é realizada a separação dos lixos seco e orgânico em todos os setores/locais.

Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

15 - Após a separação, é realizada a coleta seletiva pelo município ou outro órgão que dê a correta destinação.

Não sei responder  Não concordo, nem discordo

- Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

16 - Os resíduos recicláveis são destinados à associações de catadores ou similares (Coleta Seletiva Solidária).

- Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

17 - Quanto aos resíduos especiais (lâmpadas, pilhas, baterias, isopor, óleos, resíduos de construções, etc.), infectantes, carcaças de animais ou peças anatômicas, radioativos, químicos, agroquímicos ou fármacos, todos possuem a destinação correta.

- Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

18 - No Campus PM, existem práticas de compartilhamento de produtos de consumo, reutilização ou reciclagem de resíduos.

- Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

19 - Poderia fornecer sua opinião ou mais informações sobre o descarte dos resíduos?

---

20 - No Campus PM, são suficientes as atividades realizadas de sensibilização da comunidade acadêmica quanto a questões socioambientais (conscientização de uso; preservação do meio ambiente e instalações; economia de energia, água, combustível, etc.)

- Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

21 - São realizadas atividades de capacitação (treinamentos) da comunidade acadêmica quanto a questões socioambientais, no Campus PM.

- Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

22 - Qual sua opinião sobre a efetividade e abrangência das atividades realizadas? Quem as realiza? \_\_\_\_\_

23 - As dependências do Campus possuem acessibilidade para portadores de deficiência.

- Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

24 - O Campus pode ser considerado um local seguro.

- Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

25 - Apenas para Docentes e TAE's: A UFSM possui ações de promoção à saúde dos trabalhadores.

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Não sei responder       | <input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo |
| <input type="checkbox"/> Discordo totalmente     | <input type="checkbox"/> Concordo, com ressalvas    |
| <input type="checkbox"/> Discordo, com ressalvas | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente        |

26 - Apenas para Docentes e TAE's: Os locais de trabalho são ambientes agradáveis no que tange a localização, ergonomia, claridade e temperatura.

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Não sei responder       | <input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo |
| <input type="checkbox"/> Discordo totalmente     | <input type="checkbox"/> Concordo, com ressalvas    |
| <input type="checkbox"/> Discordo, com ressalvas | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente        |

27 - Apenas para Docentes e TAE's: A UFSM possui ações de promoção do desenvolvimento pessoal ou profissional para os trabalhadores.

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Não sei responder       | <input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo |
| <input type="checkbox"/> Discordo totalmente     | <input type="checkbox"/> Concordo, com ressalvas    |
| <input type="checkbox"/> Discordo, com ressalvas | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente        |

28 - Apenas para Docentes e TAE's: A UFSM promove integração entre os trabalhadores.

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Não sei responder       | <input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo |
| <input type="checkbox"/> Discordo totalmente     | <input type="checkbox"/> Concordo, com ressalvas    |
| <input type="checkbox"/> Discordo, com ressalvas | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente        |

1.29 - Apenas para Docentes e TAE's: Qual sua opinião sobre as ações para melhoria da qualidade de vida no trabalho? \_\_\_\_\_

30 - Apenas para Docentes e TAE's: Você percebeu mudança no padrão dos itens adquiridos nos processos licitatórios (serviços, material de consumo, equipamentos, etc.), no sentido de possuírem aspectos mais sustentáveis (maior durabilidade, menor consumo, redução do desperdício, logística reversa, etc.).

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Não sei responder       | <input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo |
| <input type="checkbox"/> Discordo totalmente     | <input type="checkbox"/> Concordo, com ressalvas    |
| <input type="checkbox"/> Discordo, com ressalvas | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente        |

1.31 - Apenas para Docentes e TAE's: Gostaria de falar sobre os produtos/serviços oriundos de licitação? \_\_\_\_\_

32 - O Campus PM possui sistema de coleta de água da chuva ou reuso de água.

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Não sei responder       | <input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo |
| <input type="checkbox"/> Discordo totalmente     | <input type="checkbox"/> Concordo, com ressalvas    |
| <input type="checkbox"/> Discordo, com ressalvas | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente        |

33 - O Campus PM possui de sensores de presença para otimização do uso de energia elétrica.

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Não sei responder       | <input type="checkbox"/> Não concordo, nem discordo |
| <input type="checkbox"/> Discordo totalmente     | <input type="checkbox"/> Concordo, com ressalvas    |
| <input type="checkbox"/> Discordo, com ressalvas | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente        |

34 - Os equipamentos de climatização do Campus PM são de modelos relativamente novos, garantindo eficiência energética

- Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

35 - O Campus PM faz uso de energia solar.

- Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

36 - Poderia falar mais sobre a infraestrutura do Campus e suas características sustentáveis (ou ausência destas)? \_\_\_\_\_

37 - As ações de cunho socioambiental são importantes e devem ser adotadas pelas instituições.

- Não sei responder  Não concordo, nem discordo  
 Discordo totalmente  Concordo, com ressalvas  
 Discordo, com ressalvas  Concordo totalmente

38 - Cite ações de cunho socioambiental que foram ou estão sendo realizadas no Campus PM. Qual sua opinião sobre a efetividade (ou falta de efetividade) destas ações?  
\_\_\_\_\_

39 - Você possui alguma sugestão de ação de cunho socioambiental que poderia ou deveria ser realizada pelo Campus de Palmeira das Missões? \_\_\_\_\_

40 - Seu principal vínculo com a UFSM Campus de Palmeira das Missões é: (Em caso de mais um vínculo, considere nesta ordem: TAE, Docente, Funcionário Terceirizado, Acadêmico)

- Docente  
 Técnico-Administrativo em Educação  
 Funcionário Terceirizado  
 Acadêmico

41 - Se docente, qual o Departamento de lotação:

- Administração  Ciências da Saúde  
 Alimentos e Nutrição  Zootecnia e Ciências Biológicas  
 Ciências Econômicas

42 - Se acadêmico, de qual curso:

- Graduação em Administração  Graduação em Nutrição  
 Graduação em Ciências Biológicas  Graduação em Zootecnia  
 Graduação em Ciências Econômicas  Mestrado em Agronegócios  
 Graduação em Enfermagem

43 - Você tem vínculo com a UFSM Campus de Palmeira das Missões há quantos anos?

- Até 2 anos  De 6 a 8 anos  
 De 2 a 4 anos  Acima de 8 anos  
 De 4 a 6 anos

44 - Sexo:



- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder

45 - Faixa etária:

- Até 20 anos
- De 21 a 30 anos
- De 31 a 40 anos
- De 41 a 50 anos
- De 51 a 60 anos
- Acima de 60 anos

46 - Faixa média de renda per capita familiar mensal: (Soma dos salários dividido pelo número de pessoas da família)

- Até R\$ 937,00
- De R\$ 937,01 a R\$ 1.874,00
- De R\$ 1.874,01 a R\$ 2.811,00
- De R\$ 2.811,01 a R\$ 3.748,00
- De R\$ 3.748,01 a R\$ 4.685,00
- Acima de R\$ 4.685,01

**APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MEMBROS DA COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA UFSM**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do estudo: Agenda Ambiental Na Administração Pública (A3P): Proposta para a implementação de medidas socioambientais no Campus de Palmeira das Missões da Universidade Federal de Santa Maria.

Pesquisador responsável: Luis Carlos Zucatto

Instituição/Departamento: UFSM/Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas

Telefone e endereço postal completo: (55) 3742-8827. UFSM - Campus de Palmeira das Missões. Avenida Independência, 3751, Bairro Vista Alegre. Prédio Principal, sala 109. CEP 98.300-000, Palmeira das Missões - RS.

Local da coleta de dados: Campus de Palmeira das Missões / UFSM

Eu, Luis Carlos Zucatto, responsável pela pesquisa “Agenda Ambiental Na Administração Pública (A3P): Proposta para a implementação de medidas socioambientais no Campus de Palmeira das Missões da Universidade Federal de Santa Maria”, o(a) convido a participar como voluntário(a) deste estudo.

Esta pesquisa pretende propor um projeto-piloto para implementação da A3P no Campus de Palmeira das Missões. Acredito que ela seja importante porque a inserção de práticas socioambientais em uma instituição de ensino promove consciência ambiental e a qualidade de vida no ambiente de trabalho, influencia positivamente a cadeia de suprimentos, e demonstra a viabilidade de se exercer uma gestão ambientalmente correta, servindo de exemplo à comunidade acadêmica e à sociedade. Para sua realização será feito o seguinte: levantamento de dados através de questionários, entrevistas gravadas em áudio e posteriormente transcritas, pesquisa documental e bibliográfica. Os dados quantitativos serão analisados estatisticamente (distribuições de frequência, análise de variância e análise de conglomerados), e os dados qualitativos por meio da análise de conteúdo. Sua participação constará de responder a entrevista proposta, para levantamento de informações.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos aos participantes: a participação na pesquisa poderá gerar cansaço, constrangimento ou desconforto pelo tempo gasto respondendo a entrevista. Para reduzir tais riscos, o participante poderá agendar para ser entrevistado em outro momento, que lhe seja mais conveniente. Também, há de se considerar que o mesmo poderá desistir de sua participação a qualquer momento, sem prejuízo. Os benefícios que esperamos como estudo são: implementar na gestão do Campus de Palmeira das Missões práticas socioambientais, e sua colaboração será no sentido de contribuir com sua visão sobre as medidas atuais ou que precisam ser implementadas.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, poderá entrar em contato pelo telefone (55) 99926-1337, pelo e-mail [luiszucatto@gmail.com](mailto:luiszucatto@gmail.com), ou entrar em contato com o Conselho de Ética em Pesquisa pelo telefone (55) 3220-9362. Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, recomendamos que pare imediatamente de responder a entrevista. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Não há previsão de dispêndio financeiro de sua parte para a sua participação na pesquisa, e, caso haja, serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Os dados da pesquisa em arquivo (físico ou digital) ficarão sob guarda do pesquisador responsável por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

### **Autorização**

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local e data:

--

QUESTÕES:

- 1) Qual a situação atual do PLS na UFSM?
- 2) Como se dá relação da Comissão com os setores envolvidos e responsáveis por cada ação do PLS?
- 3) A execução das práticas propostas é vista como prioridade pelos setores responsáveis?
- 4) Foi realizado uma avaliação do PLS 2013-2015 para verificar as metas alcançadas, o que não pode ser executado e porquê?
- 5) Quais as principais dificuldades encontradas para formulação e execução do PLS, e o que foi feito para driblar estas dificuldades?
- 6) O que continua sendo uma dificuldade?

## APÊNDICE C – PORTARIA DA COMISSÃO DE GESTÃO AMBIENTAL DO CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES



República Federativa do Brasil  
Ministério da Educação  
Universidade Federal de Santa Maria  
Campus de Palmeira das Missões

PORTARIA Nº 257, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

**DIRETOR DO CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES**, da Universidade Federal de Santa Maria, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com a Portaria nº 81.528, de 24/10/2016, emitida pelo Reitor da Universidade Federal de Santa Maria, e

de acordo com ata da 17ª Reunião do Conselho do campus, resolve:

**I - DESIGNAR** os membros, abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Gestão Ambiental do *Campus* de Palmeira das Missões/UFSM:

Jñana Gadea de Mello, matrícula SIAPE 1967004 – Técnica Administrativa em Educação;

Rodrigo Borille, matrícula SIAPE 2362808 - Docente do Departamento de Zootecnia e Ciências Biológicas;

Cariza Teixeira Bohrer, matrícula SIAPE 1847799 – Docente do Departamento de Alimentos e Nutrição;

Elaine Maria Lucas Gonsales, matrícula SIAPE 2238502 - Docente do Departamento de Zootecnia e Ciências Biológicas;

Elaine Ferreira, matrícula SIAPE 1877616 – Docente do Departamento de Ciências Econômicas;

Juliano Perottoni, matrícula SIAPE 1560280 - Docente do Departamento de Zootecnia e Ciências Biológicas;

Luis Carlos Zucatto, matrícula SIAPE 1981097 – Docente do Departamento de Administração;

Vanessa Barbisan Fortes, matrícula SIAPE 2205968 – Docente do Departamento de Zootecnia e Ciências Biológicas;

Patrícia Jungbluth, matrícula SIAPE 2132100 – Docente do Departamento de Zootecnia e Ciências Biológicas;

Vilmar de Jesus de Assunção, matrícula SIAPE 1625073 – Técnico Administrativo em Educação;



República Federativa do Brasil  
Ministério da Educação  
Universidade Federal de Santa Maria  
Campus de Palmeira das Missões

PORTARIA Nº 257, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

Andressa Lohmann, matrícula 201420184 - Discente do Curso de Nutrição;

Vanessa Seidel, matrícula 201611314 – Discente do Curso de Zootecnia.

Suplentes:

Lusma Gadea de Mello, matrícula 201611625 - Discente do Curso de Zootecnia;

Ramiro Silva Almeida, matrícula 201221095 – Discente do Curso de Ciências Biológicas.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rafael Lazzari', is positioned above the printed name and title.

RAFAEL LAZZARI  
Diretor

Campus de Palmeira das Missões/UFSM